

RELATÓRIO DE GESTÃO 2010 SUEST/SC

GESTÃO ADMINISTRATIVA

FUNASA
FUNASA

FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE SANTA CATARINA



Ministério da Saúde
Fundação Nacional de Saúde

APRESENTAÇÃO

O Roteiro para elaboração do Relatório de Gestão/2010 foi desenvolvido pela equipe da Coordenação Geral de Planejamento e Avaliação – Cgpla, com o objetivo de auxiliar os interlocutores de planejamento das Superintendências Estaduais, na construção dessa importante peça da prestação de contas.

O documento foi preparado com base na legislação vigente, composta pela Instrução Normativa do Tribunal de Contas da União - TCU nº 63/2010, pela Decisão Normativa TCU nº 107/2010, Portaria do Tribunal de Contas da União – TCU nº 277/2010 e pela Portaria da Controladoria Geral da União – CGU nº 2.546/2010.

SUMÁRIO

1. IDENTIFICAÇÃO SOBRE A IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONDA	6
1.1 Identificação da UJ - Relatório de Gestão Individual	6
1.2 Qualificação da Superintendência Estadual em Santa Catarina-Suest/SC	6-7
2. INFORMAÇÕES SOBRE O PLANEJAMENTO E GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA UNIDADE	8
2.1 Responsabilidades institucionais da unidade	8
2.2 Estratégia de atuação frente às responsabilidades institucionais	8-11
2.3 Subações sob a responsabilidade da UJ	12-49
Quadro 2.3.1 Resumo da Execução Física das subações realizadas pela UJ	50-66
2.4 Desempenho Orçamentário/Financeiro	67
Quadro 2.3 Identificação das Unidades Orçamentárias	67
2.4.1 Programação Orçamentária da Despesa	67
2.4.1.1 Programação de Despesas Correntes	67
Quadro 2.4 Programação de Despesas Correntes	67
2.4.1.2 Programação de Despesas de Capital	67
Quadro 2.5 Programação de Despesas de Capital	67
2.4.1.3 Quadro Resumo da Programação de Despesas	68
Quadro 2.6 Resumo da Programação de Despesas	68
2.4.1.4 Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa	68
Quadro 2.7 Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa	68
2.4.2 Execução Orçamentária da Despesa	69
2.4.2.1 Execução Orçamentária de Créditos Originários da UJ	69
2.4.2.1.1 Despesas por Modalidade de Contratação	69
Quadro 2.8 Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos Originários da UJ	69
2.4.2.1.2 Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa	69
Quadro 2.9 Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos originários da UJ	69
2.4.2.1.3 Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa	70
Quadro 2.10 Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Originários da UJ	70
2.4.2.2 Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação.	71
2.4.2.2.1 Despesas por Modalidade de Contratação dos Créditos recebidos por movimentação	71
Quadro 2.11 Despesas por Modalidade de Contratação dos Créditos recebidos por movimentação	71
2.4.2.2.2 Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesas dos Créditos recebidos por movimentação	72
Quadro 2.12 Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesas dos Créditos recebidos por movimentação	72-73
2.4.2.2.3 Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação	73
Quadro 2.13 Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação	73-74
2.4.3 Indicadores Institucionais	75-78
3. INFORMAÇÕES SOBRE RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS	79
3.1 Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos	79
Quadro 3.1 Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos	79
3.2 Análise Crítica	79

4.	INFORMAÇÕES SOBRE A MOVIMENTAÇÃO E OS SALDOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	80
4.1	Pagamentos e cancelamentos de Restos a Pagar de exercícios anteriores	80
	Quadro 4.1 Situação dos Restos a Pagar de Exercícios anteriores	80
4.2	Análise Crítica	80
5.	INFORMAÇÕES SOBRE RECURSOS HUMANOS	81
5.1	Composição do Quadro de Servidores Ativos	81
	Quadro 5.1 Composição do Quadro de Recursos Humanos	81
	Quadro 5.2 Composição de Recursos Humanos por Faixa Etária	82
	Quadro 5.3 Composição de Recursos Humanos por Nível de Escolaridade	82
5.2	Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas.	83
	Quadro 5.4 Composição do Quadro de Servidores Inativos	83
	Quadro 5.5 Composição do Quadro de Instituidores de Pensão	83
5.3	Composição do Quadro de Estagiários	83
	Quadro 5.6 Composição do Quadro de Estagiários	83
5.4	Quadro de custos de Recursos humanos	84
	Quadro 5.7 Quadro de custos de Recursos humanos nos exercícios de 2008,2009 e 2010	84
5.5	Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra	85
	Quadro 5.8 Contratos de prestação de Serviços de Limpeza e Higiene e Vigilância Ostensiva	85
	Quadro 5.9 Contratos de Prstação de Serviços com locação de Mão de Obra	85
	Quadro 5.10 Distribuição do Pessoal contratado mediante contrato de Prestação de Serviço com locação de Mão de Obra	86
5.6	Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos	87-88
6.	INFORMAÇÕES SOBRE TRANSFERÊNCIAS	89
6.1.1	Relação dos instrumentos de transferência vigentes no exercício de 2010	89
6.1	Caracterização dos Instrumentos de Transferências Vigente no Exercício de referência	89
6.1.2	Quantidade de instrumentos de transferências celebrados e valores repassados nos três últimos exercícios.	89
6.2	Resumo dos Instrumentos celebrados pela UJ nos Três Últimos Exercícios	89
6.3	Resumo dos Instrumentos de Transferência que vigerão em 2011 e exercícios seguintes	90
6.1.4.	Informações sobre a prestação de contas relativas aos convênios e contratos de repasse.	90
6.4.	Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio e de contratos de repasse.	90
6.1.5	Informações sobre a análise das prestações de contas de convênios e de contratos de repasse	91
6.5.	Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio e de contratos de repasse	91
6.2	Análise Crítica	92
7.	REGISTROS ATUALIZADOS NO SISTEMA SIASG e SICONV	93
8.	DECLARAÇÕES DE BENS E RENDAS	94
9.	SISTEMA DE CONTROLE INTERNO DA	95
9.1	Estrutura de controles internos da UJ	95-96
10.	INFORMAÇÕES QUANTO À ADOÇÃO DE CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL	97
	Quadro 10.1 Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis	97-98

11. GESTÃO DE PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO	99
11.1 Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial	99
Quadro 11.1 Distribuição Especial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União	99
Quadro 11.2 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros	99
Quadro 11.3 Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ	99
12. INFORMAÇÕES SOBRE GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI)	100
12.1 Gestão de Tecnologia da Informação (TI)	100
13. UTILIZAÇÃO DE CARTÕES DE PAGAMENTO	101
Cartão de Crédito para o relatório gerencial	101
14. INFORMAÇÕES SOBRE RENÚNCIA TRIBUTÁRIA	102
15. PROVIDÊNCIAS ADOTADAS PARA ATENDER AS DELIBERAÇÕES DO TCU	103
15.1 Deliberações do TCU atendidas no exercício	103
Quadro 15.1 Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício	103
15.2 Deliberações do TCU pendentes de atendimento ao final do exercício	104
Quadro 15.2 Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício	104
15.3 Recomendações do OCI atendidas no exercício	105
Quadro 15.3 Relatório de cumprimento das recomendações do OCI	105-119
15.4 Recomendações do OCI pendentes de atendimento ao final do exercício	120
15.4 Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício	120
16. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO	121
16.1. Declaração com Ressalva	121
17. CONCLUSÃO	122-124

1. INFORMAÇÕES SOBRE A IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA

1.1. Identificação da UJ - Relatório de gestão individual

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Saúde		Código SIORG: FUNASA – (2207)	
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: Superintendência Estadual da Fundação Nacional da Saúde em Santa Catarina			
Denominação abreviada: SUEST/FUNASA/SC			
Código SIORG: 2207	Código LOA: 36211	Código SIAFI: 255024	
Situação: Ativa			
Natureza Jurídica: Vide relação no texto descritivo			
Principal Atividade: Vide Tabela CNAE/IBGE		Código CNAE: 8412-4/00	
Telefones/Fax de contato:	(048) 3281-7719	(048) 3281-7712	(048) 3281-7784 - FAX
E-mail: coresc.gab@funasa.gov.br - claudia.vieira@efunasa.gov.br			
Página na Internet: http://www.funasa.gov.br			
Endereço Postal: Logradouro, Av. Marinheiro Max Schramm, nº 2.179 – Estreito – CEP 88095-001 – Florianópolis/SC			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
Instituída pela Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, pelo Decreto nº 100, de 16 de abril de 1991, e em conformidade com o que dispõe o Decreto nº 4.727, de 9 de junho de 2003, publicado no Diário Oficial da União, do dia 10 de junho de 2003. Portaria nº 1.776, de 08 de setembro de 2003 que aprova o regimento interno da Funasa.			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Não se aplica a natureza jurídica da UJ.			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
	Não se aplica a natureza jurídica da UJ.		
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
	Não se aplica a natureza jurídica da UJ.		
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código SIAFI da Unidade Gestora		Código SIAFI da Gestão	
Não se aplica a natureza jurídica da UJ.		Não se aplica a natureza jurídica da UJ.	

1.2. Qualificação da Superintendência Estadual em Santa Catarina – Suest/SC.

Nome do Superintendente Estadual	MARCOS JOSÉ MEDEIROS FERNANDES
População do Estado	6.178.603 HABITANTES
Nº. de Municípios abrangidos pela Suest	166 MUNICÍPIOS
População Indígena do Estado	9.578

Caso a SUEST possua Distrito Sanitário Especial Indígena em sua estrutura, cada Dsei deverá ser qualificado em separado, com as seguintes informações:

Nome do Dsei	Distrito Sanitário Indígena – Interior Sul
População Indígena abrangida pelo Dsei	39.504
Número de Pólos-Base	06
Número de Casai	0
Número de Aldeias	149
Etnias Indígenas	18

2. INFORMAÇÕES SOBRE O PLANEJAMENTO E GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA UNIDADE

2.1 Responsabilidades institucionais da unidade

A partir do processo de estruturação e implementação do Subsistema de Atenção à Saúde Indígena no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), a Fundação Nacional de Saúde assumiu, no período de 1999 a 2010, a responsabilidade de operacionalização das ações de saúde para os povos indígenas, promovendo uma ampla e profunda estruturação institucional para dar conta de tamanho desafio.

No entanto, o exercício de 2010 foi notoriamente marcado por profundas mudanças institucionais nessa área, com a publicação do Decreto nº 7.336, de 19 de outubro de 2010, que cria a Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI) e transfere a gestão do Subsistema de Atenção à Saúde Indígena, competência até então da Funasa, para o Ministério da Saúde.

Cabe a Funasa, no período de transição de 180 dias, assegurarem todo o apoio administrativo necessário, para que não ocorra prejuízo das ações e dos serviços prestados aos povos indígenas.

2.2 Estratégia de atuação frente às responsabilidades institucionais

ASPECTOS GERAIS DO DESEMPENHO DA EQUIPE

Positivos:

- ✓ Em relação à produtividade na análise de projetos em 2010 foi superior ao exercício 2009;
- ✓ Equipe alcançou as metas previstas para solucionar pendências em relação às metas físicas nos convênios de saneamento básico;
- ✓ Na área administrativa da Superintendência Estadual em Santa Catarina – Suest/SC, em relação aos expedientes enviados a outras Instituições e a Presidência da Funasa foram satisfatórios para o exercício de 2010.

ASPECTOS QUE DIFICULTAM A AÇÃO DA EQUIPE

Negativos:

- ✓ Mudanças institucionais pela criação do Decreto nº 7.336/2010 que criou a Secretaria Especial de Saúde Indígena;
- ✓ A Redistribuição de servidor administrativo do quadro da Suest/SC;
- ✓ Dificuldade no setor de transporte para execução de supervisões técnicas devido à deficiência de recursos financeiros;
- ✓ A dificuldade de solucionar as pendências de convênios de exercícios anteriores por parte dos municípios e empresas prestadoras de serviços.
- ✓ A necessidade de haver na sede da Suest/SC um Procurador Federal para análise e parecer imediato, as demandas de processos judiciais, com objetivos de cumprir prazos determinados.

SAÚDE MENTAL - Um breve relato das atividades

Responsável Técnica: Psicóloga Sabrina Della Vechia Scarabelot

Conforme podemos observar no referido relatório de gestão deste ano, a área programática de saúde mental, não esteve mencionada. No entanto, gostaria de relatar que no corrente ano, obtivemos relevantes conquistas para a área. Onde destacamos:

Convite e participação desta área técnica em reunião junto à Secretaria de Estado da Saúde, para discutirmos assuntos de organização da IV Conferência Estadual de Saúde Mental – Intersetorial. Nesta, foi-nos proporcionado abertura para sugestão para a questão da saúde mental indígena, onde, em que conquistamos espaço dentro da conferência para discutirmos um item/ eixo específico para a saúde indígena. A partir disto, começamos a articular junto às lideranças indígenas e municípios de abrangência dos Pólos Base, a conquista de vaga para a comunidade indígena. E, pela primeira vez, na história da saúde mental indígena de SC, contamos com a participação de representantes indígenas em conferência regional, estadual e nacional de saúde mental, com direito a voz e voto, na elaboração e articulação de propostas para a saúde mental indígena do estado.

Em nosso DSEI contamos com a colaboração da profissional psicóloga Sabrina Della Vechia Scarabelot, responsável técnica da área, bem como com a colaboração e suporte do profissional médico do Pólo Base de Florianópolis, Rogério de Souza Duarte.

Neste ano também estabelecemos contato com o Gerente de Saúde da Gerência Regional de Ibirama, de abrangência do Pólo Base de José Boiteux, com relação ao CAPS - Centro de Atenção Psicossocial daquele município, para atendimento a comunidade indígena local. Também foi conversado a respeito da não pactuação do município de José Boiteux com o CAPS regional de Ibirama. Proposta a ser estendida aos demais Pólos Base.

Também estamos, aos poucos, incluindo a população indígena nos CRAS – Centro de Referência de Assistência Social - existente na abrangência dos Pólos Base.

Foi incluída representação indígena no Conselho Tutelar do Município de José Boiteux, através de articulação promovida por esta área técnica, levando a conscientização da importância desta vaga junto à comunidade indígena, bem como para a área da saúde mental, como um todo. Iniciativa para ser ampliada também aos outros Pólos Base.

Também fomos convidados pelo Coordenador e Lideranças do Pólo Base de Araquari, para participarmos de um encontro com os indígenas e profissionais da EMSI e interessados, para discutirmos a temática do alcoolismo nas aldeias de abrangência deste Pólo. Também foram convidados representantes e Lideranças indígenas políticas e espirituais do Litoral, de aldeias pertencentes ao Pólo Base de Florianópolis, para contribuírem e compartilharem com seus depoimentos e experiências. Importante ressaltar também que tal convite surgiu da iniciativa da

própria comunidade indígena local, frente à preocupação com a problemática do alcoolismo que dia a dia vem se tornando mais presente na vida de muitas pessoas e comunidades. O encontro ocorreu no dia 22 de dezembro, nas dependências do Pólo Base de Araquari, contando com a participação de aproximadamente 30 pessoas e fechando o ano com “chave de ouro”.

A partir deste encontro levantou-se a proposta para o próximo ano de uma Educação Continuada em Saúde Mental para Lideranças indígenas Guarani do Litoral de SC (políticas e espirituais), comunidade, EMSI e profissionais da Educação. Iniciativa prevista e proposta para o plano operacional, bem como possível de ser levada ao conhecimento dos outros Pólos Base.

Nossas principais dificuldades são percebidas nos poucos recursos humanos existentes, citando como exemplo, o fato de contarmos com apenas 01 (uma) profissional psicóloga para todo o Distrito de SC, considerando que em nosso estado, contamos com quatro Pólos Base e uma população estimada de 9.578 indígenas, sendo que precisaríamos ter em nossa estrutura, 01 psicólogo e 01 assistente social, para compor a equipe multidisciplinar de cada Pólo Base.

Há pouco entendimento e compreensão por parte de muitos profissionais e comunidade do que é a saúde mental e o campo de ação que ela envolve, bem como a inserção desta em todos os programas de saúde e não como um eixo a parte.

Dificuldade por parte das referências de saúde no atendimento as peculiaridades e especificidades da cultura indígena. Pouco preparo e entendimento, muitas vezes por parte das equipes multidisciplinares de saúde dos municípios que atendem e/ou possuem comunidade indígena.

Também não possuímos ainda nenhum CRAS ou CAPS Indígena, preocupação esta já pensada e levantada pelos representantes indígenas e área técnica, nas conferências regionais, estadual e nacional de saúde mental.

Diante destas e outras dificuldades, o que realmente importa e nos faz continuar lutando e acreditando no crescimento desta área, é o engajamento de toda a equipe multiprofissional de saúde, educação, lideranças políticas, espirituais e comunidade indígena como um todo, para o fortalecimento e engrandecimento das ações de saúde mental indígena.

Fotos Encontro Alcoolismo – Araquari em 22/12/2010



Coordenador do Pólo Base Geraldo, na chegada, recebendo os convidados



Encontro Karai Okendá e Coordenador Geraldo



Participação do jovem Santiago - Liderança da aldeia M'Biguaçu



Encontro liderança de Araquari Nilton Oliveira da aldeia Pindoty (camisa roxa) e Tcharamõe Opyguá Wherá Tupã (camisa azul)



Participação do Médico Rogério (direita) e Odontólogo Marcelo – Pólo Base de Florianópolis



Roda de conversa no pátio do Pólo Base



Participação da Psicóloga do DSEI - Sabrina (blusa listrada) e Odontóloga Delfina (blusa azul) – Pólo Base de Araquari

2.3 Subações sob a responsabilidade da UJ

Identificação do Programa de Governo	
Código no PPA: 0150	Denominação: Proteção e Promoção dos Povos Indígenas
Tipo do Programa: Finalístico	
Objetivo Geral: Reorganizar e fortalecer o sistema nacional de política indigenista	
Objetivos Específicos: Garantir aos povos indígenas a manutenção ou recuperação das condições objetivas de reprodução de seus modos de vida e proporcionar-lhes oportunidades de superação das assimetrias observadas em relação à sociedade brasileira em geral.	
Gerente: Márcio Augusto Freitas de Meira – Funasa	Responsável: Wanderley Guenka – Funasa
Público Alvo: População Indígena.	

Fonte: Sigplan

Identificação da Ação
Denominação: 3869 - Estruturações de Unidades de Saúde para Atendimento à População Indígena
Tipo de Ação: Projeto
Finalidade: Dotar o Subsistema de Atendimento à Saúde Indígena de estrutura física e de equipamentos necessários ao seu funcionamento e modernização.
Descrição: Construção reforma ampliação e equipagem de unidades de saúde (postos de saúde, pólos-base e casas de saúde do índio); aquisição de mobiliários em geral e equipamentos como veículos, embarcações, aparelhos de comunicação e demais bens necessários ao funcionamento das unidades.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Fundação Nacional de Saúde
Coordenador da Ação: Wanderley Guenka – Funasa
Unidade Executora: Departamento de Saúde Indígena (Desai)

Fonte: Sigplan

Identificação da subação					
Denominação: 26941 – Estruturação de Unidades de Saúde para Atendimento à População Indígena.					
Descrição da Meta	Produto	Unidade de Medida	Exercício 2010		
			Programado	Realizado	Realizado/Programado %
Estrutura 5 Postos de Saúde Para Atendimento à População Indígena.	Postos Estruturados	Unidade	5	0	0%

Fonte: Plano Operacional da Suest-SC/2010

Análise Crítica:

Em relação a estruturação das Unidades de Saúde nas Áreas Indígenas dos 5 Postos programados não foram concluído nenhum. Conforme a DIESP que faz todo o acompanhamento e realização da ação os problemas encontrados foram desde as retificações dos Projetos que eram feitas em Brasília, saída dos profissionais do DENSP para análise dos Projetos, avaliação e aprovação nas Vigilâncias Sanitárias dos Municípios o que comprometeu que iniciasse as obras.

Identificação da Ação
Denominação: 8743 - Promoção, vigilância, proteção e recuperação da saúde indígena
Tipo de Ação: Atividade
Finalidade: Disponibilizar serviços de saúde aos povos indígenas.
Descrição: Assistência à saúde no âmbito dos DSEI: contratação de recursos humanos de nível

médio e superior; aquisição de insumos estratégicos (medicamentos, imunobiológicos e correlatos) deslocamento das equipes multidisciplinares de saúde indígena e das equipes técnicas (aéreo, terrestre e fluvial) incluindo diárias e passagens; manutenção dos postos de saúde, dos pólos base e das casas de saúde do índio - CASAI (gêneros alimentícios, materiais de expediente, de limpeza e de higiene). Acompanhamento e supervisão sistemática às EMSI. Divulgação e visibilidade das ações realizadas (produção de publicações, manuais, cartilhas e correlatos); desenvolvimento e conclusão de estudos e pesquisa sobre saúde indígena; qualificação de profissionais de saúde de nível médio e superior para execução de ações de saúde para a população indígena; capacitação de lideranças indígenas para atuação como agente indígena de saúde; capacitação de técnicos para atuação na área gerencial das unidades de saúde nos DSEI; realização de educação continuada para as EMSI; capacitação de operadores do SIASI e monitores do DESAI; qualificação de profissionais de saúde e técnicos do DSEI em vigilância em saúde; capacitação para o uso de ferramentas informatizadas; acompanhamento da instalação, manutenção e aplicação de ferramentas informatizadas.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Fundação Nacional de Saúde

Coordenador da Ação: Wanderley Guenka – Funasa

Unidade Executora: Departamento de Saúde Indígena (Desai)

Fonte: Sigplan

Identificação da subação.					
Denominação: 26957 – Implementação das Ações de Imunização nas aldeias					
Descrição da Meta	Produto	Unidade de Medida	Exercício 2010		
			Programado	Realizado	Realizado/ Programado %
Alcançar 95% de cobertura vacinal para vacina VOP em menores de 1 ano.	Cobertura vacinal alcançada	%	95%	98%	102,0%
Alcançar 70% de pessoas com esquema vacinal completo.	Cobertura vacinal alcançada	%	70%	74%	105,7%
Alcançar 85% de cobertura vacinal para vacina Tríplice Viral, na faixa etária de 1-4 anos.	Cobertura vacinal alcançada	%	85%	74%	87,0%
Alcançar 85% de cobertura vacinal para vacina Hepatite B, na faixa de 1-4 anos	Cobertura vacinal alcançada	%	85%	98%	115,0%
Alcançar 95% de cobertura vacinal para a vacina Tetravalente em menores de 1 ano	Cobertura vacinal alcançada	%	95%	98%	103,1%
Alcançar 85% de cobertura vacinal para a vacina Dupla Adulto, para mulheres em idade fértil (10 a 49 anos).	Cobertura vacinal alcançada	%	85%	98%	115,2%

Fonte: Plano Operacional da Suest-SC/2010

Análise Crítica:

Este ano foram introduzidos novos imunobiológicos no calendário da população indígena, como Meningocócica C (Conjugada) e Pneumocócica 10 Valente.

Na campanha Nacional da Influenza HINI, nossa cobertura ficou em 88,42%.

Quanto a Pneumocócica 10 v alcançamos 3,5%, levando-se em consideração a inclusão da vacina que são três doses.

Na vacina Influenza, observamos uma ligeira queda na cobertura uma vez que vacinamos primeiramente a Influenza HINI.

Identificação da Ação	
Denominação: 6140 - Vigilância e Segurança Alimentar e Nutricional dos Povos Indígenas	
Tipo de Ação: Atividade	
Finalidade: Combater a desnutrição na população indígena	
Descrição: Cadastramento das famílias indígenas no Cadastro Único; dotação extensiva de equipamento adequado para atenção alimentar e nutricional. Fomentar a alimentação saudável de acordo com as especificidades etno - culturais. Contribuir na formulação e implantação das políticas intersetoriais de segurança alimentar, gestão ambiental e desenvolvimento sustentável dos povos indígenas. Garantir a inclusão das populações indígenas nos instrumentos governamentais visando uma alimentação saudável e compatível com sua cultura.	
Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Fundação Nacional de Saúde	
Coordenador da Ação: Wanderley Guenka – Funasa	
Unidade Executora: Departamento de Saúde Indígena (Desai)	

Fonte: Sigplan

Identificação da subação					
Denominação: 26918 – Implantação das Ações de Vigilância Alimentar e Nutricionais nas Áreas Indígenas.					
Descrição da Meta	Produto	Unidade de Medida	Exercício 2010		
			Programado	Realizado	Realizado/Programado %
Alcançar a cobertura de acompanhamento do estado nutricional, em pelo menos 75% das crianças.	Criança menor de 5 anos acompanhadas	%	75%	75,36%	100,4%
Alcançar a cobertura de acompanhamento do estado nutricional, em pelo menos 73% das gestantes.	Gestantes acompanhadas	%	73%	85,39%	116,97%

Fonte: Plano Operacional da Suest-SC/2010

Análise Crítica:

- ✓ Parcerias estabelecidas com o Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional – CONSEA Estadual/SC, formação do GT Indígena e PAA Indígena;
- ✓ Implantação do Programa Nacional do Ferro – PNSF (em andamento 80% já implantado);
- ✓ Reunião de sustentabilidade PB Araquari;
- ✓ Supervisão Técnica aos Pólos Base;
- ✓ Reunião com as Responsáveis Técnicas pelo Sisvan Estadual de Santa Catarina, com o objetivo de parcerias e troca de informações;

- ✓ Reuniões para fomentação de parcerias entre órgão governamentais como FUNAI, CONAB, EPAGRI, Conselho distrital de saúde e Ministério Público;
- ✓ Reunião com CONAB referente a insuficiência do quantitativo de cestas básicas;
- ✓ Reunião com os municípios sobre o andamento do Sisvan e PNSF para referência e contra referência de serviços da área de alimentação e nutrição;
- ✓ Reuniões com lideranças indígenas sobre o Sisvan e ações de alimentação e nutrição;
- ✓ Participação das plenárias do CONSEA Estadual;
- ✓ Articulação com o CONSEA Estadual, formação de comissão indígena na SAN, e PAA Indígena;
- ✓ Oficina de Aleitamento Materno (esta atividade não foi possível ser desenvolvida em 2010, será disponibilizada em para o ano 2011);
- ✓ Distribuição de 100% de complementos alimentares, pactuado com a conveniada (distribuição gratuita de suplementos alimentares);
- ✓ Participação na capacitação de tutores da Rede Amamenta Brasil parceria com o Estado de Santa Catarina;
- ✓ Distribuição de 100% de cestas básicas de alimentos fornecidos pela CONAB em parceria com FUNASA/SESAI, conforme as normas estabelecidas para distribuição;
- ✓ Participação no Seminário Estadual de reestruturação da Política Nacional de Alimentação e Nutrição – PNAN/10.

Dificuldades

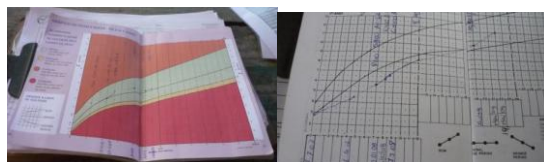
- Dentre os fatores que contribuem na dificuldade da cobertura ser ideal (100%), destacamos a migração característica de algumas etnias, a rotatividade de profissionais de saúde, a questão das férias dos profissionais, onde não há ninguém para substituir , a falta de capacitação em serviço, gerando uma descontinuidade dos serviços.
- O ano de 2010 foi um ano bastante difícil, devido à transição ocorrida da Funasa/SESAI;
- Dificuldade de logística (incluindo desde transporte, diárias, administração, etc.);
- Questão de atraso de repasse de orçamento para a ONG, afetando os trabalhos;
- Questão da SAS, Prefeitura de Ipuauçu demitiu todos os AIS e fará novo processo seletivo, contribuindo para a descontinuidade dos serviços e diminuindo os indicadores e a questão do atendimento a população;

A investigação de óbito infantil será feita pelos municípios, através da vigilância epidemiológica, porém estes ainda não estão totalmente estruturados.

Distribuição de Cestas básicas



Monitoramento mensal peso PB Florianópolis



Monitoramento mensal peso PB Araquari



Horta Pólo base Araquari



Horta Aldeia Morro Alto PB Araquari (fruto da parceria FUNASA/FUNAI/EPAGRI/RONDON BRASIL)

Identificação da Ação
Denominação: 8743 - Promoções, vigilância, proteção e recuperação da saúde indígena
Tipo de Ação: Atividade
Finalidade: Disponibilizar serviços de saúde aos povos indígenas.
Descrição: Assistência à saúde no âmbito dos DSEI: contratação de recursos humanos de nível médio e superior; aquisição de insumos estratégicos (medicamentos, imunobiológicos e correlatos) deslocamento das equipes multidisciplinares de saúde indígena e das equipes técnicas (aéreo, terrestre e fluvial) incluindo diárias e passagens; manutenção dos postos de saúde, dos pólos base e das casas de saúde do índio - CASAI (gêneros alimentícios, materiais de expediente, de limpeza e de higiene). Acompanhamento e supervisão sistemática às EMSI. Divulgação e visibilidade das ações realizadas (produção de publicações, manuais, cartilhas e correlatos); desenvolvimento e conclusão de estudos e pesquisa sobre saúde indígena; qualificação de profissionais de saúde de nível médio e superior para execução de ações de saúde para a população indígena; capacitação de lideranças indígenas para atuação como agente indígena de saúde; capacitação de técnicos para atuação na área gerencial das unidades de saúde nos DSEI; realização de educação continuada para as EMSI; capacitação de operadores do SIASI e monitores do DESAI; qualificação de profissionais de saúde e técnicos do DSEI em vigilância em saúde; capacitação para o uso de ferramentas informatizadas; acompanhamento da instalação, manutenção e aplicação de ferramentas informatizadas.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Fundação Nacional de Saúde
Coordenador da Ação: Wanderley Guenka – Funasa
Unidade Executora: Departamento de Saúde Indígena (Desai)

Fonte: Sigplan

Identificação da subação					
Denominação: 26924 – Implementação das Ações Integradas à Saúde da Mulher e da Criança.					
Descrição da Meta	Produto	Unidade de Medida	Exercício 2010		
			Programado	Realizado	Realizado/Programado %
Reduzir em 5% a mortalidade Infantil Indígena, da Core/SC.	Mortalidade Infantil	%	5%	15%	300%
Realizar pelo menos 4 consultas de pré-natal em 60% das gestantes.	Gestantes com consulta	%	60%	92%	152,33%
Investigar 80% dos óbitos infantis na Core/SC.	Gestantes acompanhadas	%	80%	0%	0%
50% das mulheres na faixa de 25-59 anos, com exames de mamas realizadas.	Mulheres examinadas	%	50%	32,44%	64,88%
50% das mulheres na faixa etária de 25-29 anos, com exames de PCCU	Mulheres examinadas	%	50%	37,83%	75,66%

Fonte: Plano Operacional da Suest-SC/2010

Análise Crítica:

- ✓ Implantação do Programa Nacional do Ferro – PNSF (em andamento 80% já implantado);
- ✓ Supervisão Técnica aos Pólos Base;
- ✓ Reunião com CONAB referente a insuficiência do quantitativo de cestas básicas;
- ✓ Incentivo ao aleitamento materno;
- ✓ Coleta do PCCU e exames de mamas;
- ✓ Oficina de Aleitamento Materno (esta atividade não foi possível ser desenvolvida em 2010, será disponibilizada em para o ano 2011);
- ✓ Distribuição de 100% de complementos alimentares, pactuado com a conveniada (distribuição gratuita de suplementos alimentares) a crianças em déficit nutricional e gestantes;
- ✓ Participação na capacitação de tutores da Rede Amamenta Brasil parceria com o Estado de Santa Catarina;
- ✓ Distribuição de 100% de cestas básicas de alimentos fornecidos pela CONAB em parceria com FUNASA/SESAI, conforme as normas estabelecidas para distribuição, principalmente as crianças e gestantes.

Dificuldades

- Dentre os fatores que contribuem na dificuldade da cobertura ser ideal (100%), destacamos a migração característica de algumas etnias, a rotatividade de profissionais de saúde, a questão das férias dos profissionais, onde não há ninguém para substituir, a falta de capacitação em serviço, gerando uma descontinuidade dos serviços.
- O ano de 2010 foi um ano bastante difícil, devido à transição ocorrida da Funasa/SESAI;
- Dificuldade de logística (incluindo desde transporte, diárias, administração, etc.);
- Questão de atraso de repasse de orçamento para a ONG, afetando os trabalhos;

- Questão da SAS, Prefeitura de Ipuacu demitiu todos os AIS e fará novo processo seletivo, contribuindo para a descontinuidade dos serviços e diminuindo os indicadores e a questão do atendimento a população;
- A investigação de óbito infantil será feita pelos municípios, através da vigilância epidemiológica, porém estes ainda não estão totalmente estruturados.
- Falta de estrutura ou inexistência de postos de saúde nas aldeias para a coleta do PCCU e exame de mamas;

Identificação da Ação
Denominação: 8743 - Promoção, vigilância, proteção e recuperação da saúde indígena
Tipo de Ação: Atividade
Finalidade: Disponibilizar serviços de saúde aos povos indígenas.
Descrição: Assistência à saúde no âmbito dos DSEI: contratação de recursos humanos de nível médio e superior; aquisição de insumos estratégicos (medicamentos, imunobiológicos e correlatos) deslocamento das equipes multidisciplinares de saúde indígena e das equipes técnicas (aéreo, terrestre e fluvial) incluindo diárias e passagens; manutenção dos postos de saúde, dos pólos base e das casas de saúde do índio - CASAI (gêneros alimentícios, materiais de expediente, de limpeza e de higiene). Acompanhamento e supervisão sistemática às EMSI. Divulgação e visibilidade das ações realizadas (produção de publicações, manuais, cartilhas e correlatos); desenvolvimento e conclusão de estudos e pesquisa sobre saúde indígena; qualificação de profissionais de saúde de nível médio e superior para execução de ações de saúde para a população indígena; capacitação de lideranças indígenas para atuação como agente indígena de saúde; capacitação de técnicos para atuação na área gerencial das unidades de saúde nos DSEI; realização de educação continuada para as EMSI; capacitação de operadores do SIASI e monitores do DESAI; qualificação de profissionais de saúde e técnicos do DSEI em vigilância em saúde; capacitação para o uso de ferramentas informatizadas; acompanhamento da instalação, manutenção e aplicação de ferramentas informatizadas.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Fundação Nacional de Saúde
Coordenador da Ação: Wanderley Guenka – Funasa
Unidade Executora: Departamento de Saúde Indígena (Desai)

Fonte: Sigplan

Identificação da subação					
Denominação: 26977 – Capacitação de Profissionais e Controle Social na Área da Saúde Indígena.					
Descrição da Meta	Produto	Unidade de Medida	Exercício 2010		
			Programado	Realizado	Realizado/Programado %
Promover a participação em eventos de capacitação de profissionais que atuam na saúde indígena.	Eventos promovidos	unidade	2	0	0%
Realizar 3 reuniões com cada Conselho Distrital de Saúde Indígena (Interior Sul e Litoral).	Reunião realizadas	unidade	3	3	100%
Realizar 3 reuniões em cada Conselho local de saúde Indígena (06 conselhos).	Reunião realizadas	unidade	6	6	100%
Promover a participação em eventos de capacitação dos	Eventos promovidos	unidades	2	1	50%

Conselheiros Distritais de Saúde Indígena no Interior Sul.					
--	--	--	--	--	--

Fonte: Plano Operacional da Suest-SC/2010

Análise Crítica:

Foi programado para o ano capacitações para Conselheiros Distritais e Locais de Saúde Indígena, mas devido à transição da saúde indígena não houve tempo hábil e orçamento para realização das mesmas.

Identificação da subação					
Denominação: 26981 – Implantações das Ações da Assistência Farmacêutica para Subsistema de Saúde Indígena					
Descrição da Meta	Produto	Unidade de Medida	Exercício 2010		
			Programado	Realizado	Realizado/Programado %
Garantir 100% o Fornecimento dos medicamentos (éticos, similares e genéricos) não padronizados de “A a Z” para atendimento de aviamentos das receitas medicas prescritas pela equipe multidisciplinar de saúde indígena e da rede do SUS, para atender a necessidade dos pacientes indígenas em tratamento de saúde de media e alta complexidade, sob jurisdição da Core/SC.	Medicamentos não padronizados	%	100%	100%	100%
Capacitar 4 Profissionais de cada Pólo Base.	Profissionais capacitados	Unidade	4	0	0%
Registrar 100% das movimentações de materiais farmacológicos no Siscoesc	Movimentações registradas	unidade	4	0	0%
Garantir no estoque 100% de medicamentos básicos, para assistência terapêutica da população Indígena.	Medicamentos padronizados	%	100%	80%	80%

Fonte: Plano Operacional da Suest-SC/2010

Análise Crítica:

A garantia dos medicamentos não padronizados de “A a Z”, para o atendimento dos aviamentos das receitas médicas, aconteceu através do contrato vigente entre Funasa e Farmácias, para o atendimento das regiões de sua abrangência. Nenhum pólo base deixou de ser atendido, apesar de apresentar alguns problemas, devido ao fluxo de movimentação das notas fiscais, todos os

medicamentos solicitados foram fornecidos aos pacientes. Evitando assim a descontinuidade do tratamento de saúde.

Os profissionais durante esse ano não foram capacitados referente ao sistema de controle de estoque dos medicamentos, porém receberam algumas informações necessárias para desenvolvê-lo das atividades da Assistência Farmacêutica. Ao decorrer do ano ocorreu um grande fluxo de mudanças dos profissionais responsáveis pelas farmácias dos pólos base, dificultando a capacitação, pois a grande rotatividade de profissionais reflete diretamente na qualidade do desenvolvimento das ações. Os profissionais que desempenham ações nas farmácias não apresentam muitas vezes conhecimento necessário para tal ação, faz-se necessário a contratação de profissionais tecnicamente capacitados para a área da Assistência Farmacêutica, assim facilitando as atividades.

Os registros das movimentações dos insumos farmacológicos foram inseridos no Siscoes no Dsei, em relação aos Pólos Base os registros foram realizados através de planilhas desenvolvidas pelos responsáveis pelos pólos ou pela farmacêutica do Dsei, não ocorrendo registros no Sistema.

A garantia do estoque dos medicamentos básicos não foi alcançada devido a inúmeros problemas de fornecimento tanto com as Distribuidoras, como com a Assistência Farmacêutica do Desai, pois alguns itens apresentaram à distribuição inferior as necessidades apresentadas, deixando o estoque zerado. Devido a esta situação alguns medicamentos foram adquiridos através do contrato entre Funasa/Farmácias. A compra desses medicamentos em várias situações prejudicou a agilidade de pagamento para as farmácias, pois os medicamentos básicos adquiridos nas farmácias contratadas necessitavam de justificativas.

A área da Assistência Farmacêutica - AF ainda necessita de estruturação tanto no Dsei como nos Pólos Base, há necessidade de contratação de mais profissionais farmacêuticos e técnicos em farmácias assim facilitando e qualificando as ações.

A AF no decorrente do ano além das supervisões aos pólos base realizou juntamente com a Área da Nutrição a implantação do Programa de Suplementação do Ferro, foram realizadas visitas aos municípios de abrangência da saúde indígena e a capacitação em dois momentos, em José Boiteux e Chapecó.

Identificação da subação					
Denominação: 41583 – Implantação da Vigilância Ambiental/Fatores Biológicos em Áreas Indígenas.					
Descrição da Meta	Produto	Unidade de Medida	Exercício 2010		
			Programado	Realizado	Realizado/Programado %
Implementar a Vigilância Ambiental nos 4 Pólos Base.	Vigilância Ambiental implantada	Unidade	4	0	0%

Fonte: Plano Operacional da Suest-SC/2010

Análise Crítica:

O desenvolvimento e o planejamento das ações propostas estavam correlacionados a capacitação do técnico responsável pela área programática. Como neste ano não foi realizado a capacitação devido à transição da saúde indígena, esta ação ficou prejudicada na sua atuação.

Identificação da subação					
Denominação: 26975 – Implementação das Ações de Controle da Tuberculose e Hanseníase nas áreas indígenas.					
Descrição da Meta	Produto	Unidade de Medida	Exercício 2010		
			Programado	Realizado	Realizado/Programado %
Implementação das ações de Tuberculose e Hanseníase nos 4 Pólos .	Ações implementadas	Unidade	4	4	100%

Fonte: Plano Operacional da Suest-SC/2010

Análise Crítica:

Conforme o Planejamento de 2010 foram realizadas ações nos quatro Pólos, com a comunidade, compreendendo orientação, conhecimento sobre as várias formas de Tuberculose.

O objetivo foi deixar bem claro quais os sintomas de tuberculose/Hanseníase.

Iniciaram-se as atividades com a realização de reuniões com os Coordenadores dos Pólos juntamente com os caciques explicando como seriam feitas essas ações, os locais a serem realizados e os cronogramas das aldeias.

Essas atividades tiveram início no dia 26/03/2010 com término em 06/2010 com avaliação dos convidados da ASCOM e Coordenadores de cada Pólo.

Feita análise das ações para a melhoria dos próximos trabalhos.

Concluimos que há a falta de conhecimento de Tuberculose/ Hanseníase pelos AIS, AISAM e alguns Técnicos de Enfermagem.

Em 01/11/2010 houve uma capacitação no Rio Grande do Sul – Protocolo de Assistência de Enfermagem ao Paciente de Tuberculose realizado pelo Estado.

Identificação da subação					
Denominação: 26942 – Implementação de Ações de atenção à saúde bucal para população indígena.					
Descrição da Meta	Produto	Unidade de Medida	Exercício 2010		
			Programado	Realizado	Realizado/Programado %
Ampliar pelo menos 10% consultas programáticas.	Número de consultas realizadas	Unidade	3.136	1.446	46,1%
Atingir a média de 1,5 dos procedimentos odontológicos assistenciais básicos	Media de procediment os alcançados	Unidade	1,5	0,5	33,3%
Ampliar pelo menos 10% a cobertura média de escovação bucal supervisionada.	Media de procediment os alcançados	Unidade	2.486	484	19,5%

Fonte: Plano Operacional da Suest-SC/2010

Análise Crítica:

Observação/Justificativa: Os números acima correspondem aos dados completos realizados até dezembro de 2010. Justificamos que por um atraso da geração de dados no Pólo Base de Chapecó, o monitoramento do PlamSUS seguiu fechado para 2010 apenas com dados até o mês de outubro:

consultas programáticas = 1318; escovação bucal supervisionada = 439; procedimentos odontológicos assistenciais básicos = 0,4.

Cumprimento das metas físicas: Nas **consultas programáticas** – iniciamos as capacitações de agentes indígenas de saúde para reforçar a cobertura na saúde bucal em dois pólos bases, mas isso ainda não mostrou resultados significantes. A área técnica ainda não está devidamente estruturada. Faltam recursos humanos (02 dentistas 40 horas/semanal) na cobertura das duas maiores populações indígenas do Estado: 01 dentista + 01 auxiliar de saúde bucal para as Terras Indígenas Laklãnõ (José Boiteux/SC); e 01 dentista com 01 auxiliar de saúde bucal para as Terras Indígenas Xapecó (Ipuacu/SC). Também faltam recursos técnicos, pois há pelo menos 02 (dois) consultórios odontológicos operando precariamente. A aquisição de novos equipos completos reduziria interrupções do serviço para reparos técnicos; para a **escovação bucal supervisionada** – em agosto de 2010 iniciamos as capacitações de agentes indígenas de saúde (AIS) onde estão as maiores populações indígenas - Terras Indígenas Laklãnõ (José Boiteux/SC) e Terras Indígenas Xapecó (Ipuacu/SC) - para reforçar a cobertura na saúde bucal com as famílias e nas escolas com professores e alunos, mas isso ainda não trouxe resultados significantes. Além do treinamento, sabemos que atuar coletivamente requer a sensibilização de técnicos, usuários e lideranças indígenas, porque muita gente ainda banaliza a atividade sem considerar os benefícios da promoção/prevenção na saúde bucal. Mesmo participando da capacitação dos AIS, algumas lideranças ainda resistem em aceitar a importância da escovação bucal supervisionada, pressionando dentistas para atuarem curativamente em consultórios; para os **procedimentos odontológicos assistenciais básicos** – a área técnica ainda não está devidamente estruturada. Faltam recursos humanos (02 dentistas 40 horas/semanal) na cobertura das duas maiores populações indígenas do Estado: 01 dentista + 01 auxiliar de saúde bucal para as Terras Indígenas Laklãnõ (José Boiteux/SC); e 01 dentista com 01 auxiliar de saúde bucal para as Terras Indígenas Xapecó (Ipuacu/SC). Também faltam recursos técnicos, pois há pelo menos 02 (dois) consultórios odontológicos operando precariamente. A aquisição de novos equipos completos reduziria interrupções do serviço para reparos técnicos.

Subações que apresentaram problemas de execução: Houve problemas de execução desta subação.

Subações que superaram de forma significativa as metas estabelecidas: tanto a subação quanto as metas dela não alcançaram e/ou superaram o programado.

Além dessas, o gestor poderá analisar outras questões que tenham provocado impacto na Execução Física das subações realizadas e que não tenham sido abordadas.

Avanços:

- Foi realizada uma capacitação para Agentes Indígenas de Saúde (AIS) atuarem nas Diretrizes de Saúde Bucal no Pólo Base de José Boiteux, em agosto/2010.



De luvas e munidos com abaixadores de língua, dentista e AIS curiosos examinaram (*in vivo*) crianças e adultos



No escovódromo: duas crianças com cada AIS receberam orientações para uma escovação adequada

- Foi realizada uma capacitação para Agentes Indígenas de Saúde (AIS) atuarem nas Diretrizes de Saúde Bucal no Pólo Base de Chapecó, aldeias de Ipuauçu, em outubro/2010.



Alimentos saudáveis, cárie, doença periodontal e higiene oral foram abordados pelo dentista Alexandre e seus colegas



Procedimento não tão simples, o preenchimento de dados nas fichas das Diretrizes gerou repetidas orientações

- Quatro dentistas do DSEI estão cursando pós-graduação à distância na Especialidade em Saúde Indígena (conclusão em 2011) – pela Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP).

Dificuldades:

- O atendimento nas duas maiores populações indígenas – Terra Indígena Laklãnõ (José Boiteux/SC) e Terra Indígenas Xapecó (Ipuauçu/SC) ainda está prejudicado por necessitar de mais RH (uma equipe com 40 horas/semanal de um dentista + auxiliar de saúde bucal para cada terra indígena citada).
- Também faltam recursos técnicos, pois há pelo menos 02 (dois) consultórios odontológicos operando precariamente.
- A tramitação prolongada de 03 (três) PBS à saúde bucal para o seguinte: 1 – a aquisição de mais 06 autoclaves odontológicas; 2 – a aquisição e fornecimento de materiais odontológicos; e 3 – a contratação dos laboratórios para confecções e reparos de próteses dentais (total e parcial).
- A demorada remessa ou entrega dos insumos odontológicos fundamentais – Creme, escova e fio dentais – nos quatro Pólos Bases devido à deficiente frota para transporte ou pela falta de motoristas.

Sugestões de soluções:

- Contratação de dentistas e auxiliares para adequar o quadro de RH nas duas maiores áreas indígenas de Santa Catarina; e até de pessoal digitador para o Pólo Base de Chapecó, que mantenha a geração de dados para a devida atualização do SIASI;
- A aquisição de dois novos consultórios odontológicos completos (equipo + autoclave + compressor) reduziria interrupções do serviço durante reparos técnicos;
- Que haja pessoal administrativo suficiente na condução da parte que lhe compete em um PBS, para não desviar servidores das áreas técnicas de saúde de suas funções.

É necessário manter um transporte disponível, adequado e com prioridade para uma entrega mais ágil de insumos e materiais odontológicos aos Pólos Base.

Identificação da subação					
Denominação: 26955 – Implementação das Ações de Prevenção e Controle de DST/HIV/AIDS.					
Descrição da Meta	Produto	Unidade de Medida	Exercício 2010		
			Programado	Realizado	Realizado/Programado %
Implementar ações de controle das DST/AIDS e Hepatites virais na Core/SC.	Vigilância Ambiental implantada	Unidade	4	4	100%

Fonte: Plano Operacional da Suest-SC/2010

Análise Crítica:

Junto com as equipes multidisciplinares foram desenvolvidas ações preventivas em relação ao tema, como palestras, oficinas, rodas de conversa com as Comunidades Indígenas, alunos e professores, no intuito de oferecer conhecimentos em relação ao tema DST/HIV/AIDS.

Identificação da subação					
Denominação: 26921 – Fortalecimento do Sistema de Informação de Atenção à Saúde Indígena – SIASI.					
Descrição da Meta	Produto	Unidade de Medida	Exercício 2010		
			Programado	Realizado	Realizado/Programado %
Enviar lotes bimestrais por pólo base para alimentação do SIASI.	Vigilância Ambiental implantada	Unidade	24	16	66,6%

Fonte: Plano Operacional da Suest-SC/2010

Análise Crítica:

O sistema de informação neste ano deixou a desejar, tendo em vista problemas relacionados a falta de treinamento, capacitação no manuseio do programa, atualização do sistema, problemas com internet, computadores que não comportam o programa, bem como uma pessoa designada para alimentar o sistema.

Grande problema é não termos o sistema implantado no DSEI.

Identificação da subação					
Denominação: 26919 – Promoção da Educação em Saúde dos Povos Indígenas.					
Descrição da Meta	Produto	Unidade de Medida	Exercício 2010		
			Programado	Realizado	Realizado/Programado %
Beneficiar 43 aldeias com ações de Educação em Saúde e Mobilização Social na Atenção Integrada à Saúde dos Povos Indígenas.	Aldeias beneficiadas	Unidade	43	38	88,37%

Fonte: Plano Operacional da Suest-SC/2010

Análise Crítica:

No decorrer do exercício 2010, a equipe de Educação em Saúde atuou diretamente no assessoramento às ações de Atenção à Saúde do Distrito Sanitário Especial Indígena Interior Sul. As aldeias sob a nossa área de abrangência foram beneficiadas com as seguintes atividades:

- ✓ Palestras sobre Hanseníase e Tuberculose - Atividade desenvolvida em parceria com os técnicos do Distrito Sanitário Indígena Interior Sul. Na atividade as equipes visitaram os Pólos Base de toda a região catarinense para realizarem atividades educativas e de mobilização social com os profissionais de saúde local e comunidades indígenas;
- ✓ Capacitação em Saúde Bucal conforme as diretrizes da Funasa - Atividade desenvolvida em parceria com os técnicos do Distrito Sanitário Indígena Interior Sul. Na atividade foram capacitados Agentes Indígenas de Saúde para o desenvolvimento de atribuições e práticas individuais e coletivas nas Diretrizes para a Atenção à Saúde Bucal. Também foram sensibilizados servidores da equipe de enfermagem, professores e lideranças para que possam apoiar os AIS, em suas atividades diárias.

Entendemos que a meta de atingirmos 43 aldeias não foi atingida devido à insuficiência do quantitativo de servidores na Equipe de Educação em Saúde. A meta foi planejada em um momento que a equipe dispunha de 10 servidores para consolidar a execução, porém no decorrer do exercício a equipe foi reduzida pela metade, agravando assim o problema crônico de falta de pessoal frente à demanda do Setor. Outro fator que a ser considerado ao se analisar as ações voltadas para a Saúde Indígena é o momento de transição vivenciada pela Funasa e pela Secretaria de Saúde Indígena.

Apesar da meta não ter sido alcançada, cabe destacar que a parceria intersetorial – Dsei x Ascom - proporcionou conforme avaliação de técnicos e beneficiários envolvidos um impacto qualitativo no desenvolvimento das atividades.

Identificação do Programa de Governo	
Código no PPA: 0122	Denominação: Serviços Urbanos de Água e Esgoto
Tipo do Programa: Finalístico	
Objetivo Geral: Ampliar o acesso aos serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário e resíduos sólidos, com vistas à universalização.	
Objetivos Específicos: Ampliar a cobertura e melhorar a qualidade dos serviços públicos urbanos de abastecimento de água e esgotamento sanitário.	
Gerente: Leodegar da Cunha Tiscoski – Ministério das Cidades	Responsável: José Raimundo Machado dos Santos – Funasa
Público Alvo: População urbana de menor nível socioeconômico, e a residente em áreas de habitação subnormal, em periferias de grandes centros e em municípios de pequeno porte.	

Fonte: Sigplan

Identificação da Ação	
Denominação: 6908 - Fomento à Educação em Saúde voltada para o Saneamento Ambiental	
Tipo de Ação: Atividade	
Finalidade: Assessorar gestores e técnicos em todos os níveis para o desenvolvimento de ações permanentes de comunicação e educação em saúde, por meio da mobilização social, visando à promoção da saúde, prevenção e controle de doenças e agravos, ocasionados pela falta e/ou inadequação de ações de saneamento ambiental.	
Descrição: As ações de Educação em Saúde e Mobilização Social nos projetos de saneamento ambiental financiados junto aos estados e municípios pela Funasa têm o sentido de fomentar, apoiar e fortalecer ações que resultem em efetiva melhoria na qualidade de vida da população beneficiada. A proposta é garantir que as melhorias em saneamento ambiental implementada nos municípios de até 50.000 habitantes, nos projetos das áreas metropolitanas e em áreas especiais (assentamentos, remanescentes de quilombo e áreas extrativistas) integrem-se de forma harmoniosa e sustentável nas comunidades, garantindo a inclusão social por intermédio do acesso das populações vulneráveis aos serviços a que têm direito e colaborando para a adequada e transparente aplicação dos recursos	

públicos nessa área, inclusive estimulando a parceria junto a outros projetos e programas de iniciativa governamental e não governamental. Com essas ações, esperam-se iniciativas nos municípios beneficiados. Para tal é necessário o assessoramento técnico qualificado, por intermédio das ações discriminadas a seguir: atuação junto aos gestores e técnicos em todos os níveis visando sensibilizá-los para a importância do desenvolvimento de atividades permanentes de Comunicação e Educação em Saúde; apoio técnico aos profissionais que atuam nas diversas instâncias de governo, representantes de ONGs para a elaboração, execução, acompanhamento e supervisão de projetos, programas e atividades educativas de caráter permanente; ampliação do Programa de Educação em Saúde e Mobilização Social (PESMS), financiada por recursos de convênio, para que se torne gerador/estimulador de outros projetos de alcance social; incentivo à integração das ações permanentes de Comunicação e Educação em Saúde a outros projetos sociais / comunitários visando estimular a participação, controle e inclusão sociais, geração de emprego e renda; fomento à organização de estruturas e equipes locais para o desenvolvimento de ações permanentes de Educação em Saúde; incremento ao apoio logístico e de recursos humanos às Assessorias de Comunicação e Educação em Saúde (ASCOM) das Coordenações Regionais da Funasa, por intermédio da aquisição de equipamentos e insumos, pagamento de diárias e passagens, prestação de serviços de terceiros por pessoas física e jurídica visando o cumprimento das ações propostas.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Fundação Nacional de Saúde

Coordenador da Ação: José Raimundo Machado dos Santos – Funasa

Unidade Executora: Departamento de Engenharia de Saúde Pública (DENSP)

Fonte: Sigplan

Identificação da subação					
Denominação: 26937 – Fomento à Educação em Saúde voltada para Saneamento Ambiental.					
Descrição da Meta	Produto	Unidade de Medida	Exercício 2010		
			Programado	Realizado	Realizado/Programado %
Apoiar os Municípios conveniados com a Funasa, para implantação e/ou implementação de ações de Educação em Saúde e Mobilização Social nos projetos de saneamentos (outros recursos não PAC).	Municípios apoiados	Unidade	91	71	78,02%
Apoiar tecnicamente a realização de projetos de coleta de reciclagem no âmbito do programa Resíduo Sólido (catadores) em ação de educação em saúde e mobilização social.	Projetos apoiados.	Unidade	17	3	17,65%
Apoiar os municípios a beneficiarem as comunidades de áreas especiais (assentados) com ações de Educação em Saúde e Mobilização Social.	Municípios apoiados	Unidade	3	0	0%
Apoiar tecnicamente, por meio dos Núcleos	Municípios beneficia-	Unidade	11	5	45,45%

Intersetoriais de Cooperação Técnica (NICT), os municípios na elaboração dos Planos Municipais de Saneamento Básico (PMSB).	dos				
Estabelecer parcerias interinstitucionais com vistas à implantação e implementação de estratégias de Educação e Saúde no âmbito do SUS em Santa Catarina.	Core beneficiada	Unidade	1	0	0%
Apoiar a implantação e/ou implementação de ações de educação em saúde em municípios conveniados com a Funasa, contemplados com recursos do PAC.	Municípios apoiados	Unidade	53	31	58,49%
Apoiar os municípios na implantação/implementação dos Núcleos de Educação em Saúde nos municípios atendidos com recursos da Funasa.	Municípios apoiados	Unidade	144	102	70,83%
Apoiar municípios na implantação de ações educativas referente ao Programa de Educação em Saúde e Mobilização Social (Pesms) nos convênios celebrados com a Funasa anteriores a 2006.	Municípios apoiados	Unidade	8	7	87,5%
Sensibilizar e apoiar técnicos e gestores municipais para implantação/implementação de ações e projetos permanentes de Educação em Saúde, nos municípios conveniados com a Funasa contemplados com recursos do PAC e nos demais municípios conveniados.	Municípios beneficiados	Unidade	154	102	70,83%

Fonte: Plano Operacional da Suest-SC/2010

Análise crítica

As subações descritas acima incluem diversas atividades relativas atuação da Equipe de Educação em Saúde. As ações desenvolvidas vão desde oficinas temáticas executadas nas dependências da Superintendência até supervisões in loco, onde a equipe tem que se deslocar da

Sede e percorrer até 600 quilômetros. Para a análise deste item é relevante observar que no produto (Município apoiado), tivemos situações em que um mesmo Município recebeu mais de uma ação de apoio, seja por análise e supervisão do projeto ou participação em oficinas de capacitação.

Informamos, ainda, que em 2010 esta Equipe aprovou 07 projetos de Educação em Saúde e Mobilização Social desses convênios (não PAC).

Consideramos que esta meta não foi alcançada devido aos seguintes fatores:

- Insuficiência do quantitativo de servidores da Equipe de Educação em Saúde, situação esta agravada em julho de 2010, com a saída do único agente administrativo que estava lotado no Setor;
- Não apresentação de projetos de ações educativas por parte dos municípios conveniados;
- Falta de recursos financeiros para despesas com viagens de supervisão técnica (Limite de teto orçamentário).

Ainda quanto ao desenvolvimento das ações de Educação em Saúde executados no âmbito desta Superintendência, observamos que as supervisões têm sido efetuadas de forma precária. Esta Equipe tem realizado apenas uma supervisão técnica ao final dos convênios. Portanto o assessoramento aos municípios tem se limitado as capacitações ocorridas na Sede da Superintendência Estadual da Funasa em Santa Catarina.

Em relação as visitas técnicas têm priorizado os Municípios em que as obras estejam concluídas ou em vias de conclusão, bem como aqueles cujos projetos beneficiem expressivos públicos-alvo.

Como fator positivo pode destacar a realização do Encontro de Avaliação das Ações de Educação em Saúde e Mobilização Social, realizado por esta Equipe no mês de novembro. Esta atividade estava já havia feito parte desde o Plano Operacional 2009, sem que naquele fosse executada. O encontro contou com a participação de 20 Municípios e se consolidou como uma atividade de relevante contribuição para o fomento a Educação em saúde em Santa Catarina.

Identificação do Programa de Governo	
Código no PPA: 1287	Denominação: Saneamento Rural
Tipo do Programa: finalístico	
Objetivo Geral: Promover e participar da adoção de medidas voltadas à prevenção e ao controle dos determinantes e condicionantes de saúde da população.	
Objetivos Específicos: Ampliar a cobertura e melhorar a qualidade dos serviços de saneamento ambiental em áreas rurais.	
Gerente: Faustino Barbosa Lins Filho – Funasa	Responsável: José Raimundo Machado dos Santos – Funasa
Público Alvo: População rural dispersa, residente em assentamentos da reforma agrária e em localidades de até 2.500 habitantes e as minorias étnico-raciais como quilombolas, população indígena e outros povos da floresta.	

Fonte: Sigplan

Identificação da Ação
Denominação: 4641 - Publicidade de Utilidade Pública
Tipo de Ação: Atividade
Finalidade: Propiciar o atendimento ao princípio constitucional da publicidade, mediante ações que visam informar, esclarecer, orientar, mobilizar, prevenir ou alertar a população ou segmento da população para adotar comportamentos que lhe tragam benefícios sociais, com o fim de melhorar a sua qualidade de vida.
Descrição: A ação se desenvolverá por meio de divulgação de conteúdos vinculados a objetivos sociais de interesse público, que assumam caráter educativo, informativo, de mobilização ou de orientação social, ou ainda que contenha uma orientação à população que a habilite ao usufruto de bens ou serviços públicos e que expresse, com objetividade e clareza, mediante a utilização de linguagem de fácil entendimento para o cidadão.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Fundação Nacional de Saúde

Coordenador da Ação: José Raimundo Machado dos Santos – Funasa
Unidade Executora: Departamento de Engenharia de Saúde Pública (DENSP)

Fonte: Sigplan

Identificação da subação					
Denominação: 26920 – Divulgação permanente da imagem institucional Funasa nas ações de Saneamento e Saúde Indígena.					
Descrição da Meta	Produto	Unidade de Medida	Exercício 2010		
			Programado	Realizado	Realizado/Programado %
Elaborar informativo institucional para servidores da Core.	Informativo elaborado	Unidade	15	5	33,33%
Divulgar as ações, projetos e programa da Funasa nas áreas de saneamento ambiental e saúde indígena.	Matéria divulgada	Unidade	60	38	63,33%
Realizar ações de comunicação e integração do quadro de funcionários da Core com vistas à valorização e consolidação da imagem institucional.	Ação realizada	Unidade	10	6	60%

Fonte: Plano Operacional da Suest-SC/2010

Análise crítica

A meta não foi alcançada da Assessoria de Comunicação e Educação em Saúde devido as limitação de RH como: não conta com profissional de jornalismo; o acúmulo de atividades de Educação em Saúde na Ascom; a exoneração do assistente técnico responsável pela Assessoria e também em função da reformulação institucional determinada pelo Decreto 7335, de 19/10/2010. Registramos ainda, as restrições à divulgações determinadas no período eleitoral e a transferência das atividades de atenção à saúde indígena para o Ministério da Saúde (em processo de transição), reduzindo substancialmente fatos de interesse midiático na instituição, como fatores limitadores do cumprimento da meta.

Apesar da meta não ter sido alcançada destacamos como fator positivo as atividades integradoras e mobilizadoras do quadro funcional. Neste exercício ocorreu a campanha de doação de Sangue (parceria com Hemosc), e homenagens ao Dia do aposentado, Dia do Índio, Dia do Trabalho, Dia das Mães e Dia do Servidor Público.

RELATORIO FOTOGRÁFICO DAS AÇÕES DA ASCOM – EDUCAÇÃO EM SAÚDE

Ações de Saúde Indígena/Saneamento Ambiental/Educação e Mobilização Social



FOTOS – ALDEIAS INDÍGENAS: Pólo Base de Araquari/SC



Pólo Base de Chapecó/SC



Pólo Base Jose Boiteux/Nutrição/SISVAN/Assistência Farmacêutica.



AÇÕES: PALESTRAS E ORIENTAÇÕES À COMUNIDADE REALIZADAS PELO DSEI, EMI E ASCOM



Identificação da Ação
Denominação: 10GD - Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Abastecimento de Água em Municípios de até 50.000 Habitantes, Excluído de Regiões Metropolitanas ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE).
Tipo de Ação: Projeto
Finalidade: Dotar os domicílios e estabelecimentos coletivos com abastecimento público de água adequado visando à prevenção e ao controle de doenças e agravos.
Descrição: Implantação e/ou a ampliação e/ou a melhoria de sistemas públicos de abastecimento de água, contemplando a elaboração de planos diretores e projetos, a realização de obras, incluindo ligação domiciliar, rede de distribuição e estação de tratamento, e ações voltadas para a sustentabilidade dos mesmos.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Fundação Nacional de Saúde
Coordenador da Ação: José Raimundo Machado dos Santos – Funasa
Unidade Executora: Departamento de Engenharia de Saúde Pública (DENSP)

Fonte: Sigplan

Identificação da subação					
Denominação: 26943 – Implantação e melhoria de sistemas públicos de abastecimento de água em municípios de até 50.000 habitantes.					
Descrição da Meta	Produto	Unidade de Medida	Exercício 2010		
			Programado	Realizado	Realizado/Programado %
Realizar 1 visita preliminar para viabilização de obras de implantação de melhoria de sistemas públicos de abastecimento de água, relativos aos pleitos de 2010.	Visita realizada	Unidade	1	0	0%
Realizar 20 visitas de acompanhamento de obras de implantação e melhoria de sistemas públicos de abastecimento de água, relativos a exercícios anteriores.	Visitas realizadas	Unidade	20	16	80%
Analisar 60 projetos de implantação e melhoria de sistemas públicos de abastecimento de água, relativos a exercícios anteriores.	Projetos analisados	Unidade	60	214	356,67%
Realizar 15 visitas preliminares de implantação e melhoria de sistemas públicos de abastecimento de água, relacionados a exercícios anteriores.	Visitas realizadas	Unidade	15	16	106,67%
Realizar 7 visitas finais de convênios de implantação e melhoria de sistemas públicos de abastecimento	Visitas realizadas	Unidade	7	9	128,57%

de água, relativos a exercícios anteriores.					
Analisar 1 projeto de implantação de melhoria de sistemas públicos de abastecimento de água relativos aos pleitos de 2010.	Projetos analisados	Unidade	1	0	0%

Fonte: Plano Operacional da Suest-SC/2010

Análise Crítica:

Fazendo uma análise quanto às metas previstas para a subação “Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Abastecimento de Água”, cabe ressaltar o não cumprimento das metas para os pleitos de 2010. Estavam previstas apenas uma análise de projeto e uma visita preliminar, o qual é referente à única contratação existente no momento da programação desta subação. As metas para os pleitos de 2010 não foram alcançadas uma vez que não foi protocolado o projeto nesta SUEST para o referido pleito, sendo assim não coube análise de projeto ou visita técnica.

A meta vinculada ao produto “Projetos analisados” foi executada além do previsto tendo em vista que houve orientação aos municípios e revisão dos projetos apresentados de acordo com as observações contidas nos pareceres técnicos da Divisão de Engenharia de Saúde Pública, o que resultou, no geral, em mais de uma análise para cada projeto apresentado..

Das três metas vinculadas ao produto “Visitas realizadas”, apenas uma delas não atingiu a meta estabelecida, onde pode-se listar como fatores para o seu não atendimento a demanda de serviços, morosidade na liberação de recursos financeiros, demora no início das obras e no atendimento aos apontamentos para regularizar as obras por parte dos municípios. As demais metas vinculadas a “Visitas realizadas” superaram o valor programado, atendendo a uma demanda reprimida de visitas técnicas referentes a exercícios anteriores.

Identificação da Ação
Denominação: 10GE - Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Esgotamento Sanitário em Municípios de até 50.000 Habitantes, Exclusive de Regiões Metropolitanas ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE).
Tipo de Ação: Projeto
Finalidade: Dotar os domicílios e estabelecimentos coletivos de sistema público de coleta e tratamento de esgoto sanitário adequado visando à prevenção e o controle de doenças e agravos.
Descrição: Implantação e/ou a ampliação e/ou a melhoria de sistemas públicos de esgotamento sanitário, contemplando a elaboração de planos diretores e projetos, a realização de obras, incluindo ligação domiciliar, rede coletora e estação de tratamento, e ações voltadas para a sustentabilidade dos mesmos.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Fundação Nacional de Saúde
Coordenador da Ação: José Raimundo Machado dos Santos – Funasa
Unidade Executora: Departamento de Engenharia de Saúde Pública (DENSP)

Fonte: Sigplan

Identificação da subação					
Denominação: 26976 – Implantação e melhoria de Sistemas de esgotamento sanitário.					
Descrição da Meta	Produto	Unidade de Medida	Exercício 2010		
			Programado	Realizado	Realizado/Programado %
Realizar 41 visitas de acompanhamento de convênios de exercícios anteriores.	Visitas técnicas de acompanhamento realizadas	Unidade	41	22	53,66%
Realizar 19 visitas preliminares de convênios de exercícios anteriores.	Visita técnica realizada	Unidade	19	15	78,95%
Analisar 54 projetos de implantação de melhoria de sistemas públicos de esgotamento sanitário de exercícios anteriores.	Projetos analisados	Unidade	54	191	353,7%

Fonte: Plano Operacional da Suest-SC/2010

Análise Crítica:

Fazendo uma análise comparativa das metas programadas e as realizadas na Ação de Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Esgotamento Sanitário têm-se as seguintes observações:

A meta das Visitas Técnicas de acompanhamento não foi atingida por completo, devido à demanda de serviços, morosidade na liberação de recursos financeiros, demora no início das obras e no atendimento aos apontamentos para regularizar as obras por parte dos municípios, bem como a priorização nas análises de processos.

As metas para Visitas Preliminares tiveram um bom percentual de realização. Houve uma pequena parcela não realizada, devido ao fato de que a visita preliminar só acontece quando as pendências no projeto e nos documentos pertinentes forem solucionadas ou estejam em vias de solução. Todos os convênios nos quais os projetos estivessem em situação satisfatória receberam visita técnica preliminar.

Em relação às metas de Projetos analisados, a execução foi bem além do planejado uma vez que houve orientação aos municípios e que os projetos passaram por correções e mudanças as quais demandaram novas análises e pareceres técnicos da Divisão de Engenharia de Saúde Pública resultando em mais de uma análise por processo.

Identificação da Ação
Denominação: 20 AF – Apoio ao Controle da Qualidade da Água para Consumo Humano
Tipo de Ação: Atividade
Finalidade: Apoiar técnica e financeiramente os responsáveis pela operação de sistema ou solução alternativa de abastecimento de água visando à melhoria dos procedimentos de controle da qualidade da água e o atendimento dos padrões de potabilidade estabelecidos na legislação vigente. Proporcionar o financiamento da implantação de unidades de fluoretação da água.
Descrição: Desenvolvimento e capacitação de recursos humanos envolvidos com a operação e manutenção de sistema ou solução alternativa de abastecimento de água; financiamento para aparelhamento e implantação de unidades laboratoriais e outras instalações destinadas ao controle da qualidade da água para consumo humano; desenvolvimento de ações de vigilância e controle de qualidade da água em áreas indígenas.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Fundação Nacional de Saúde

Coordenador da Ação: José Raimundo Machado dos Santos – Funasa
Unidade Executora: Departamento de Engenharia de Saúde Pública (DENSP)

Fonte: Sigplan

Identificação da subação					
Denominação: 26926 – Apoio ao Controle de Qualidade de Água para consumo humano.					
Descrição da Meta	Produto	Unidade de Medida	Exercício 2010		
			Programado	Realizado	Realizado/Programado %
Acompanhar 02 Termos de Compromisso de construção de Laboratório Regional de Controle de Qualidade de Água para o Consumo Humano para consórcios de saneamento, relativos a exercícios anteriores.	TC acompanha do	Unidade	2	2	100%

Fonte: Plano Operacional da Suest-SC/2010

Análise Crítica:

- A meta física foi cumprida de janeiro a dezembro.
- ✓ Foram realizadas visitas técnicas de acompanhamento;
- ✓ Análises técnica;
- ✓ Emissão de pareceres.

Identificação da Ação
Denominação: 20AG - Apoio à Gestão dos Sistemas de Saneamento Básico em Municípios de até 50.000 Habitantes.
Tipo de Ação: Atividade
Finalidade: Promover e apoiar, técnica e financeiramente, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias para o fortalecimento institucional dos modelos de gestão dos serviços públicos de saneamento ambiental de estados e municípios.
Descrição: Promoção de intercâmbio com estados, municípios, entidades de ensino e pesquisa, associações e instituições públicas de saneamento, a partir do repasse de experiências e de recursos financeiros, visando ao desenvolvimento de novas tecnologias e de Programas de modelo de gestão para qualidade dos serviços de controle de perdas, de fomento à capacitação, de aquisição de equipamentos, de controle de qualidade da produção de água, de elaboração de plano diretor de saneamento, dentre outros. Esta ação busca a melhoria contínua do desempenho ambiental em um processo cíclico, em que os atores envolvidos revêem e avaliam, periodicamente, os sistemas de gestão em saneamento ambiental empregados, de modo a identificar oportunidades de melhorias.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Fundação Nacional de Saúde
Coordenador da Ação: José Raimundo Machado dos Santos – Funasa
Unidade Executora: Departamento de Engenharia de Saúde Pública (DENSP)

Fonte: Sigplan

Identificação da subação					
Denominação: 27895 – Apoio a Gestão dos Sistemas de Saneamento Básico em Municípios de até 50.000 habitantes.					
Descrição da Meta	Produto	Unidade de Medida	Exercício 2010		
			Programado	Realizado	Realizado/Programado %
Formalizar 02 convênios de cooperação técnica de Apoio a Gestão com consórcios Públicos de Saneamento Ambiental.	Convênios Formalizados	Unidade	2	0	0%
Formalizar 14 convênios de cooperação técnica de apoio a gestão, com municípios.	Convênio formalizado	Unidade	14	0	0%

Fonte: Plano Operacional da Suest-SC/2010

Análise Crítica:

Cumprimento das metas físicas: Os processos foram abertos em 2009, com análise jurídica da minuta e elaboração de ofícios para os prefeitos para assinatura dos convênios, sendo cancelada a assinatura para revisão dos procedimentos legais.

Subações que apresentaram problemas de execução: Apesar da análise jurídica e parecer do Densp autorizando a assinatura dos convênios sem repasse financeiro, realizamos reunião na Diesp para a garantia da legalidade na formalização dos convênios e foi decidido em reunião que seria adiado a formalização.

Identificação da subação					
Denominação: 42224 – Fomento à Elaboração de Planos Municipais de Saneamento Básico - PMSB					
Descrição da Meta	Produto	Unidade de Medida	Exercício 2010		
			Programado	Realizado	Realizado/Programado %
Acompanhar 10 convênios de PMSB, relativos a exercícios anteriores.	Convênios acompanhados	Unidade	10	8	80%
Apoiar tecnicamente 2 municípios com proposta de formalização de convênios com objetivo de elaboração de Planos Municipais de Saneamento Básico – PMSB, relativo a exercícios anteriores.	Municípios apoiados	Unidade	2	0	0%

Fonte: Plano Operacional da Suest-SC/2010

Análise Crítica:

Cumprimento das metas físicas: A meta não foi cumprida devido ao fato de termos planejado a aprovação de 2 convênios do exercício de 2009. Desta forma, apenas 8 convênios de PMSB puderam ser acompanhados tecnicamente. Das 10 visitas técnicas planejadas, foram realizadas 5, sendo 1 final e 4 de acompanhamento. Apesar de não terem recebido visita técnica os 3 convênios receberam acompanhamento através de contato telefônico e reuniões nesta Diesp, além de terem recebido análise e pareceres técnicos do andamento do convênio.

Subações que apresentaram problemas de execução: A subação vinculada ao produto “Convênios acompanhados” foi cumprida parcialmente, devido ao fato de que, dos 10 convênios a serem acompanhados, 2 não foram ainda aprovados tecnicamente. Dos 8 em andamento e acompanhados, 4 tiveram parecer com aprovação final do convênio no exercício de 2010. A subação vinculada ao produto “Municípios apoiados” não foi cumprida devido ao fato de até o final do exercício de 2010 estarmos no aguardo de orientações oficiais do DENSP quanto aos procedimentos para análises e aprovação dos PMSB, principalmente quanto às análises das planilhas orçamentárias.

Foi iniciado o processo de apoio técnico para formalização de Plano Municipal de Saneamento Básico para os 2 municípios contemplados no exercício de 2009, através de reuniões orientativas nesta Suest. No entanto, surgiram dúvidas por parte dos próprios técnicos do NICT, o que impediu concluir análises e orientações.

Encaminhamos uma consulta técnica ao DENSP, através do Memorando nº273/Diesp/Core-SC, de 23/04/2010, com estes questionamentos, mas não tivemos resposta até o momento. Além disso, em função da demanda de serviço, redução do número de técnicos e a tramitação dos processos, dificultaram atingir as metas programadas.

Identificação da Ação	
Denominação: 7652 - Implantação de Melhorias Sanitárias Domiciliares para Prevenção e Controle de Agravos	
Tipo de Ação: Projeto	
Finalidade: Dotar os domicílios e estabelecimentos coletivos de condições sanitárias adequadas visando à prevenção e controle de doenças e agravos.	
Descrição: Melhorias Sanitárias Domiciliares são intervenções promovidas, prioritariamente, nos domicílios e eventualmente intervenções coletivas de pequeno porte. Inclui a construção de módulos sanitários, banheiro, privada, tanque séptico, sumidouro (poço absorvente), instalações de reservatório domiciliar de água, tanque de lavar roupa, lavatório, pia de cozinha, ligação à rede pública de água, ligação à rede pública de esgoto, dentre outras. São consideradas coletivas de pequeno porte, por exemplo: banheiro público, chafariz público, ramais condominiais, tanque séptico, etc. Pode também fomentar a implantação de oficina municipal de saneamento.	
Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Fundação Nacional de Saúde	
Coordenador da Ação: José Raimundo Machado dos Santos – Funasa	
Unidade Executora: Departamento de Engenharia de Saúde Pública (DENSP)	

Fonte: Sigplan

Identificação da subação					
Denominação: 26938- Implantação de Melhoria Sanitária Domiciliares para prevenção de agravos.					
Descrição da Meta	Produto	Unidade de Medida	Exercício 2010		
			Programado	Realizado	Realizado/Programado %
Analisar 13 projetos de implantação de melhoria sanitária domiciliar de exercícios anteriores.	Projetos analisados	Unidade	13	17	130,77%
Realizar 18 visitas técnicas de	Visita técnica de	Unidade	18	21	116,67%

acompanhamento de convênios de exercícios anteriores.	acompanha mento de exercícios anteriores realizada				
Realizar 13 visitas preliminares de convênios de exercícios anteriores.	Visita técnica preliminar realizada	Unidade	13	13	100%

Fonte: Plano Operacional da Suest-SC/2010

Análise Crítica:

Com o reforço no quadro técnico da Diesp foi possível atender e superar as metas previstas para todos os produtos da subação “Implantação de Melhorias Sanitárias Domiciliares para Prevenção e Controle de Agravos”.

Identificação do Programa de Governo	
Código no PPA: 1287	Denominação: Saneamento Rural
Tipo do Programa: Finalístico	
Objetivo Geral: Promover e participar da adoção de medidas voltadas à prevenção e ao controle dos determinantes e condicionantes de saúde da população.	
Objetivos Específicos: Ampliar a cobertura e melhorar a qualidade dos serviços de saneamento ambiental em áreas rurais.	
Gerente: Faustino Barbosa Lins Filho – Funasa	Responsável: José Raimundo Machado dos Santos - Funasa
Público Alvo: População rural dispersa, residente em assentamentos da reforma agrária e em localidades de até 2.500 habitantes e as minorias étnico-raciais como quilombolas, população indígena e outros povos da floresta.	

Fonte: Sigplan

Identificação da Ação
Denominação: 7656 - Implantação, Ampliação ou Melhoria do Serviço de Saneamento em Áreas Rurais, em Áreas Especiais (Quilombos, Assentamentos e Reservas Extrativistas) e em Localidades com População Inferior a 2.500 Habitantes para Prevenção e Controle de Agravos.
Tipo de Ação: Projeto
Finalidade: Propiciar resolubilidade, em áreas de interesse especial (assentamentos, remanescentes de quilombos e áreas extrativistas) para problemas de saneamento, prioritariamente o abastecimento público de água, o esgotamento sanitário e as melhorias sanitárias domiciliares e/ou coletivas de pequeno porte, bem como a implantação de oficina municipal de saneamento, visando à prevenção e ao controle de doenças e agravos.
Descrição: Fomento e financiamento a implantação e/ou a ampliação e/ou a melhoria de sistemas públicos de abastecimento de água e de sistemas públicos de esgotamento sanitário, contemplando a elaboração de planos diretores e projetos, a realização de obras, incluindo ligação domiciliar, rede coletora de esgoto, rede de distribuição de água e estação de tratamento, ações voltadas para a sustentabilidade dos mesmos, bem como a implantação de melhorias sanitárias domiciliares e/ou coletivas de pequeno porte, assim como a implantação de oficina municipal de saneamento, compreendendo desde a elaboração do projeto até a sua operação plena.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Fundação Nacional da Saúde
Coordenador da Ação: José Raimundo Machado dos Santos – Funasa
Unidade Executora: Departamento de Engenharia de Saúde Pública (DENSP)

Fonte: Sigplan

Identificação da subação					
Denominação: 26939 – Implantação, Ampliação ou Melhoria do Serviço de Saneamento em Áreas Rurais, em Áreas Especiais.					
Descrição da Meta	Produto	Unidade de Medida	Exercício 2010		
			Programado	Realizado	Realizado/Programado %
Realizar 02 visitas de acompanhamento de contratos de exercícios anteriores.	Visita de acompanhamento realizada.	Unidade	2	1	50%
Realizar 3 visitas preliminares de termos de compromisso de 2010.	Visita técnicas preliminares realizadas	Unidade	3	0	0%
Realizar 7 visitas preliminares de termo de compromisso de exercícios anteriores.	Visitas técnicas preliminares realizadas	Unidade	7	1	14,29%
Analisar 13 projetos de saneamento ambiental em áreas especiais (comunidades remanescentes de quilombo e assentamentos de reforma agrária) referente a exercícios anteriores.	Projetos analisados	Unidade	13	5	38,46%
Efetuar diagnósticos situacional para ações futuras em 3 comunidades quilombolas (com certidões emitidas até 2008)	Diagnóstico realizado	Unidade	3	1	33,33%
Analisar 4 projetos de saneamento ambiental em área especial (comunidade remanescente de Quilombo e assentamentos de reforma agrária) referente aos pleitos de 2010.	Projetos analisados	Unidade	4	0	0%

Fonte: Plano Operacional da Suest-SC/2010

Análise crítica:

As metas estavam programadas baseadas na contratação de pessoal pelo Densp. Dos projetos de engenharia de SAAs para 10 comunidades não ocorreu devido a licitação deserta. Por isto as análises ficaram prejudicadas. Também se esperava a apresentação de projetos pelos municípios o que também não ocorreu em alguns casos.

As visitas preliminares são realizadas após a análise dos projetos, por conseguinte ficaram prejudicadas.

Os diagnósticos preliminares e as visitas a contratos anteriores não foram prioridade para a coordenação, ficando prejudicadas pela alta demanda de trabalho para os técnicos em relação as outras ações do PAC.

Para os municípios com ação de Melhorias Sanitárias Domiciliares, esta Superintendência Estadual da Funasa em Santa Catarina, disponibilizou projeto padrão de módulo sanitário, o que deverá agilizar os trabalhos em 2011.

Problemas na execução da Subação:

- ✓ A contratação dos projetos prejudicou sobremaneira o alcance das metas;
- ✓ Dificuldades dos municípios em elaborar e apresentar projetos adequados, causando atraso nos trabalhos;
- ✓ Grande demanda de trabalho para o número de técnicos;
- ✓ As prioridades impostas pela Superintendência para atender outras ações do PAC, também contribuíram para a baixa execução das metas programadas.

Identificação do Programa de Governo	
Código no PPA: 1287	Denominação: Saneamento Rural
Tipo do Programa: finalístico	
Objetivo Geral: Promover e participar da adoção de medidas voltadas à prevenção e ao controle dos determinantes e condicionantes de saúde da população.	
Objetivos Específicos: Ampliar a cobertura e melhorar a qualidade dos serviços de saneamento ambiental em áreas rurais.	
Gerente: Faustino Barbosa Lins Filho – Funasa	Responsável: José Raimundo Machado dos Santos – Funasa
Público Alvo: População rural dispersa, residente em assentamentos da reforma agrária e em localidades de até 2.500 habitantes e as minorias étnico-raciais como quilombolas, população indígena e outros povos da floresta.	

Fonte: Sigplan

Identificação da Ação
Denominação: 7684 - Saneamento Básico em Aldeias Indígenas para Prevenção e Controle de Agravos
Tipo de Ação: Projeto
Finalidade: Dotar as aldeias de condições adequadas de saneamento básico. Contribuir para redução da morbimortalidade por doenças de veiculação hídrica. Contribuir para o controle de doenças parasitárias transmissíveis por dejetos e contribuir para o controle de agravos ocasionados pela falta de condições de saneamento básico em áreas indígenas.
Descrição: Instalação de sistemas simplificados de abastecimento de água com captação, adução, tratamento e distribuição de água, bem como sistemas de reservatórios e de chafariz; implantação de esgotamento sanitário e rede de coleta; melhorias sanitárias nas aldeias (construção de banheiros, privadas, fossas sépticas, pias de cozinha, lavatórios, tanques, filtros, reservatórios de água e similares de resíduos sólidos).
Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Fundação Nacional de Saúde
Coordenador da Ação: José Raimundo Machado dos Santos – Funasa
Unidade Executora: Departamento de Engenharia de Saúde Pública (DENSP)

Fonte: Sigplan

Identificação da subação					
Denominação: 26922 – Saneamento Básico em aldeias indígenas para prevenção e controle de agravos.					
Descrição da Meta	Produto	Unidade de Medida	Exercício 2010		
			Programado	Realizado	Realizado/Programado %
Beneficiar 11 aldeias com sistemas de abastecimento de água para prevenção e controle de agravos.	Aldeias beneficiadas	Unidade	11	2	18,18%

Análise Crítica:

A meta vinculada ao produto “Aldeias beneficiadas” foi executada parcialmente, pois houve muitos entraves no andamento dos processos, tanto na montagem dos Projetos Básicos quanto na execução dos editais para as licitações. Também o número reduzido de servidores qualificados e com pouca falta de experiência contribuiu para atingir as metas estabelecidas. Outro fator que tem que levar em consideração é a morosidade da análise jurídica dos processos por falta do procurador nesta Superintendência. Por todos estes fatos, no termino do exercício de 2010, apesar dos processos estarem praticamente prontos, a abertura das licitações não foi possível por falta de tempo hábil para as mesmas ou por conta da atualização do orçamento, que já haviam vencidos ou ainda porque a comissão de licitações estava atendendo outras emergências. Das duas licitações abertas e que constam na coluna, “realizado”, ressalta-se uma que foi executada e a outra deu “**licitação deserta**”, por desinteresse da empresas do setor e/ou que não estavam com a documentação em dia para participar do processo licitatório.

Subações que apresentaram problemas de execução:

- ✓ Subações que tinham recursos destinados, e pelos motivos acima relatados, não foram abertos os processos licitatórios;
- ✓ Recolhimento dos recursos ao final do exercício de 2010, os mesmos foram reprogramados para dar continuidade e liquidar as pendências e atender as necessidades das aldeias.

Identificação da subação					
Denominação: 26925 – Operação de Manutenção dos Sistemas de saneamento básico com aldeias indígenas.					
Descrição da Meta	Produto	Unidade de Medida	Exercício 2010		
			Programado	Realizado	Realizado/Programado %
Monitorar a qualidade de água de sistema de abastecimento de água nas aldeias indígenas no estado de Santa Catarina.	Sistemas monitorados	Unidade	26	26	100%
Operar e manter sistemas de abastecimento de água nas aldeias indígenas nos estado de Santa Catarina.	Sistemas operados	Unidade	26	26	100%

Fonte: Plano Operacional da Suest-SC/2010

Análise Crítica:

A análise realizada pela equipe quanto aos “sistemas monitorados” e “sistemas operados”, pode-se verificar que em ambos os casos atenderam as metas, pois se conseguiu concluir a compra de materiais, equipamentos, cloro e kit’s para análise da água, bem como aditivar o contrato com empresa para controle da qualidade da água.

As Subações que apresentaram problemas de execução, pode-se relatar: Os sistemas operados é que apresenta algum problema de execução, pois não foi possível a conclusão da contratação de pessoa jurídica para dar manutenção e monitorar os sistemas elétricos dos quadros de comando e conjuntos elevatórios dos sistemas.

Identificação do Programa de Governo	
Código no PPA: 8007	Denominação: Resíduos Sólidos Urbanos
Tipo do Programa: Finalístico	
Objetivo Geral: Promover e difundir a gestão ambiental, a produção e o consumo sustentável nos ambientes urbanos e rurais e nos territórios dos povos e comunidades tradicionais.	
Objetivos Específicos: Ampliar a área de cobertura e eficiência dos serviços públicos de manejo de resíduos sólidos, com ênfase no encerramento de lixões, na redução, no reaproveitamento e na reciclagem de materiais, por meio da inclusão socioeconômica de catadores	
Gerente: Silvano Silvério da Costa Ministério do Meio Ambiente	Responsável: José Raimundo Machado dos Santos - Funasa
Público Alvo: População localizada em áreas de maior concentração de pobreza do país e/ou de fragilidade físico-ambiental; em municípios de pequeno e médio portes, nas periferias de grandes centros e de regiões metropolitanas.	

Fonte: Sigplan

Identificação da Ação	
Denominação: 10GG - Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Manejo de Resíduos Sólidos em Municípios de até 50.000 Habitantes, Exclusive de Regiões Metropolitanas ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE).	
Tipo de Ação: Projeto	
Finalidade: Apoiar, técnica e financeiramente, os estados e municípios na implantação, ampliação ou melhoria dos sistemas de coleta, tratamento e destinação final de resíduos sólidos para prevenção e controle de agravos nas áreas mais carentes do país e com população inferior a 50.000 habitantes, preferencialmente, nos municípios acometidos de incidência da dengue.	
Descrição: A ação de implantação e ampliação dos sistemas de limpeza pública, acondicionamento, coleta, disposição final e tratamento de resíduos sólidos urbanos contempla intervenções que visam contribuir para a universalização dos serviços de coleta, limpeza pública, tratamento e disposição final dos resíduos sólidos nas áreas mais carentes do país e com população inferior a 30.000 habitantes, preferencialmente, nos municípios acometidos de incidência da dengue, e será implementada por intermédio das modalidades relacionadas a seguir: a) acondicionamento, coleta e transporte; implantação de sistema de coleta convencional e/ou seletiva, incluindo a aquisição de veículos, material e equipamentos para acondicionamento (cestas e contenedores para Postos de Entrega Voluntária - PEV e Locais de Entrega Voluntária - LEV instalados em logradouros públicos); b) unidades de disposição final - aterros sanitários ou de rejeitos. É passível de apoio financeiro toda a infra-estrutura para implantar aterros sanitários, incluindo: acesso; proteção adequada da área (cercamento e barreira vegetal); edificações de controle e apoio (balança, escritório, oficina de reparos, etc.), drenagem pluvial de chorume e de gases, impermeabilização de base, tratamento do chorume e equipamentos para operação. c) unidades de tratamento - triagem e/ou compostagem. É passível de apoio financeiro toda a infra-estrutura de implantação de unidades de tratamento de resíduos, bem como galpão para separação de resíduos destinados a catadores, incluindo obras civis, materiais e equipamentos; pátio de compostagem; balança; aterro de rejeitos e equipamentos para a operacionalização da unidade de tratamento. d) erradicação de "lixões" e	

recuperação das áreas degradadas.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Fundação Nacional de Saúde
Coordenador da Ação: José Raimundo Machado dos Santos – Funasa
Unidade Executora: Departamento de Engenharia de Saúde Pública (DENSP)

Fonte: Sigplan

Identificação da subação					
Denominação: 26956 – Sistema Público de Manejo de Resíduo Sólidos.					
Descrição da Meta	Produto	Unidade de Medida	Exercício 2010		
			Programado	Realizado	Realizado/Programado %
Analisar 27 projetos de implantação de melhoria de sistema público de manejo de resíduos sólidos relativos a exercícios anteriores.	Projetos analisados	Unidade	27	78	288,89%
Realizar 6 visitas técnicas de acompanhamento de convênios de exercícios anteriores.	Visitas técnicas realizadas	Unidade	6	5	83,33%
Realizar 21 visitas técnicas preliminares de convênios de exercícios anteriores.	Visitas técnica preliminar realizada	Unidade	21	11	52,38%

Fonte: Plano Operacional da Suest-SC/2010

Análise Crítica:

A meta vinculada ao produto “Projetos analisados” foi executada além do previsto tendo em vista que houve orientação aos municípios e revisão dos projetos apresentados de acordo com as observações contidas nos pareceres técnicos da divisão de Engenharia desta Superintendência Estadual, o que resultou nas análises dos projetos apresentados.

A meta vinculada ao produto “Visitas técnicas realizadas” foi cumprida parcialmente considerando a demanda de serviços, a morosidade na liberação de recursos financeiros, a demora no início das obras e no atendimento aos apontamentos para regularizar as obras por parte dos municípios, bem como a priorização nas análises de processos.

A meta vinculada ao produto “Visita técnica preliminar realizada” não foi cumprida pois a visita preliminar só é realizada quando as pendências no projeto e nos documentos pertinentes são solucionados ou estejam em vias de solução. Portanto todos os convênios nos quais os projetos estavam em situação satisfatória receberam visita técnica preliminar.

As Subações que apresentaram problemas de execução: Todas que estão vinculadas aos produtos “Visitas técnicas realizadas” e/ou “Visita técnica preliminar realizada”, foram executadas parcialmente, conforme descrito no parágrafo acima.

A subação vinculada ao produto “Projetos analisados” foi a que superou de forma significativa as metas estabelecidas, pois foram realizadas reuniões com os técnicos dos Municípios com orientações de como elaborar o projeto, bem como emissão de pareceres técnicos com observações pertinentes ao pleito, o que resultou em revisão e sucessivas análises dos projetos apresentados.

Identificação da Ação
Denominação: 20AM - Implementação de Projetos de Coleta e Reciclagem de Materiais
Tipo de Ação: Atividade
Finalidade: Aumentar a produtividade do processo de coleta e reciclagem de materiais acompanhados do desenvolvimento de atividades educativas, informativas e de comunicação, visando à mobilização dos catadores para a prevenção e controle de doenças e agravos, ocasionados pelas condições de trabalho a que estes estão submetidos.
Descrição: A ação de Apoio à Implementação de Projetos de Coleta e Reciclagem de Materiais contempla intervenções que visam contribuir para a universalização dos serviços de coleta, limpeza pública, tratamento e disposição final dos resíduos sólidos nas áreas mais carentes do país e será implementada por intermédio das modalidades abaixo relacionadas: a) Implantação, ampliação ou melhoria de Unidades Básicas de Materiais Recicláveis, assistência técnica, aquisição de máquinas, equipamentos e insumos e desenvolvimento institucional; b) Assessoramento tecnicamente aos representantes de empresas públicas, fundações ou organizações não governamentais na elaboração, execução, acompanhamento e supervisão de projetos, programas e atividades educativas de caráter permanente.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Fundação Nacional de Saúde
Coordenador da Ação: José Raimundo Machado dos Santos – Funasa
Unidade Executora: Departamento de Engenharia de Saúde Pública (DENSP)

Fonte: Sigplan

Identificação da subação					
Denominação: 42103 – Implementação de Projetos de Coleta e Reciclagem de Matariais.					
Descrição da Meta	Produto	Unidade de Medida	Exercício 2010		
			Programado	Realizado	Realizado/Programado %
Analisar 6 projetos de coleta de reciclagem de materiais de exercícios anteriores.	Projetos analisados	Unidade	6	18	300%
Realizar 6 visitas preliminares de termo de compromisso de exercícios anteriores.	Visita técnica preliminar realizada	Unidade	6	2	33,33%

Fonte: Plano Operacional da Suest-SC/2010

Análise Crítica:

A meta vinculada ao produto “Projetos analisados” foi executada além do previsto tendo em vista que houve orientação aos municípios e revisão dos projetos apresentados de acordo com as observações contidas nos pareceres técnicos desta Diesp, o que resultou em diversas análises dos projetos apresentados. A meta vinculada ao produto “Visita técnica preliminar realizada” não foi cumprida pois a visita preliminar é realizada quando as pendências no projeto e nos documentos pertinentes forem solucionadas ou estejam em vias de solução. Todos os convênios nos quais os projetos estivessem em situação satisfatória receberam visita técnica preliminar;

Subações que apresentaram problemas de execução: A subação que apresentou problema na execução foi aquela vinculada ao produto “Visita técnica preliminar realizada”, que foi executada parcialmente. Conforme descrito acima, as visitas são realizadas somente nos casos em que há pertinência, ou seja, nos casos em que o processo encontra-se com o projeto técnico definido, cabendo visita preliminar;

Subações que superaram de forma significativa as metas estabelecidas: A subação vinculada ao produto “Projetos analisados” foi a que superou de forma significativa as metas estabelecidas, pois foram realizadas reuniões com os técnicos dos Municípios com orientações de como elaborar o projeto, bem como emissão de pareceres técnicos com observações pertinentes ao pleito, o que resultou em revisão e sucessivas análises dos projetos apresentados.

Identificação do Programa de Governo	
Código no PPA: 0750	Denominação: Apoio Administrativo
Tipo do Programa: Apoio às Políticas e Áreas Especiais	
Objetivo Geral: Não definido	
Objetivos Específicos: Prover os órgãos da União dos meios administrativos para a implementação e gestão de seus programas finalísticos.	
Gerente: Não se aplica	Responsável: Carlos Luiz Barroso Júnior - Funasa
Público Alvo: Governo	

Fonte: Sigplan

Identificação da Ação	
Denominação: 20CW - Assistência Médica aos Servidores, Empregados – Exames Periódicos.	
Tipo de Ação: Atividade	
Finalidade: Proporcionar aos servidores, empregados, condições para manutenção da saúde física e mental.	
Descrição: Concessão do benefício de exames periódicos aos servidores ativos, descentralizados, empregados públicos, nomeados em cargo de comissão e contratados temporários, exclusivamente para a manutenção da saúde física e mental, contratação de serviços médicos-clínicas sob a forma de contrato ou convênio, serviço prestado diretamente pelo órgão ou entidade.	
Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Fundação Nacional de Saúde	
Coordenador da Ação: Carlos Luiz Barroso Júnior - Funasa	
Unidade Executora: Departamento de Administração (DEADM)	

Fonte: Sigplan

Identificação da subação					
Denominação: 41243 - Assistência Médica aos Servidores, Empregados – Exames Periódicos.					
Descrição da Meta	Produto	Unidade de Medida	Exercício 2010		
			Programado	Realizado	Realizado/Programado %
Realizar Exames periódicos em 100% servidores ativos, descentralizados, empregados públicos, nomeados em cargo de comissão e contratados temporários lotados na Superintendência/SC.	Servidores beneficiados	Unidade	2	0	0%

Fonte: Plano Operacional da Suest-SC/2010

Análise Crítica:

A Subação que trata da Assistência Médica aos Servidores e Empregados Públicos - Exames Médicos Periódicos ficou prejudicada, apesar de todo o trabalho do Serviço de Recursos Humanos de identificação dos servidores que operam com bomba de UBV, Motorista de Campo, Oficina de Capacitação dos Técnicos responsável pela execução dos trabalhos, Convênio com operado, Termo Aditivo, Definição de um gestor nacional. Disponibilização para a operadora de uma lista com nome, matrícula, sexo, idade, cargo e município de trabalho, endereço eletrônico de contato de todos os servidores disponibilizados, utilizando o sistema do MP. Em virtude da Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento até o momento não ter liberado os módulos – Exame Periódico no Siapenet para a realização dos Exames. Esta Subação ficou transferido para o exercício de 2011.

Justificativa: Devido ao atraso na disponibilização de um sistema informatizado proposto pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG que auxiliasse no gerenciamento e na realização dos Exames Periódicos, foi impossível dar início à ação.

Identificação da Ação
Denominação: 2000 - Administração da Unidade
Tipo de Ação: Atividade
Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos das unidades orçamentárias constantes dos orçamentos da União, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em programas ou ações finalísticas.
Descrição: A atividade padronizada Administração da Unidade substitui as antigas atividades 2000 - Manutenção de Serviços Administrativos, 2001 - Manutenção de Serviços de Transportes e 2002 - Manutenção e Conservação de Bens Imóveis. Nesse sentido se constitui na agregação de despesas de natureza administrativa que não puderem ser apropriadas em ações finalísticas, nem a um programa finalístico. Essas despesas, quando claramente associadas a determinada ação finalística, devem ser apropriadas nesta ação; quando não puderem ser apropriadas a uma ação finalística, mas puderem ser apropriadas a um programa finalístico, devem ser apropriadas na ação Gestão e Administração do Programa (GAP, 2272); quando não puderem ser apropriadas nem a um programa nem a uma ação finalística, devem ser apropriadas na ação Administração da Unidade (2000). Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de

frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas etc.; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades - meio necessárias à gestão e administração da unidade.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Fundação Nacional de Saúde

Coordenador da Ação: Carlos Luiz Barroso Júnior - Funasa

Unidade Executora: Departamento de Administração (DEADM)

Fonte: Sigplan

Identificação da subação					
Denominação: 41264 – Implementação do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO.					
Descrição da Meta	Produto	Unidade de Medida	Exercício 2010		
			Programado	Realizado	Realizado/Programado %
Implementar as ações de promoção à saúde ocupacional na Core.	Ações implementadas	Unidade	99	0	0%
Fomentar o desenvolvimentos de pelo menos 3 ações de promoção à saúde na Core sendo uma delas Ginástica Laboral.	Projetos implantados	Unidade	99	0	0%

Fonte: Plano Operacional da Suest-SC/2010

Análise Crítica:

A Subação que trata Implantação do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO as metas Implementar a promoção à saúde ocupacional na Superintendência Estadual e Fomentar o desenvolvimentos de pelo menos 3 ações de promoção à saúde sendo uma delas Ginástica Laboral, também ficaram prejudicadas em virtude na não realização dos exames periódicos, uma vez que com a conclusão dos referidos exames este Serviço teria o perfil epidemiológico dos servidores e por onde poderíamos elaborar os projetos para promoção a saúde dos servidores.

Identificação da subação					
Denominação: 41283 – Melhoria do Ambiente de Trabalho – Laudo de Avaliação Ambiental.					
Descrição da Meta	Produto	Unidade de Medida	Exercício 2010		
			Programado	Realizado	Realizado/Programado %
Executar 100% das medidas corretivas dos itens apontados no Laudo de Avaliação Ambiental.	Medidas executadas	%	100%	0	0%

Acompanhar as execuções das medidas corretivas identificadas no Laudo de Avaliação da Superintendência.	Medidas executadas	%	100	0	0%
Constituir grupo de trabalho para promoção e acompanhamento das medidas corretivas apontadas no Laudo de Avaliação Ambiental.	Grupo de trabalho constituído	Unidade	1	0	0%

Fonte: Plano Operacional da Suest-SC/2010

Análise Crítica:

A subação que trata da Melhoria do Ambiente de Trabalho – Laudo de Avaliação Ambiental, onde as metas seriam: Executar 100% das medidas corretivas dos itens apontados no Laudo de Avaliação Ambiental; Acompanhar as execuções das medidas corretivas identificadas nos laudos de avaliação da Superintendência Estadual e Constituir GT para promoção e acompanhamento das medidas corretivas apontadas no Laudo de Avaliação, ficaram prejudicadas em virtude da série de recomendações, com o objetivo de indicar as medidas necessárias para redução ou eliminação dos riscos diagnosticados nos ambientes de trabalho inspecionados. E também, por falta de um projeto arquitetônico e a dotação orçamentária para correção das melhorias, que vão desde a acessibilidade para pessoas portadoras de necessidades especiais até os circuitos elétricos antigos, que apresentam constates panes elétricas, causadas por sobrecarga, necessitando urgentemente de um projeto de engenharia para redimensionamento. Transferimos a implementação da subação para o exercício de 2011.

Identificação do Programa de Governo	
Código no PPA: 0016	Denominação: Gestão da Política de Saúde
Tipo do Programa: Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais	
Objetivo Geral: Fortalecer a gestão do SUS nas três esferas de governo, de modo a melhorar e aperfeiçoar a capacidade resolutiva das ações e serviços prestados à população	
Objetivos Específicos: Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área da saúde.	
Gerente: Márcia Bassit Lameiro da Costa Mazzoli – Ministério da Saúde	Responsável: Luiz Fernando Beskow – Ministério da Saúde
Público Alvo: Governo	

Fonte: Sigplan

Identificação da Ação
Denominação: 4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação
Tipo de Ação: Atividade
Finalidade: Promover a qualificação e a requalificação de pessoal com vistas à melhoria continuada dos processos de trabalho, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional.
Descrição: Realização de ações diversas voltadas ao treinamento de servidores, tais como custeio dos eventos, pagamento de passagens e diárias aos servidores, quando em viagem para capacitação, taxa de inscrição em cursos, seminários, congressos e outras despesas relacionadas à capacitação de pessoal.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Fundação Nacional de Saúde
Coordenador da Ação: Carlos Luiz Barroso Júnior - Funasa
Unidade Executora: Departamento de Administração (DEADM)

Fonte: Sigplan

Identificação da subação					
Denominação: 26940 – Participação de servidores públicos federais em eventos de capacitação.					
Descrição da Meta	Produto	Unidade de Medida	Exercício 2010		
			Programado	Realizado	Realizado/Programado %
Promover em articulação com a Coordenação-Geral de Desenvolvimento de Pessoas SRH/MP a qualificação de servidores que atuam na área de RH.	Participação em evento	Unidade	2	2	100%
Elaborar junto às áreas técnicas projetos de capacitação constantes no PAC 2010.	Projetos elaborados	Unidade	5	5	100%
Promover a participação de servidores em eventos de capacitação.	Participação em eventos	Unidade	18	57	317%
Capacitar os servidores da Superintendência Estadual de acordo com o diagnóstico realizado de competência.	Servidores capacitados	Unidade	85	38	44,70%

Fonte: Plano Operacional da Suest-SC/2010

Análise Crítica:

Apesar dos problemas enfrentados como a não adequação do recurso financeiro ao teto orçamentário na Superintendência; a priorização das demandas com os processos de saneamento, para análise jurídica e seus pareceres, interferiram bastante no cumprimento dos prazos de tramitação dos processos de capacitação de compra de serviços, impedindo assim a participação de servidores em eventos.

As mudanças que ocorreram a nível Institucional, em relação da transferência das Ações de Saúde Indígena para outro órgão, contribuíram também, na desestruturação de alguns processos de trabalho.

Embora não tenhamos realizado o monitorado no sistema PlanSus, todas as etapas e metas do Plano Operacional foram acompanhadas conforme descrição abaixo:

Meta 1^a - planejada de forma a contemplar a participação de dois (2) servidores do Serviço de Recursos Humanos que desenvolvem atividades de pagamento dos servidores ativos, aposentados e pensionistas, no evento de capacitação do Programa de Multiplicadores em Gestão de Pessoas do Ministério do Planejamento.

O Encontro Nacional de Desenvolvimento de Pessoas Conquistas e Desafios, promovido pelo próprio Ministério em março de 2010, oportunizou uma forma de desenvolver ações articuladas. Assim em maio de 2010, foi possível oferecer três módulos de capacitação: O primeiro

em Aposentadorias e Pensões Legislação. O segundo no Módulo no Sistema de Aposentadorias e Pensões. E o terceiro no módulo Operacional do Siape/Folha.

Meta 2^a - Na ocasião da elaboração do plano operacional a Funasa, através do Distrito Sanitário Especial Indígena Interior Sul, era responsável pelo gerenciamento das ações referente a Atenção Integral de Saúde dos Povos Indígenas. Na execução direta, houve a necessidade de capacitação em serviço de profissionais que estavam sendo contratados. Também ocorreram capacitações para os profissionais que tem atuação direta nas ações de saúde indígena. Destaca-se também as atividades desenvolvidas pela Equipe de Educação em Saúde junto aos técnicos e gestores municipais, que celebraram convênios de saneamento ambiental com a Funasa.

Sendo assim, entende-se que a meta de elaboração de projetos de capacitações em número de cinco, direcionados para os profissionais das áreas finalísticas, foram alcançadas. Além da superação da meta quantitativa, vale destacar também a qualidade e a promoção da intersetorialidade no desenvolvimento dos projetos de capacitação.

Meta 3^a - A meta programada de servidores com mais de uma participação em eventos de capacitação também foi superada no seu quantitativo, valendo ressaltar que, 19 servidores participaram em mais de um evento de capacitação, sendo que oito (8) deles exercem cargos de chefia.

Meta 4^a - No momento de quantificar a unidade de medida da meta houve um equívoco, pois no exercício de 2009 foram capacitados 68 servidores, no exercício de 2010 o esperado é que pelo menos 34 servidores fossem capacitados, pois estava previsto um processo de mudança Institucional com a transferência das Ações de Saúde Indígena para outro órgão, diminuindo assim seu contingente de pessoas.

Considerando que a programação deveria ser o número de 34 servidores capacitados no ano, e foram capacitados 38 servidores, o resultado foi além do esperado.

2.3.1 Resumo da Execução Física das subações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo	Prioridade	Subação	Descrição da Meta	Produto	Un. Medida	Execução Física		Execução Financeira	
										Meta Prevista	Meta Realizada	Meta Prevista	Meta Realizada
SANEAMENTO AMBIENTAL													
10	512	0122	20AF	A	3	26926 – Apoio ao Controle de Qualidade de Água para o Consumo Humanos	Acompanhar 02 Termos de Compromisso de construção de laboratório regional de controle de qualidade de água para consumo humanos para consórcios de saneamento, relativos a exercícios anteriores.	TC acompanhados	Unid.	2	2	*	*
10	512	0122	20AG	A	3	27895 – Apoio à Gestão dos Sistemas de Saneamento Básico em Municípios de até 50.000 Habitantes	Formalizar 2 convênios de cooperação técnica de apoio a gestão com consórcios públicos de saneamento ambiental.	Convênios formalizados	Unid.	2	0	*	*
							Formalizar 14 convênios de cooperação técnica de apoio a gestão, com municípios.	Convênios formalizados	Unid.	14	0		

10	512	0122	20AG	A	3	42224 – Fomento à Elaboração de Planos Municipais de Saneamento Básico – PMSB	Acompanhar 10 convênios de PMSB, relativos a exercícios anteriores	Convênios acompanhados	Unid.	10	8	*	*
							Apoiar tecnicamente 2 municípios com a proposta de formalização de convênios com objetivo de elaboração de planos municipais de saneamento básico – PMSB, relativos a exercícios anteriores.	Municípios apoiados	Unid.	2	0		
10	541	0122	6908	A	3	26937 – Fomento à Educação em Saúde voltada para Saneamento Ambiental	Apoiar os municípios conveniados com a Funasa, para implantação e/ou implementação de ações de Educação em Saúde e Mobilização Social nos projetos de saneamento (outros recursos não PAC).	Municípios apoiados	Und.	91	71	*	*
							Apoiar tecnicamente a realização de projetos de coleta de reciclagem no âmbito do programa resíduos sólidos (catadores) em ações de educação em saúde e mobilização social.	Projetos apoiados	Und.	17	3		
							Apoiar os municípios a beneficiar as	Municípios	Und.	3	0		

						comunidades de áreas especiais (assentamentos) com ações de Educação em Saúde e Mobilização Social.	apoiados					
						Apoiar Tecnicamente, por meio dos Núcleos Intersetoriais de Cooperação Técnica (NICT), os municípios na elaboração dos Planos Municipais de Daneamento Básico (PMSB)	Municípios beneficiados	Und.	11	5		
						Estabelecer parcerias interinstitucionais com vista à implantação e implementação de estratégias de Educação e Saúde no âmbito do SUS em Santa Catarina.	Core Beneficiada	Und.	1	0		
						Apoiar a implantação e/ou implementação de ações de educação em saúde em municípios conveniados com a Funasa, contemplados com recurso do PAC.	Municípios apoiados	Und.	53	31		
						Apoiar os municípios na implantação/implementação dos Núcleos de	Municípios apoiados	Und.	144	102		

						Educação em Saúde nos municípios atendidos cm recursos da Funasa.						
						Apoiar municípios na implantação de ações educativas referentes ao programa de Educação em Saúde e Mobilização Social (Pesms) nos convênios celebrados com a Funasa anteriores a 2006.	Municípios apoiados	Und.	8	7		
						Sensibilizar e apoiar técnicos e gestores municipais para implantação e/ou implementação de ações e projetos permanentes de Educação em saúde, nos municípios conveniados com a Funasa contemplados com recursos do PAC e nos demais municípios conveniasos.	Municípios beneficiados	Und.	144	102		
10	512	0122	7652	P	1	26938 – Implantação de Melhoria Sanitárias	Projetos analisados	Unid.	13	17	*	*

						Domiciliares para Prevenção e Controle de Agravos	Realizar 18 visitas técnicas de acompanhamento de convênios de exercícios anteriores.	Visita técnica de acompanhamento de exercícios anteriores realizadas	Unid.	18	21		
							Realizar 13 visitas preliminares de convênios de exercícios anteriores.	Visita técnica preliminar realizada	Unid.	13	13		
10	512	0122	10GD	P	1	26943 – Implantação e melhoria de sistemas públicos de abastecimento de água em municípios de até 50.000 habitantes.	Realizar 1 visita preliminar para viabilização de obras de implantação e melhoria de sistemas públicos de abastecimento de água, relativos ao pleito de 2010.	Visita realizada	Unid.	1	0	*	*
							Realizar 20 visitas de acompanhamento de obras de implantação e melhoria de sistemas públicos de abastecimento de água, relativos a exercícios anteriores.	Visita realizada	Unid.	20	16		
							Analisar 60 projetos de	Projetos	Unid.	60	214		

						implantação e melhoria de sistemas públicos de abastecimento de água, relativos a exercícios anteriores.	analisados						
						Realizar 15 visitas preliminares de implantação e melhoria de sistemas públicos de abastecimento de água, relativos a exercícios anteriores.	Visita realizada	Unid.	15	16			
						Realizar 7 visitas finais de convênios de implantação e melhoria de sistemas públicos de abastecimento de água, relativos a exercícios anteriores.	Visita realizada	Unid.	7	9			
						Analisar 1 projeto de implantação de melhoria de sistemas públicos de abastecimento de água relativos aos pleitos de 2010.	Projetos analisados	Unid.	1	0			
10	512	0122	10GE	P	1	26976 – Implantação e Melhoria de Sistemas públicos de	Realizar 41 visitas de acompanhamento de convênios de exercícios anteriores.	Visita técnica de acompanhamento realizada	Unid.	41	22	*	*
							Realizar 19 visitas preliminares de	Visita técnica	Unid.	19	15		

						esgotamento sanitário.	convênios de exercícios anteriores.	realizada					
							Analisar 54 projetos de implantação de melhoria de sistemas públicos de esgotamento sanitário de exercícios anteriores.	Projetos analisados	Unid.	54	191		
						26920 – Divulgação permanente da imagem institucional Funasa nas Ações de Saneamento e Saúde Indígenas	Elaborar informativos institucionais para servidores da Core/SC	Informativos elaborados	Unid.	15	5	*	*
							Divulgar as ações, projetos e programas da Funasa nas áreas de saneamento ambiental e saúde indígena.	Matéria divulgada	Und.	60	38		
							Realizar ações de comunicação e integração do quadro de funcionários da Core/SC com vistas à valorização e consolidação da imagem institucional.	Ação realizada	Unid.	10	6		
						26939 - Implantação, Ampliação ou Melhoria do Serviço de Saneamento	Realizar 2 visitas de acompanhamento de contratos de exercícios anteriores	Visita de acompanhamento realizada	Unid.	2	1	*	*
							Realizar 3 visitas preliminares de compromisso de 2010.	Visita técnica preliminar realizada	Unid.	3	0		
10	131	1287	4641	A	3								
10	511	1287	7656	P	1								

						o em Áreas Rurais em áreas Especiais	Realizar 7 visitas preliminares de termo de compromisso de exercícios anteriores.	Visita técnica prelimin ar realizada	Unid.	7	1		
							Analizar 13 projetos de saneamento ambiental em área especial (comunidades remanescente de quilombo e assentamentos de reforma agrária) referente a exercícios anteriores.	Projeto analisado	Unid.	13	5		
							Efetuar diagnóstico situacional para ações futuras em 3 comunidades quilombolas (com certidões emitidas até 2008).	diagnósti co realizado	Unid.	3	1		
							Analisar 4 projetos de saneamento ambiental em áreas especiais (comunidade remanescente de quilombo e assentamentos de reforma agrária) referentes aos pleitos de 2010.	Projeto analisado	Unid.	4	0		

10	511	1287	7684	P	1	26922 – Saneamento Básico em Aldeias Indígenas para Prevenção e Controle de Agravos.	Beneficiar 11 aldeias com sistema de abastecimento de água para prevenção e controle de agravos.	Aldeias beneficiadas	Unid.	11	2	*	*
10	511	1287	7684	P	1	26925 – Operação de Manutenção dos Sistemas de Saneamento Básico com Aldeias Indígenas.	Monitorar a qualidade de água de sistema de abastecimento de água nas aldeias indígenas no estado de Santa Catarina.	Sistemas monitorados	Unid.	26	26	*	*
							Operar e manter sistemas de abastecimento de água nas aldeias indígenas no estado de Santa Catarina.	Sistemas operados	Unid.	26	26		
10	512	8007	10GG	P	3	26956 – Sistemas Públicos de Manejo de Resíduos Sólidos.	Analisar 27 projetos de implantação e melhoria de sistema público de manejo de resíduos sólidos relativos a exercícios anteriores.	Projetos analisados	Unid.	27	78	*	*
							Realizar 6 visitas técnicas de acompanhamento de convênios de exercícios anteriores.	Visita técnica realizada	Unid.	6	5		

							Realizar 21 visitas técnicas preliminares de convênios de exercícios anteriores.	Visita técnica preliminar realizada	Unid.	21	11		
10	512	8007	20A M	A	3	42103 – Implementação de Projetos de Coleta e Reciclagem de Material.	Analisar 6 projetos de coleta e reciclagem de materiais de exercícios anteriores.	Projeto analisado	Unid.	6	18	*	*
							Realizar 6 visitas preliminares de termo de compromisso de exercícios anteriores.	Visita técnica preliminar realizada	Unid.	6	2		
SANEAMENTO INDÍGENA													
10	302	0150	3869	P	3	Nº 26941- Estruturação de Unidades de Saúde para Atendimento à População Indígena	Estruturar 5 Postos de Saúde para atendimento à População Indígena	Posto estruturado	Unid	5	0	*	*
10	423	0150	6140	A	3	26918 – Implementação das Ações de Vigilância	Alcançar a cobertura de acompanhamento do estado nutricional, em pelo menos 75% das crianças.	Crianças menores de 5 anos acompanhadas	%	75%	75,36%	*	*

						Alimentar e Nutricional nas Áreas Indígenas.	Alcançar a cobertura de acompanhamento do estado nutricional, em pelo menos 73% das gestantes.	Gestantes acompanhadas	%	73%	85,39%		
10	423	0150	8743	A	3	26977 – Capacitação de Profissionais e Controle Social na Área da Saúde Indígena	Promover a participação em eventos de capacitação de profissionais que atuam na saúde indígena.	Evento promovido	Unid.	2	0	*	*
							Promover a participação em eventos de capacitação dos Conselheiros Distritais de Saúde Indígenas	Evento promovido	Unid.	2	1		
							Realizar 03 Reuniões com cada conselho local de saúde Indígena (06 conselhos)	Reunião realizada	Unid.	6	6		
							Realizar 3 reuniões com cada conselho distrital de saúde indígena (Interior Sul e Litoral)	Reunião realizada	Unid.	3	3		
10	423	0150	8743	A	3	26924 – implementação das Ações de Atenção Integral à Saúde da Mulher e da Criança Indígena.	Reduzir em 5% a mortalidade infantil indígena da Core/SC	Mortalidade infantil	%	5%	15%	*	*
							Realizar pelo menos 4 consultas de pré-natal em 60% das gestantes.	Gestantes com consultas	%	60%	92%		
							50% das mulheres na faixa etária de 25-59 anos, com exames de PCCU realizadas.	Mulheres examinadas	%	50%	37,83%		

							50% das mulheres na faixa etária de 25-69 anos, com exames de mamas realizadas.	Mulheres examinadas	%	50%	32,44%		
							Investigar 80% dos óbitos infantis na Core/SC	Óbitos investigados	%	80%	0%		
10	423	0150	8743	A	3	26981 – Implantação das Ações de Assistência Farmacêutica para o Subsistema de Saúde Indígena.	Registrar 100% das movimentações de material farmacológicos no SISCOESC.	Movimentações registradas	Unid.	04	0%	*	*
							Capacitar 4 profissionais de cada pólo base.	Profissionais capacitados	Unid.	04	0%		
							Garantir 100% o fornecimento dos medicamentos (éticos, similares e genéricos) não padronizados de “A a Z” para atendimento de aviação das receitas médicas prescritas pela equipe multidisciplinar de saúde indígena e da rede do SUS, para atender a necessidade dos pacientes indígenas em tratamento de saúde de média e alta complexidade, sob jurisdição da Core/SC.	Medicamentos não padronizados	%	100%	100%		

							Garantir no estoque 100% de medicamentos básicos, para assistência terapêutica da população indígena.	Medicamentos padronizados	%	100%	80%		
10	423	0150	8743	A	3	41583 – Implantação da Vigilância Ambiental/Fatores Biológicos em Áreas Indígenas.	Implantar a vigilância ambiental nos 4 pólos base.	Vigilância ambiental implantada	Unid.	4	0%	*	*
10	423	0150	8743	A	3	26942 – Implantação de ações de atenção à saúde bucal para a população indígena.	Atingir a média de 1,5 procedimentos odontológicos assistenciais básicos.	Média de procedimentos alcançados	Unid.	1,5	0,5	*	*
							Ampliar em pelo menos 10% das consultas programáticas.	Número de consultas realizadas	Unid.	3136*	1.446		
							Ampliar em pelo menos 10% a cobertura média de escovação bucal supervisionada.	Média de cobertura	Unid.	2486*	484		
10	423	0150	8743	A	3	26955 – Implementação das ações de prevenção e controle de	Implementar ações de controle das DST/AIDS e Hepatites Virais na Core/SC	Ações Implementadas	Und.	4	4	*	*

						DST/HIV/ AID.							
10	423	0150	8743	A	3	26975 – Implementa ção das ações de controle da Tuberculos e e Hanseníase nas áreas indígenas	Implementação das ações de Tuberculose e Hanseníase nos 4 pólos.	Ações impleme ntadas	Unid	4	4	*	*
10	423	0150	8743	A	3	26957 – Implementa ção das ações de imunização nas aldeias.	Alcançar 95% de cobertura vacinal para a vacina VOP em menores de 1 ano.	Cobertur a vacinal alcançad a	%	95%	98%	*	*
							Alcançar 70% de pessoas com esquema vacinal completo.	Cobertur a vacinal alcançad a.	%	70%	74%		
							Alcançar 85% de cobertura vacinal para vacina Tríplice Viral, na faixa etária de 1-4 anos.	Cobertur a vacinal alcançad a	%	85%	74%		
							Alcançar 85% de cobertura vacinal para vacina Hepatite B, na faixa etária de 1-4 anos.	Cobertur a vacinal alcançad a	%	85%	98%		
							Alcançar 85% de cobertura vacinal para vacina Tríplice Viral, para as mulheres em idade fértil (10 a 49 anos).	Cobertur a vacinal alcançad a	%	85%			

							Alcançar 95% de cobertura vacinal para a vacina Tetravalente em menores de 1 ano.	Cobertura vacinal alcançada	%	95%	98%		
							Alcançar 85% de cobertura vacinal para vacina Dupla Adulto, para as mulheres em idade fértil (10 a 49 anos).	Cobertura vacinal alcançada	%	85%	98%		
10	423	0150	8743	A	3	26921 – Fortalecimento do Sistema de Informação da Atenção à Saúde Indígena – SIASI.	Enviar lote por Pólo Base para alimentação do SIASI.	Lotes enviados	Unid.	24	16	*	*
10	423	0150	8743	A	3	26919 – Promoção da Educação em Saúde dos Povos Indígenas	Beneficiar 43 aldeias com ações de Educação em Saúde e Mobilização Social na Atenção Integrada à Saúde dos Povos Indígenas.	Aldeias beneficiadas	Unid.	43	38	*	*
GESTÃO													
10	128	0016	4572	A	3	26940 – m Participação de Servidores Públicos Federais em Eventos	Promover em articulação com a Coordenação-Geral de Desenvolvimento de Pessoas SRH/MP a qualificação de servidores que atuam na	Participação em evento	Unid.	2	2	*	*

						de Capacitação.	área de RH.						
							Elaborar junto as áreas técnicas projetos de capacitação constantes no PAC 2010.	Projetos elaborados	Unid.	5	5		
							Promover a participação de servidores em eventos de capacitação.	Participação em evento	Unid.	18	57		
							Capacitar os servidores da Coordenação Regional de acordo com o diagnóstico realizado de competência.	Servidores capacitados	Unid.	85	38		
10	122	0750	20CW	A	4	41243 – Assistência Médica aos Servidores e Empregados – Exames Periódicos	Realizar Exames Periódicos em 100% servidores ativos, descentralizados, empregados públicos, nomeados em cargo de comissão e contratados temporários lotados na Core/SC.	Servidores beneficiados	Unid.	2	0	*	*
10	301	0750	2000	A	4	Nº e denominação da Subação	Implementar as ações de promoção à saúde ocupacional na Core/SC	Ações implementadas	Unid.	99	0	*	*
							Fomentar o desenvolvimento de pelo menos 3 ações de promoção à saúde na Core sendo uma delas Ginástica Laboral.	Projetos implantados	Unid.	99	0		
10	301	0750	2000	A	4	41283 – Melhoria	Executar 100% das medidas corretivas dos	Medidas executadas	%	100%	0%	*	*

						do Ambiente de Trabalho – Laudo de Avaliação Ambiental	itens apontados no Laudo de Avaliação ambiental.	as					
							Acompanhar as execuções das medidas corretivas identificadas nos laudos de avaliação da Core.	Medidas executadas	%	100%	0%		
							Constituir grupo de trabalho para promoção e acompanhamento das medidas corretivas apontadas no laudo de avaliação ambiental.	Grupo de trabalho constituído	Unid	1	1		

Fonte: PlamSUS

Justificativa: *A UJ não faz o acompanhamento de execução financeira da Subação, uma vez que sua programação recai sobre custeio, e a sua aplicação se realiza de forma compartilhada com outras subações.

Observação: 2486 escovações = 26,55% - 16,55% (alcançado em 2009) + 10%
3136 primeiras consultas = 33,5% - 23,5% (alcançados em 2009) + 10%

2.4 Desempenho Orçamentário/Financeiro

2.4.1 Programação Orçamentária da Despesa

Quadro 2.3 - Identificação das Unidades Orçamentárias

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
SUPERINTENDENCIA ESTADUAL EM SANTA CATARINA	36211	255024

2.4.1.1 Programação de Despesas Correntes

Quadro 2.4 - Programação de Despesas Correntes “NÃO SE APLICA A ESTA UJ”

Valores em R\$
1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesas Correntes					
		1 – Pessoal e Encargos Sociais		2 – Juros e Encargos da Dívida		3- Outras Despesas Correntes	
		Exercícios		Exercícios		Exercícios	
		2009	2010	2009	2010	2009	2010
LOA	Dotação proposta pela UO						
	PLOA						
	LOA						
CRÉDITOS	Suplementares						
	Especiais	Abertos					
		Reabertos					
	Extraordinários	Abertos					
		Reabertos					
Créditos Cancelados							
Outras Operações							
Total							

Fonte:

2.4.1.2 Programação de Despesas de Capital

Quadro 2.5 Programação de Despesas Capital “NÃO SE APLICA A ESTA UJ”

Valores em R\$
1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesa de Capital					
		4 – Investimentos		5 – Inversões Financeiras		6- Amortização da Dívida	
		Exercícios		Exercícios		Exercícios	
		2009	2010	2009	2010	2009	2010
LOA	Dotação proposta pela UO						
	PLOA						
	LOA						
CRÉDITOS	Suplementares						
	Especiais	Abertos					
		Reabertos					
	Extraordinários	Abertos					
		Reabertos					

	Créditos Cancelados						
Outras Operações							
Total							

Fonte:

2.4.1.3 Quadro Resumo da Programação de Despesas

Quadro 2.6 - Quadro Resumo da Programação de Despesas
“NÃO SE APLICA A ESTA UJ”

Valores em R\$
1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Despesas Correntes		Despesas de Capital		9 – Reserva de Contingência	
		Exercícios		Exercícios		Exercícios	
		2009	2010	2009	2010	2009	2010
LOA	Dotação proposta pela UO						
	PLOA						
	LOA						
CRÉDITOS	Suplementares						
	Especiais	Abertos					
		Reabertos					
	Extraordinários	Abertos					
		Reabertos					
Créditos Cancelados							
Outras Operações							
Total							

Fonte:

2.4.1.4 Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Quadro 2.7 - Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Justificativa: Não houve ocorrência no período.

Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedent e ou recebedora	Classificação da ação	Despesas Correntes		
				1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Concedidos					
	Recebidos					
Movimentação Externa	Concedidos					
	Recebidos					
Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedent e ou recebedora	Classificação da ação	Despesas de Capital		
				4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Movimentação Interna	Concedidos					
	Recebidos					
Movimentação Externa	Concedidos					

	Recebidos					
--	-----------	--	--	--	--	--

Fonte:

2.4.2 Execução Orçamentária da Despesa

2.4.2.1 Execução Orçamentária de Créditos originários da UJ

2.4.2.1.1. Despesas por Modalidade de Contratação

**Quadro 2.8 - Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos originários a UJ.
“NÃO SE APLICA A ESTA UJ”**

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2009	2010	2009	2010
Modalidade de Licitação				
Convite				
Tomada de Preços				
Concorrência				
Pregão				
Concurso				
Consulta				
Registro de Preços				
Contratações Diretas				
Dispensa				
Inexigibilidade				
Regime de Execução Especial				
Suprimento de Fundos				
Pagamento de Pessoal				
Pagamento em Folha				
Diárias				
Outros				

Fonte:

Justificativa: Esta UJ não tem crédito inicial recebidos diretamente da LOA;

2.4.2.1.2. Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa

**Quadro 2.9 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos originários da UJ.
NÃO SE APLICA A ESTA UJ**

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
1 – Despesas de Pessoal								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
2 – Juros e Encargos da								

Dívida								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
3 – Outras Despesas Correntes								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								

Fonte:

Justificativa: Esta UJ não tem crédito inicial recebidos diretamente da LOA.

2.4.2.1.3. Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa								
Quadro 2.10 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos originários da UJ.								
“NÃO SE APLICA A ESTA UJ”								
Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
4 – Investimentos								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
5 – Inversões Financeiras								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
6 – Amortização da Dívida								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								

Fonte:

Justificativa: Esta UJ não tem crédito iniciais recebidos diretamente da LOA;

2.4.2.2 Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação

A Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação contempla a mesma estrutura de informações do demonstrativo explanado anteriormente. A diferença entre esses demonstrativos está no fato de que o primeiro se refere à execução dos créditos iniciais recebidos da LOA ou dos créditos adicionais obtidos ao longo do exercício, enquanto o segundo se refere à execução dos créditos recebidos por movimentação interna e externa e deve ser preenchido por todas as UJ que tenham sido beneficiárias desses créditos. Assim, deixa-se de discriminar os quadros deste demonstrativo, pois são semelhantes aos quadros explanados no conjunto de demonstrativos associado à execução orçamentária de créditos originários da UJ.

2.4.2.2.1. Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos recebidos por movimentação

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2009	2010	2009	2010
Licitação	-	-	-	-
Convite	-	-	-	-
Tomada de Preços	-	-	-	-
Concorrência	-	-	-	-
Pregão	1.613.161,74	3.224.684,62	1.373.579,05	2.998.156,82
Concurso	-	-	-	-
Consulta	-	-	-	-
Contratações Diretas	-	-	-	-
Dispensa	127.419,92	1.393.813,55	122.299,92	1.393.813,55
Inexigibilidade	134.336,16	130.471,56	134.336,16	130.471,56
Regime de Execução Especial	-	-	-	-
Suprimento de Fundos	53.528,00	49.349,24	53.528,00	49.349,24
Pagamento de Pessoal	-	-	-	-
Pagamento em Folha	-	-	-	-
Diárias	355.890,29	547.413,73	354.883,93	547.713,73
Outras	-	-	-	-

Valores em R\$
1,00

Fonte: Siafi Gerencial – Presidência da Funasa

Análise Crítica:

Houve um aumento significativo no custeio de diárias e viagens para visitas técnicas, tendo em vista a contratação e/ou nomeação de nove engenheiros para a Divisão de Engenharia de Saúde Pública desta Superintendência.

O aumento nas despesas com pregões são referentes à mecânica dos veículos e ao novo contrato de limpeza e manutenção.

A necessidade de contratação emergencial de motoristas e veículos para atendimento ao Acordão do TCU

Estas despesas com novos contratos foram a razão do impacto a maior no exercício de 2010 em relação ao de 2009.

Houve uma redução de R\$ 4.000,00 nas despesas com suprimento de fundos e com os cartões corporativos.

2.4.2.2.2. Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por Movimentação

Quadro 2.12 – Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação
Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
1 – Despesas de Pessoal								
1º elemento de despesa	-	837,87	-	837,87	-	0,00	-	837,87
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
2 – Juros e Encargos da Dívida								
1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
3- Outras								

Despesas Correntes								
1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa	2.790.488,06	5.915.391,09	2.489.701,19	5.581.028,62	300.786,87	334.362,47	2.243.992,14	5.378.751,86
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Siafi Gerencial – Presidência da Funasa:

Análise Crítica:

O pagamento de Alvará Judicial efetuado em 2010, foi liquidado através do processo 25295.002.849/2010-61 referente a Sentença Judicial 2010SJ000001.

2.4.2.2.3. Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação								
Quadro 2.13 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação								
valores em R\$ 1,00								
Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
4 - Investimentos								
1º elemento de despesa	50.660,00	8.255,98	22.620,00	-	28.040,00	8.255,98	22.620,00	-
2º elemento de despesa	-	42.800,98	-	24.251,04	-	18.549,94	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
5 - Inversões Financeiras								
1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
2º elemento de	-	-	-	-	-	-	-	-

despesa								
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
6 - Amortização da Dívida								
1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Siafi Gerencial – Presidência da Funasa:

Análise Crítica:

A divergência na execução dos 1º e 2º elementos de despesas foi em decorrência de esta Superintendência ter o quantitativo insuficiente de pessoal capacitado e com perfil para exercer as atividades na área de compras, licitações e contratos, aliado à ausência de Procuradoria Jurídica, uma vez que contávamos com o apoio dos procuradores de outro estado, com isso ocasionou muitas das vezes a perda de prazos, devido à necessidade de cumprir os tramites obrigatórios dos processos.

Por estas razões a Superintendência Estadual da Funasa em Santa Catarina, devolveu à Presidência a maioria dos créditos orçamentários disponibilizados no encerramento do exercício de 2010.

2.4.3. Indicadores Institucionais

Indicadores da área de comunicação e educação em saúde

Indicador	Finalidade	Fórmula de Cálculo	Memória de cálculo	Tipo	Fonte	Método de Aferição	Área Responsável pelo Indicador	Resultado 2009	Meta 2010	Resultado 2010
Percentual de aldeias beneficiadas com ações de Educação em Saúde	Demonstrar a capacidade de realização de ações de educação em saúde nas aldeias indígenas	$\frac{\text{Nº de aldeias beneficiadas com ações de educação em saúde e mobilização social}}{\text{Nº total de aldeias programadas no período}} \times 100$	43/38x100 88,37%		Relatórios de monitoramento das Ascom/Coordenadoria e Presidência	Análise dos relatórios técnicos e de monitoramento	Ascom Dsei	45	43	38
Percentual de TC com projetos de Educação em Saúde e mobilização social	Verificar a adesão dos municípios às ações de educação em saúde e mobilização social	$\frac{\text{Nº de TC com projetos de educação em saúde}}{\text{Total de TC celebrados}} \times 100$	91/71 x 100= 78,02%	Eficácia	SIGOB Cgcon Equipes de educação em saúde das Coordenadorias e Presidência	Consulta aos TC/PAC e relatórios do SIGOB	Ascom Suest	37	91	71

Indicadores de saúde indígena

Indicador	Finalidade	Fórmula de Cálculo	Memória de Cálculo	Tipo	Fonte	Método de Aferição	Área Responsável pelo Indicador	Resultado 2009	Meta 2010	Resultado 2010
Percentual de Pessoas com Esquema vacinal completo	Verificar o percentual de pessoas com esquema vacinal completo para sua faixa etária.	$\frac{\text{Nº de pessoas com esquema vacinal completo}}{\text{Total da população indígena no período}} \times 100$	$\frac{9.716}{7.044} \times 100$	Eficácia	Siasi	Consolidação das informações do Siasi	Desai Suest Dsei	70,6%	70%	74%
Média percentual de crianças indígenas menores de 5 anos com acompanhamento do estado nutricional	Aferir o acompanhamento do estado nutricional de crianças indígenas menores de 5 anos	Somatório % de cobertura mensal (*) (nº meses com acompanhamento) (*) $\frac{\text{Nº de crianças <5 anos acompanhadas no mês}}{\text{Total de crianças <5 anos no mês}}$	$\frac{10.440*}{13.852**} \times 100$ *cç acompa **cç ext	Eficácia	Sisvan	Consolidação das informações do Sisvan	Desai Suest Dsei	73,40%	75%	75,36%

Indicadores de saneamento ambiental

Indicador	Finalidade	Fórmula de Cálculo	Memória de Cálculo	Tipo	Fonte	Método de Aferição	Área Responsável pelo Indicador	Resultado 2009	Meta 2010	Resultado 2010
Percentual de execução física de obras de abastecimento de água com recursos do PAC (*) (*) Acumulado - 2007 a 2009. (Parâmetro de verificação: Portaria 544)	Medir a execução física das obras do PAC	$\frac{\text{N}^\circ \text{ de obras de abastecimento de água com percentual de conclusão } < 30\%}{\text{N}^\circ \text{ de obras programadas nos TC celebrados}} \times 100$	$\left(\frac{5}{40}\right) \times 100$	Eficácia	Sigesan e Siscon Siafi	Relatórios do Sigesan; Parecer Técnico de visita de acompanhamento (Diesp e Sensp)	Densp Depin Suest	0		12,5%
		$\frac{\text{N}^\circ \text{ de obras de abastecimento de água com percentual de conclusão } \geq 70\% \text{ e } < 100\%}{\text{N}^\circ \text{ obras programadas nos TC celebrados}} \times 100$	$\left(\frac{1}{40}\right) \times 100$					0		2,5%
		$\frac{\text{N}^\circ \text{ de obras de abastecimento de água concluídas}}{\text{N}^\circ \text{ de obras programadas nos TC celebrados}} \times 100$	$\left(\frac{0}{40}\right) \times 100$					0		0%
Percentual de execução física de obras de esgotamento sanitário com recursos do PAC (*) (*)	Medir a execução física das obras do PAC	$\frac{\text{N}^\circ \text{ de obras de esgotamento sanitário com percentual de conclusão } < 30\%}{\text{N}^\circ \text{ de obras programadas nos TC celebrados}} \times 100$	$\left(\frac{5}{27}\right) \times 100$	Eficácia	Sigesan e Siscon Siafi	Relatórios do Sigesan; Parecer Técnico de visita de	Densp Depin Suest	0		18,52%
		$\frac{\text{N}^\circ \text{ de obras de esgotamento sanitário com percentual de conclusão } \geq 70\% \text{ e } < 100\%}{\text{N}^\circ \text{ obras programadas nos TC celebrados}} \times 100$	$\left(\frac{0}{27}\right) \times 100$					0		0%

Indicador	Finalidade	Fórmula de Cálculo	Memória de Cálculo	Tipo	Fonte	Método de Aferição	Área Responsável pelo Indicador	Resultado 2009	Meta 2010	Resultado 2010
Acumulado - 2007 a 2009. (Parâmetro de verificação: Portaria 544)		$\frac{\text{Nº de obras de esgotamento sanitário concluídas}}{\text{Nº de obras programadas nos TC celebrados}} \times 100$	$\left(\frac{0}{27}\right) \times 100$			acompanhamento (Diesp e Sensp)		0		%
Percentual de aldeias com tratamento de água implantado com recursos do PAC (*) (*)Acumulado – 2007 a 2009)	Aferir o percentual de aldeias com tratamento de água implantado com recursos do PAC	$\frac{\text{Nº de aldeias com SAA com tratamento de água implantado}}{\text{Total de aldeias com SAA implantado com recursos do PAC}} \times 100$	Nº aldeias com SAA implantado = 3 Comunidades programadas = 4 $\left(\frac{3}{4}\right) \times 100$	Eficiência	Planilha de acompanhamento em excel visita de acompanhamento de obras	Planilha de Acompanhamento (Densp) E visita de acompanhamento de obras (Diesp)	DENSP Suest			75

3. Informações Sobre Reconhecimento De Passivos Por Insuficiência De Créditos Ou Recursos

3.1 Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos

“NÃO SE APLICA A UJ”

Quadro 3.1 - Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos

Valores em R\$
1,00

Identificação da Conta Contábil					
Código SIAFI		Denominação			
Linha Detalhe					
UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo Final em 31/12/2009	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo Final em 31/12/2010
255024	26.989.350.00024-02	-	-	-	-
Razões e Justificativas:					

Fonte:

Justificativa: Não houve ocorrência no período para as contas contábeis de códigos 21211.11.00, 21212.11.00, 21213.11.00, 21215.22.00 e 21219.22.00 do SIAFI.

3.2 Análise Crítica

A análise crítica será feita pela Coordenação de Gestão Orçamentária e a Coordenação Geral de Orçamento e Finanças e encaminhada as Suest.

4. INFORMAÇÕES SOBRE A MOVIMENTAÇÃO E OS SALDOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

4.1 Pagamentos e cancelamentos de Restos a Pagar de exercícios anteriores

Quadro 4.1 - Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores

Valores em R\$
1,00

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2010
2009	245.709,05	1.006,36	240.986,18	3.716,51
2008	101.537,69	-	101.537,69	-
...				
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2010
2009	328.826,87	6.580,58	322.246,29	0,00
2008	186.117,89	36.443,10	143.085,96	6.588,83
...				
Observações:				

Fonte: Pres.-Funasa – SIAFI/Gerencial

4.2 Análise Crítica

A análise crítica será feita pela Coordenação de Gestão Orçamentária e a Coordenação Geral de Orçamento e Finanças e encaminhada as Suest.

5. INFORMAÇÕES SOBRE RECURSOS HUMANOS

5.1 Composição do Quadro de Servidores Ativos.

Quadro 5.1 Composição do Quadro de Recursos Humanos - Situação apurada em 31/12/2010

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos em 2010	Egressos em 2010
	Autorizada	Efetiva		
1 Provimento de cargo efetivo	-	-	-	-
1.1 Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-
1.2 Servidores de Carreira	-	-	-	-
1.2.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão	-	59	10	-
1.2.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado	-	-	-	-
1.2.3 Servidor de carreira em exercício provisório	-	-	-	-
1.2.4 Servidor requisitado de outros órgãos e esferas	-	5	-	-
1.3 Servidores com Contratos Temporários	-	2	-	2
1.4 Servidores Cedidos ou em Licença	-	-	-	-
1.4.1 Cedidos	-	7	-	128
1.4.2 Removidos	-	-	-	-
1.4.3 Licença remunerada	-	-	-	-
1.4.4 Licença não remunerada	-	2	-	-
2 Provimento de cargo em comissão	-	-	-	-
2.1 Cargos Natureza Especial	-	-	-	-
2.2 Grupo Direção e Assessoramento superior	-	7	-	-
2.2.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão	-	2	-	-
2.2.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado	-	-	-	-
2.2.3 Servidor de outros órgãos e esferas	-	2	-	-
2.2.4 Sem vínculo	-	3	-	-
2.2.5 Aposentado	-	-	-	-
2.3 Funções gratificadas	-	14	-	-
2.3.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão	-	9	-	-
2.3.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado	-	-	-	-
2.3.3 Servidor de outros órgãos e esferas	-	3	-	-
3 Total	-	115	10	130

Fonte: SIAPE

Quadro 5.2 - Composição do Quadro de Recursos Humanos por faixa etária - Situação apurada em 31/12/2010

Tipologias do Cargo	Faixa Etária (anos)				
	Até 30	De 31 a 40	De 41 a 50	De 51 a 60	Acima de 60
1. Provimento de cargo efetivo					
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira	9	7	14	26	0
1.3. Servidores com Contratos Temporários	0	2	0	0	0
1.4. Servidores Cedidos ou em Licença	0	2	1	5	0
2. Provimento de cargo em comissão					
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	1	2	2	2	0
2.3. Funções gratificadas	2	2	5	5	0

Fonte: SIAPE

Quadro 5.3 - Composição do Quadro de Recursos Humanos por nível de escolaridade - Situação apurada em 31/12/2010

Tipologias do Cargo	Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de cargo efetivo									
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira	0	0	4	22	0	29	0	0	0
1.3. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0	0	2	0	0	0
1.4. Servidores Cedidos ou em Licença	0	0	0	0	0	2	0	0	0
2. Provimento de cargo em comissão									
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	0	0	0	5	0	2	0	0	0
2.3. Funções gratificadas	0	0	1	8	0	5	0	0	0

LEGENDA

Nível de Escolaridade

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 - Mestrado; 9 - Doutorado; 10 - Não Classificada.

Fonte: SIAPE

5.2 Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas

Quadro 5.4 - Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação apurada em 31/12/2010

Regime de proventos / Regime de aposentadoria	Quantitativo de Servidores	de	Aposentadorias em 2010
1 Integral			
1.1 Voluntária	197		29
1.2 Compulsório	1		0
1.3 Invalidez Permanente	21		0
1.4 Outras	0		0
2 Proporcional			
2.1 Voluntária	56		1
2.2 Compulsório	0		0
2.3 Invalidez Permanente	5		0
2.4 Outras	0		0

Fonte: SIAPE

Quadro 5.5 - Composição do Quadro de Instituidores de Pensão - Situação apurada em 31/12/2010

Regime de proventos originário do servidor	Quantitativo Beneficiários	de	Pensões concedidas em 2010
1. Integral	11		10
2. Proporcional	1		1

Fonte: SIAPE

5.3 Composição do Quadro de Estagiários

Quadro 5.6 - Composição do Quadro de Estagiários

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Custo do exercício (Valores em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
Nível superior					
Área Fim	0	0	0	0	R\$ 0,00
Área Meio	10	11	11	09	R\$ 43.062,14
Nível Médio					
Área Fim	0	0	0	0	R\$ 0,00
Área Meio	10	09	15	15	R\$ 59.030,92

Fonte: SIAPE

5.4 Quadro de custos de recursos humanos

Quadro 5.7 - Quadro de custos de recursos humanos nos exercícios de 2008, 2009 e 2010. Valores em R\$ 1,00

Tipologias / Exercícios	Vencimentos e vantagens fixas	Despesas Variáveis						Total
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e previdenciários	Demais despesas variáveis	
Membros de poder e agentes políticos								
2008	1.772.254,25	326.014,46	663.623,53	395.823,08	0,00	380.339,87	0,00	3.538.055,19
2009	4.572.547,72	324.192,27	725.169,72	980.136,24	0,00	509.755,13	0,00	7.111.801,08
2010	4.181.933,59	306.245,39	415.610,38	777.877,70	0,00	331.759,50	0,00	6.013.426,56
Servidores de Carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão								
2008	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2009	241.262,40	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	241.262,40
2010	240.296,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	240.296,00
Servidores com Contratos Temporários								
2008	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2009	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2010	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidores Cedidos com ônus ou em Licença								
2008	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2009	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2010	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidores ocupantes de Cargos de Natureza Especial								
2008	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2009	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2010	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidores ocupantes de cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior								
2008	0,00	112.042,61	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	112.042,61
2009	0,00	197.020,70	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	197.020,70
2010	0,00	174.951,22	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	174.951,22
Servidores ocupantes de Funções gratificadas								
2008	0,00	4.506,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.506,00
2009	0,00	4.506,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.506,00
2010	0,00	4.506,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.506,00

Fonte: SIAPE

5.5 Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

Quadro 5.8 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva

Unidade Contratante													
Nome: Superintendência Estadual de Santa Catarina													
UG/Gestão: 255024/36211							CNPJ: 26.989.350/0024-02						
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2009	V	O	11/2009	04.629.488/0001-71	30/03/2009	31/01/2011	16	8	0	0	0	0	E
2009	L	O	11/2009	08.471.178/0001-22	21/09/2009	20/05/2011	29	6	0	11	0	1	A
Observação: * O Ato convocatório não exigiu a comprovação de escolaridade, porém exigiu-se treinamento e reciclagem constante dos funcionários.													
LEGENDA													
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.													
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.													
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.													
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													
Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.													

Fonte:

Quadro 5.9 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

Unidade Contratante													
Nome: Superintendência Estadual de Santa Catarina													
UG/Gestão: 255024/36211							CNPJ: 26.989.350/0024-02						
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2009	8	O	18/2009	08.471.178/0001-22	14/12/2009	13/02/2011	28	23	0	0	0	0	AP
2009	8	E	19/2009	01.34.7983/0001-08	23/12/2009	22/06/2010	46	*	0	0	0	0	E
Observação: * A empresa apresentou documento, aceito pelo Sr. Superintendente Estadual, onde justificava que o item onde se exigia a escolaridade não deixava claro qual esta deveria ser. Assim, atestou que o mesmo sem comprovação, os funcionários sabiam ler e escrever e estariam aptos a exercer as funções a eles atribuídas.													
LEGENDA													
Área: Apoio Administrativo Técnico e Operacional;													
Manutenção e Conservação de Bens Imóveis;													

Tecnologia da Informação;
 Serviços de Copa e Cozinha;
 Manutenção e conservação de Bens Móveis;
 Serviços de Brigada de Incêndio;
 Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes;
 Outras.
 Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.
 Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.
 Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.
 Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte:

Quadro 5.10 - Distribuição do pessoal contratado mediante contrato de prestação de serviço com locação de mão de obra

Identificação do Contrato	Área	Qtd.	Unidade Administrativa
11/2009	10	4	GARAGEM – SUEST/SC
		8	SEDE – SUEST/SC
		4	PÓLO BASE ARQUARI
15/2009	5 e 9	21	SEDE – SUEST/SC
		2	PÓLO BASE ARAQUARI
		1	GARAGEM – SUEST/SC
		2	PÓLO BASE JOSÉ BOITEUX
		2	PÓLO BASE CHAPECÓ
18/2009	11	14	PÓLO BASE CHAPECÓ
		5	PÓLO BASE JOSÉ BOITEUX
		2	PÓLO BASE ARAQUARI
		7	SEDE – SUEST/SC
19/2009	11	2	PÓLO BASE ARAQUARI
		6	PÓLO BASE CHAPECÓ
		7	PÓLO BASE FLORIANÓPOLIS
		8	PÓLO BASE JOSÉ BOITEUX

LEGENDA

Área:
 Apoio Administrativo Técnico e Operacional;
 Tecnologia da Informação;
 Manutenção e Conservação de Bens Imóveis;
 Serviços de Copa e Cozinha;
 Manutenção e conservação de Bens Móveis;
 Serviços de Brigada de Incêndio;
 Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes;
 Higiene e Limpeza;
 Vigilância Ostensiva;
 Outras.

Fonte:

5.6 Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos

Análise Crítica:

O exercício de 2010 foi marcado por profundas mudanças no quadro de pessoal da Funasa. Com a publicação do Decreto nº 7.336, de 19/10/2010, que criou a Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI) e pelo qual transferiu o Subsistema de Atenção à Saúde Indígena da Funasa para o Ministério da Saúde, e com isso foram redistribuídos 15 servidores, que atuavam no Distrito Sanitário Especial Indígena, Interior Sul (DSEI).

Também em 2010 foram redistribuídos para o Ministério da Saúde, 115 servidores que exercem o cargo de Agentes de Saúde Pública e Laboratoristas, que estavam cedidos à Secretaria de Estado da Saúde e Secretarias Municipais de Saúde de Santa Catarina, que atuam na Vigilância Epidemiológica.

Foram admitidos por concurso público um total de 18 (dezoito) servidores, para a Superintendência Estadual da Funasa em Santa Catarina, sendo que 2(dois) pediram exoneração, 8(oito) servidores foram nomeados no exercício de 2009 e 8(oito) no ano de 2010.

Em relação aos indicadores gerenciais de recursos humanos temos a relatar que nem todos estão sendo utilizados nesta Superintendência. Isto é justificado pelas limitações de deficiência de pessoal ou por restrição financeira.

Para o controle do tema **Absenteísmo**, o Serviço de Recurso Humanos desta instituição, possui dois instrumentos: Um é o controle através da Folha de Frequência Mensal e o outro é o fichário, onde são lançados manualmente todas as ocorrências dos servidores.

Atualmente é de responsabilidade do Serviço de Recursos Humanos da Superintendência Estadual da Funasa em Santa Catarina, o gerenciamento de 60 (sessenta) servidores ativos, com relação aos seus direitos e deveres funcionais, além dos 278 servidores aposentados, 285 (duzentos e oitenta e cinco) pensionistas, bem como 33(trinta e três) trabalhadores públicos, anistiados do Ministério dos Transportes a disposição desta Superintendência Estadual.

Os indicadores **Acidente de Trabalho e Doenças Ocupacionais** serão utilizados a partir de março de 2011, quando serão iniciados os exames periódicos obrigatórios desde a instituição do Programa de Assistência à Saúde do Servidor Público Federal, através do Decreto 6.833 de 29/04/2009. Esta ação vem sendo prejudicada por conta da necessidade de ajustes do Sistema Siapenet, módulo Saúde - Exames Periódicos, que é gerenciado pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

O **Serviço de Perícia Médica** é realizado pelo Núcleo do Ministério da Saúde, através do convênio firmado com aquele órgão, em virtude desta Superintendência não existir técnicos para esta ação.

O Indicador **Educação Continuada**, não estamos utilizando por ter formado, todos os servidores que necessitavam de completar sua formação básica através do Programa FORMAR, nos exercícios 2007/2008.

Quanto aos Temas **Satisfação e Motivação**, não estão sendo utilizados, porém temos a pretensão de implantar e monitorar, durante o exercício de 2011, o Programa de Saúde do Trabalhador, com ginástica laboral e outras ações pertinentes a prevenção a saúde do trabalhador.

Os indicadores **Desempenho Funcional e Níveis Salariais** serão utilizados no decorrer do exercício de 2011, com a implantação das avaliações individuais e o Plano de Cargo e Salário, instituídos através do Decreto 7.133 de 19/03/2010.

Quanto aos temas **Disciplina e Demandas Trabalhistas**, são aplicados segundo a demanda do serviço. Com referencia ao tema Disciplina utiliza-se o Código de Ética da Fundação Nacional de Saúde que foi aprovado pela Portaria nº149 de 16/02/2010. E em relação às Demandas Trabalhistas/Processos Judiciais, foram atendidos 123 (cento e vinte e três) processos no ano de 2010.

6. INFORMAÇÕES SOBRE TRANSFERÊNCIAS

6.1.1. Relação dos instrumentos de transferência vigentes no exercício de 2010

6.1. Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência **“NÃO SE APLICA À SUEST”** Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome:									
CNPJ:					UG/GESTÃO:				
Informações sobre as transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No exercício	Acumulado até exercício	Início	Fim	
LEGENDA									
Modalidade:					Situação da Transferência:				
1 -	Convênio				1 -	Adimplente			
2 -	Contrato de Repasse				2 -	Inadimplente			
3 -	Termo de Parceria				3 -	Inadimplência Suspensa			
4 -	Termo de Cooperação				4 -	Concluído			
5 -	Termo de Compromisso				5 -	Excluído			
					6 -	Rescindido			
					7 -	Arquivado			

Fonte:

Justificativa: A Suest não faz transferência a outros órgãos ou Unidades

6.1.2 Quantidade de instrumentos de transferências celebrados e valores repassados nos três últimos exercícios

6.2. Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios

“NÃO SE APLICA À SUEST”

Unidade Concedente ou Contratante

Nome:

CNPJ:

UG/GESTÃO:

Modalidade	Quantidade de instrumentos celebrados em cada exercício			Valores repassados em cada exercício (Valores em R\$ 1,00)		
	2008	2009	2010	2008	2009	2010
Convênio						
Contrato de Repasse						
Termo de Parceria						
Termo de Cooperação						
Termo de Compromisso						
Totais						

Fonte:

Justificativa: A Suest não faz transferência a outros órgãos ou Unidades.

6.3 - Resumo dos instrumentos de transferência que vigerão em 2011 e exercícios seguintes

“NÃO SE APLICA À SUEST”

Unidade Concedente ou Contratante

Nome:

CNPJ:

UG/GESTÃO:

Modalidade	Qtd. de instrumentos com vigência em 2011 e seguintes	Valores (R\$ 1,00)			% do Valor global repassado até o final do exercício de 2010
		Contratados	Repassados até 2010	Previstos para 2011	
Convênio					
Contrato de Repasse					
Termo de Parceria					
Termo de Cooperação					
Termo de Compromisso					
Totais					

Fonte:

Justificativa: A Suest não faz transferência a outros órgãos ou Unidades.

6.1.4. Informações sobre a prestação de contas relativas aos convênios e contratos de repasse

6.4. Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio e de contratos de repasse.

Unidade Concedente					
Nome: Fundação Nacional de Saúde – SUEST/SC					
CNPJ: 26.989.350/0024-02			UG/GESTÃO:		
Exercício da prestação de contas	Quantitativos e montante repassados			Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)	
				Convênios	Contratos de Repasse
2010	Ainda no prazo de prestação de contas	Quantidade		-----	-----
		Montante Repassado		-----	-----
	Com prazo de prestação de contas vencido	Contas prestadas	Quantidade	27	-----
			Montante Repassado (R\$)	8.085.665,25	-----
		Contas NÃO prestadas	Quantidade	06	-----
			Montante Repassado (R\$)	508.082,78	-----
2009	Contas prestadas	Quantidade	17	-----	
		Montante Repassado (R\$)	2.438.792,06	-----	
	Contas NÃO prestadas	Quantidade	01	-----	
		Montante Repassado (R\$)	18.000,00	-----	
2008	Contas prestadas	Quantidade	21	-----	

		Montante Repassado (R\$)	6.070.909,25	-----
	Contas NÃO prestadas	Quantidade	02	-----
		Montante Repassado (R\$)	2.442.083,28	-----
Anteriores a 2008	Contas NÃO prestadas	Quantidade	03	-----
		Montante Repassado (R\$)	68.550,60	-----

Fonte: SIAFI/Planilha de Acompanhamento do Setor de Prestação de Contas da SUEST/SC

6.1.5 Informações sobre a análise das prestações de contas de convênios e de contratos de repasse

6.5. Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio e de contratos de repasse.

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome: Fundação Nacional de Saúde – SUEST/SC						
CNPJ: 88095-001		UG/GESTÃO:				
Exercício da prestação de contas	Quantitativos e montantes repassados			Instrumentos		
				Convênios	Contratos de Repasse	
2010	Quantidade de contas prestadas			38		
	Com prazo de análise ainda não vencido	Quantidade		14		
		Montante repassado (R\$)		3.585.827,37		
	Com prazo de análise vencido	Contas analisadas	Quantidade Aprovada		8	
			Quantidade Reprovada		13*	
		Contas NÃO analisadas	Quantidade de TCE		1	
Quantidade			4			
		Montante repassado (R\$)		563.979,81		
2009	Quantidade de contas prestadas			35		
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada		16		
		Quantidade Reprovada		18*		
		Quantidade de TCE		3		
	Contas NÃO analisadas	Quantidade		1		
Montante repassado (R\$)		100.000,00				
2008	Quantidade de contas prestadas			59		
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada		24		
		Quantidade Reprovada		34*		
		Quantidade de TCE		1		
	Contas NÃO analisadas	Quantidade		1		
Montante repassado		161.036,12				
Exercícios anteriores a 2008	Contas NÃO analisadas	Quantidade		1		
		Montante repassado		80.000,00		

Fonte: SIAFI/Planilha de acompanhamento do Setor de Prestação de Contas da SUEST/SC/Processos de projeto.

(*) Dentre as contas citadas como reprovadas neste quadro, estão prestações de contas que foram apresentadas pelo Município, mas que, por conterem pendências por falta de documentos ou por pendências técnicas da engenharia, estas ainda estão em análise aguardando a solução destas pendências para que sejam concluídas com aprovação as contas prestadas.

6.2. Análise Crítica

A análise crítica sobre a situação da gestão das transferências vigentes no exercício e seus efeitos no médio e longo prazo é obrigatória e aplicável a todas as UJ.

Nesse contexto e sem prejuízo de outras abordagens que a UJ considere adequado fazer, importa que a UJ informe sobre:

- Medidas adotadas para sanear as transferências na situação de inadimplentes;
- Situação das transferências efetuadas no exercício frente ao disposto no ART.35 DO Decreto 93.872/86 e do art. 12, &1º, do Decreto 6.752/2010, com a redação dada pelo Decreto 6.993/2010, ou legislação que o altere;
- Evolução das transferências efetuadas nos três últimos exercícios, quanto à quantidade e volume de recursos transferidos;
- Medidas adotadas para gerir as transferências no exercício de 2011;
- Análise da evolução das prestações de contas referentes às transferências expiradas até 2010, quanto à conformidade das prestações de contas com os prazos regulamentares;
- Análise da evolução das análises das prestações de contas referentes às transferências expiradas até 2010, quanto à eficiência e eficácia dos procedimentos dotados, bem como quanto à disponibilidade adequada de recursos humanos e materiais para tanto;
- Estruturas de controle definida para o gerenciamento das transferências, informando, inclusive, a capacidade de fiscalização in loco da execução dos planos de trabalho contratados.

Análise Crítica:

No que se refere às transferências de recursos, podemos informar que:

EVOLUÇÃO DAS TRANSFERENCIAS EFETUADAS NOS 3 ÚLTIMOS EXERCÍCIOS		
ANO	Quantidade de transferências	Volume de recursos transferidos (R\$)
2008	37	3.659.491,71
2009	25	3.061.799,79
2010	37	3.101.824,30

Já em relação aos outros aspectos relativos à transferência de recursos, não nos sentimos em condições de nos manifestarmos uma vez que as transferências eram no período solicitado todas realizadas pela Presidência da Funasa.

No que se refere à Prestação de Contas, temos a informar que atualmente a equipe de analistas de Prestação de Contas formada por um servidor concursada que iniciou suas atividades neste setor em maio de 2010. Desde então tem sido realizado um trabalho árduo com vista a diminuição do passivo existente nas análises de Prestação de contas, porém ainda há a necessidade de recomposição do quadro de pessoal no setor.

7. REGISTROS ATUALIZADOS NO SISTEMA SIASG E SICONV



MINISTÉRIO DA SAÚDE
FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE

DECLARAÇÃO

Eu, Marcos Jose Medeiros Fernandes, CPF. Nº. 594.877.559-34, ocupante do cargo de Superintendente Estadual desta Fundação Nacional de Saúde em Santa Catarina, declaro em observância ao item 7 do Anexo II da Decisão Normativa nº 107, de 27 de outubro de 2010, que as informações referentes aos contratos firmados por esta Unidade Gestora, estão disponíveis e atualizados no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº. 11.768, de 14 de agosto de 2008.

Florianópolis, SC, 23 de fevereiro de 2011.



Marcos José Medeiros Fernandes
Superintendente Estadual da Funasa/SC

8. DECLARAÇÕES DE BENS E RENDAS



MINISTÉRIO DA SAÚDE
FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE

DECLARAÇÃO

Eu, Marcos Jose Medeiros Fernandes, CPF. Nº. 594.877.559-34, ocupante do cargo de Superintendente Estadual desta Fundação Nacional de Saúde em Santa Catarina, declaro em observância ao Item 8 do Anexo II da Decisão Normativa nº 107, de 27 de outubro de 2010, que foram cumpridas as obrigações estabelecidas na Lei nº 8.730, de 10 de novembro de 1993, relacionadas à entrega e ao tratamento das declarações de bens e rendas dos servidores lotados nesta UJ.

Florianópolis, SC, 23 de fevereiro de 2011.

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Marcos José Medeiros Fernandes', written over a horizontal line.

Marcos José Medeiros Fernandes
Superintendente Estadual da Funasa/SC

9. SISTEMA DE CONTROLE INTERNO

Quadro 9.1 - Estrutura de controles internos da UJ

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.		X			
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.		X			
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.		X			
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.		X			
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.	X				
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					X
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.				X	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.		X			
Avaliação de Risco	1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.					X
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.	X				
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.		X			
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.		X			
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.		X			
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.	X				
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X

Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.		X			
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.		X			
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.		X			
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.		X			
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.					X
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.		X			
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.		X			
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.		X			
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.		X			
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.		X			
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.		X			
Considerações gerais: As informações foram compiladas do preenchimento dos questionários preenchidos pelos responsáveis pela áreas da Superintendência Estadual/SC.					
LEGENDA Níveis de Avaliação: (1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ. (2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria. (3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ. (4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria. (5) Totalmente válida. Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

10. INFORMAÇÕES QUANTO A ADOÇÃO DE CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

Quadro 10.1 - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?	X				
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.			X		
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).	X				
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?	X				
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?					X
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?	X				
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos. <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório?			X		
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?	X				
9. Para a aquisição de bens/produtos é levada em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens/produtos.					X
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.					X
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.	X				

<p>12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica.</p> <p><input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?</p>	X				
<p>13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores.</p> <p><input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?</p>	X				
<p>Considerações Gerais: - Item 7: Os veículos da Superintendência Estadual são adquiridos pela FUNASA Presidência.</p> <p>As informações foram compiladas do preenchimento dos questionários preenchidos pelos responsáveis pela áreas da Superintendência Estadual/SC.</p>					
<p>LEGENDA</p> <p>Níveis de Avaliação:</p> <p>(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.</p> <p>(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.</p> <p>(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.</p> <p>(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.</p> <p>(5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.</p>					

11. GESTÃO DE PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO

11.1 Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial

Quadro A.11.1 - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2009	EXERCÍCIO 2010
BRASIL	SANTA CATARINA	-	-
	Florianópolis	2	2
Subtotal Brasil		2	2
Subtotal Exterior		-	-
Total (Brasil + Exterior)		2	2

Fonte:

Quadro 11.2 Distribuição Especial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locado de Terceiros

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS PELA UJ	
		EXERCÍCIO 2009	EXERCÍCIO 2010
BRASIL	SANTA CATARINA	-	-
	Florianópolis	04	04
Subtotal Brasil		04	04
EXTERIOR	PAÍS 1	-	-
	cidade 1	-	-
Subtotal Exterior		-	-
Total (Brasil + Exterior)		04	04

Fonte:

Quadro 11.3 - Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa com Manutenção no exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Imóvel	Instalações
255024	815000187500-1	15	05	488.016,72	26,12.2000	-	-	126.924,00 12 meses
255024	810500188500-7	21	02	47.254,36	26.12.2000	-	-	-
Total							-	126.924,00

Fonte:

12. INFORMAÇÃO SOBRE GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI).

12.1. Gestão de Tecnologia da Informação (TI)

“NÃO SE APLICA A UJ”.

Justificativa: A Suest não tem uma estrutura formal de Tecnologia da Informação. Esta responsabilidade e da competência da Presidência da FUNASA.

13. UTILIZAÇÃO DE CARTÕES DE PAGAMENTO.

CARTAO DE CREDITO PARA O RELATORIO GERENCIAL

Entidade			Sq Cartão Pagto Gov Federal	Fatura - Cartão Pagto Gov. Fed
03649976994	03649976994	JAILSON RIBEIRO TEIXEIRA		16.052,49
29438098100	29438098100	HAROLDO VICENTE DE PAULA	2.828,68	15.556,91
38013800920	38013800920	OSNI FRANCISCO TAVARES	220,00	3.137,92
48958476915	48958476915	ANA LUCIA PEREIRA DE LACERDA	295,00	7.631,14
86055194953	86055194953	OTONI ALVES PASSOS	1.070,00	6.862,36
Total			4.413,68	49.240,82

14. INFORMAÇÃO SOBRE RENUNCIA TRIBUTÁRIA.

“NÃO SE APLICA A UJ”

Justificativa: A Suest não executa renúncia tributária, pois a gestão orçamentária e financeira é de responsabilidade da Presidência da FUNASA.

15. PROVIDENCIA ADOTADA PARA ATENDER AS DELIBERAÇÕES DO TCU.

15.1 Deliberações do TCU atendidas no exercício

Quadro 15.1 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Descrição da Deliberação:					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Síntese da providência adotada:					
Síntese dos resultados obtidos					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					

Justificativa: Não houve no exercício de 2010 nenhuma deliberação expedida pelo TCU à nossa Suest/SC.

15.2. Deliberações do TCU pendentes de atendimento ao final do exercício

Quadro 15.2 - Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Descrição da Deliberação:					
Justificativa apresentada pelo seu não cumprimento					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Justificativa para o seu não cumprimento:					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					

Justificativa: Não houve no exercício de 2010 nenhuma deliberação expedida do TCU com pendências de atendimento à nossa Suest/SC.

15.3 Recomendações do OCI atendidas no exercício

Quadro 15.3 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DA CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO - CGU/PR

ACOMPANHAMENTO DAS RESPOSTAS PRELIMINARES DO RELATÓRIO DE AUDITORIA - RA (PLANO DE PROVIDÊNCIAS PERMANENTE)			
IDENTIFICAÇÃO DO RA: RELATÓRIO DE AUDITORIA ANUAL DE CONTAS Nº 244122 - EXERCÍCIO 2009		COMUNICAÇÃO EXPEDIDA: OFÍCIO Nº 35353/2010/CGU-R/SC, DE 27/10/2010	
(ITEM DO RA): CONSTATAÇÃO	DESCRIÇÃO DA RECOMENDAÇÃO	UNIDADE	RESPOSTA DA UNIDADE
13 - Utilização indevida de Inexigibilidade de Licitação para realização de Dispensa de Licitação, no valor total de R\$ 20.000,00.	Formalizar processo de dispensa de licitação para contratação de serviços da Empresa Brasil de Comunicação - EBC.	SALOG/SOMAT	Recomendação acatada; Formalizado o processo de Dispensa n.º 09/2010.
19 - Não-atendimento das recomendações da constatação nº 2.1.2.1 do Relatório de Auditoria nº 224408, referente à formalização de processos licitatórios.	Reiteram-se as seguintes recomendações do item 2.1.2.1 do Relatório de Auditoria nº 224408 (TC/PC referente a 2008): "RECOMENDAÇÃO: 001 Formalizar processos individuais para cada licitação a ser realizada pela Unidade, submetendo os processos ao devido trâmite legal. RECOMENDAÇÃO: 002 Apor data e assinatura em todos os documentos constantes dos processos licitatórios realizados pela Unidade. RECOMENDAÇÃO: 003 Atender às recomendações efetuadas pela Procuradoria Jurídica, quando das análises dos procedimentos licitatórios. RECOMENDAÇÃO: 004 Solicitar das empresas que participem de licitações na modalidade de Pregão Eletrônico o prévio credenciamento no SICAF, sendo que o Edital deve prever os critérios para habilitação, não podendo exigir Habilitação parcial, tendo em vista que os documentos que fazem parte desta habilitação	SALOG	Recomendação acatada e em execução, conforme respostas do Relatório de Auditoria nº 224408, constatação nº 32.

	poderão ser apresentados pelas licitantes no momento da licitação. RECOMENDAÇÃO: 005 Fundamentar de forma objetiva o cancelamento de um processo licitatório, não anulando um procedimento em sua plenitude sem a plena informação, constante do processo, dos motivos que levaram a este ato".		
19 - Não-atendimento das recomendações da constatação nº 2.1.2.1 do Relatório de Auditoria nº 224408, referente à formalização de processos licitatórios.	Preencher na íntegra o Formulário de Acompanhamento dos Processos implementado pela FUNASA, a fim de garantir a sua devida formalização e evitar a ocorrência de falhas, especialmente aquelas de natureza formal.	SALOG	Recomendação acatada e em execução.
20 - Não-atendimento de recomendações da constatação nº 3.1.4.1 do Relatório de Auditoria nº 224408(PC/2008), referente à formalização de processos licitatórios.	Reiteram-se as seguintes recomendações do item nº 3.1.4.1 do Relatório de Auditoria nº 224408 (TC/PC referente a 2008): "RECOMENDAÇÃO: 002 Utilizar critérios objetivos, com previsão editalícia e legal, para a desclassificação de propostas nos certames de pregão eletrônico realizados pela Unidade, bem como fundamentar legalmente o não-acatamento de recursos impetrados por empresas que participem do processo licitatório. RECOMENDAÇÃO: 005 Utilizar equipamentos da Unidade em eventos que demandem a utilização destes, a fim de proporcionar economicidade na aplicação dos recursos públicos, sem necessidade de locação de equipamentos que a Unidade tenha disponível em seu patrimônio. No caso da não-possibilidade de utilização dos equipamentos da Unidade, evidenciar este fato no respectivo processo".	SALOG	Recomendação acatada e em execução, conforme respostas do Relatório de Auditoria nº 224408, constatação nº 31.
20 - Não-atendimento de recomendações da constatação nº 3.1.4.1 do Relatório de Auditoria nº 224408(PC/2008), referente à formalização de processos licitatórios.	Preencher de forma integral o Formulário de Acompanhamento dos Processos implementado pela Unidade, a fim de garantir a sua devida formalização e evitar a ocorrência de falhas, especialmente de natureza formal.	SALOG	Recomendação acatada e em execução.

<p>21 - Não-atendimento de recomendação da constatação nº 8.1.1.2 do Relatório de Auditoria nº 224408 (PC/2008), referente à restituição de valores pagos a maior de diárias.</p>	<p>Reitera-se a seguinte recomendação do Relatório de Auditoria nº 208108 (Prestação de Contas/2007), já reiterada no Relatório de Auditoria nº 224408 (TC/PC referente a 2008), reproduzida a seguir: "Adotar procedimentos de controle e revisão documental em relação à concessão de diárias, a fim de evitar as inconsistências de forma tempestiva, principalmente nos casos de restituição dos valores pagos".</p>	<p>SAEOF</p>	<p>A partir da implantação do Sistema de Concessão de Diárias e Passagens em 2009, a SAEOF passou a consultar os campos Prestação de Contas e Devolução de Valores, eliminando assim inconsistências como as apontadas pela CGU no exercício de 2009. Em relação à PCD nº 316/09-2C os valores foram devidamente recolhidos, conforme GRU e comprovante de pagamento. O único caso que se encontra pendente é o relativo à PCD nº 7036/09. As providências foram tomadas aguardando apenas a abertura de TCE, tendo em vista que o servidor ainda encontra-se em débito com o erário.</p>
<p>22 - Não-comprovação da necessidade de contratação de objetos nas quantidades demandadas nos processos de aquisição, bem como contratação de objetos agrupados em itens de forma indevida.</p>	<p>Licitar de forma individual serviços de diferentes especialidades, bem como em diferentes cidades, a fim de garantir maior participação de empresas e uma maior competitividade nos procedimentos licitatórios realizados pela Unidade.</p>	<p>SALOG</p>	<p>Recomendação acatada e em execução.</p>

<p>22 – Não comprovação da necessidade de contratação de objetos nas quantidades demandadas nos processos de aquisição, bem como contratação de objetos agrupados em itens de forma indevida</p>	<p>Na contratação de serviços de limpeza, preencher a Planilha de Custos e Formação de Preços de acordo com o disposto na Instrução Normativa nº 02/2008 SLTI/MPOG, bem como exigir a estipulação da produtividade mínima para cada servente a ser contratado, conforme determina o Art. 44 da IN citada. Em relação ao Pregão Eletrônico nº 17/2009, apresentar os documentos que comprovem o cumprimento da Instrução Normativa nº 02/2008 SLTI/MPOG.</p>	<p>SALOG</p>	<p>Não há comprovação da documentação solicitada do pregão citado devido à licitação ter ocorrido por posto e não por m²; O novo processo em tramitação n.º 25295.003.903/2010-95, encontra-se discriminado em itens e estimado em m², visando aumentar a competitividade do certame.</p>
<p>22 - Não-comprovação da necessidade de contratação de objetos nas quantidades demandadas nos processos de aquisição, bem como contratação de objetos agrupados em itens de forma indevida.</p>	<p>Anexar aos processos orçamento prévio para verificar os valores máximos a serem admitidos para contratação nos procedimentos de licitação.</p>	<p>SALOG</p>	<p>Recomendação acatada e em execução.</p>
<p>22 - Não-comprovação da necessidade de contratação de objetos nas quantidades demandadas nos processos de aquisição, bem como contratação de objetos agrupados em itens de forma indevida.</p>	<p>Licitatar objetos fundamentando de forma objetiva a necessidade dos quantitativos de materiais e serviços a serem contratados.</p>	<p>SALOG</p>	<p>Recomendação acatada e em execução.</p>

<p>23 - Ausência de fiscalização, em 2009, de um elevado percentual (83,10%) dos convênios, bem como de Consórcio, formalizados pela Unidade, implicando o não-atendimento do item 1.1.2.2 do Relatório de Auditoria nº 224408, referente à falha na atuação da FUNASA/CORE/SC e da FUNASA/Nacional, relativamente aos convênios formalizados com municípios para implantação e ampliação de sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário, bem como no não-atendimento em sua totalidade do item 8.1.1.1, referente à intempestividade por parte da FUNASA/SC no atendimento a recomendações contidas no Relatório de Auditoria n.º 208108 da CGU-R/SC (PC/2007).</p>	<p>Planejar as fiscalizações de forma que um percentual maior dos convênios formalizados pela Unidade seja fiscalizado a cada exercício.</p>	<p>DIESP</p>	<p>Recomendação já acatada e à disposição, conforme a Planilha de Acompanhamento de Convênios - DIESP, referente à constatação nº 56 do Relatório 224408, deste plano de providências.</p>
--	--	--------------	--

<p>23 - Ausência de fiscalização, em 2009, de um elevado percentual (83,10%) dos convênios, bem como de Consórcio, formalizados pela Unidade, implicando o não-atendimento do item 1.1.2.2 do Relatório de Auditoria nº 224408, referente à falha na atuação da FUNASA/CORE/SC e da FUNASA/Nacional, relativamente aos convênios formalizados com municípios para implantação e ampliação de sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário, bem como no não-atendimento em sua totalidade do item 8.1.1.1, referente à intempestividade por parte da FUNASA/SC no atendimento a recomendações contidas no Relatório de Auditoria n.º 208108 da CGU-R/SC (PC/2007).</p>	<p>Manter atualizados os documentos com a relação de Convênios a serem fiscalizados pela Unidade por responsável.</p>	<p>DIESP</p>	<p>Recomendação já acatada e à disposição, conforme a Planilha de Acompanhamento de Convênios - DIESP, referente à constatação nº 56 do Relatório 224408, deste plano de providências.</p>
--	---	--------------	--

<p>23 - Ausência de fiscalização, em 2009, de um elevado percentual (83,10%) dos convênios, bem como de Consórcio, formalizados pela Unidade, implicando o não-atendimento do item 1.1.2.2 do Relatório de Auditoria nº 224408, referente à falha na atuação da FUNASA/CORE/SC e da FUNASA/Nacional, relativamente aos convênios formalizados com municípios para implantação e ampliação de sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário, bem como no não-atendimento em sua totalidade do item 8.1.1.1, referente à intempestividade por parte da FUNASA/SC no atendimento a recomendações contidas no Relatório de Auditoria n.º 208108 da CGU-R/SC (PC/2007).</p>	<p>Reitera-se a recomendação contida no Relatório nº 224408, reproduzida a seguir: "RECOMENDAÇÃO: 001 Realizar revisão do planejamento da CORE/FUNASA/SC relativo às ações de acompanhamento e fiscalização das obras em execução no Estado de Santa Catarina mediante convênios com as prefeituras municipais, a fim de aprimorar a atuação da coordenação na fiscalização dos objetos conveniados, em especial considerando o aumento do efetivo de engenheiros existente atualmente na CORE/SC".</p>	<p>DIESP</p>	<p>Informamos que as providências para o atendimento foram tomadas conforme respostas à constatação nº 56 do Relatório 224408, deste plano de providências.</p>
--	---	--------------	---

24 - Não-atendimento ao item 6.3.1.1 do Relatório de Auditoria nº 224408, com nova reincidência no não-atendimento de recomendações da CGU, relativamente à morosidade para apuração de possíveis irregularidades praticadas no serviço público.

Reiteram-se as recomendações efetuadas no Relatório de Auditoria nº 224408, conforme relatadas a seguir: "RECOMENDAÇÃO: 001 Proceder à imediata apuração dos processos de sindicância n.º 25295.002.321/2007-96, 25295.000.184/2007-55, 25295.003.867/2007-64 e 25295.000.113/2008-33, reiterando a recomendação constante do item 6.2.1.2 do Relatório/CGU nº 208108 (Prestação de Contas/2007), inclusive requisitando servidores de outras Coordenações da FUNASA ou ainda de outros órgãos do Serviço Público Federal, sob pena de responsabilidade solidária, e considerando-se os riscos de prescrição das irregularidades a serem apuradas. RECOMENDAÇÃO: 002 Proceder à imediata apuração dos processos de sindicância n.º 25295.004336/2007-99, 25295.000998/2008-71, 25295.003029/2008-71, 25295.000244/2009-59 e 25295.005696/2008-99, inclusive requisitando servidores de outras Coordenações da FUNASA ou ainda de outros órgãos Serviço Público Federal. RECOMENDAÇÃO: 003 Proceder ao ressarcimento das despesas já custeadas pela FUNASA, em relação ao processo nº 25295.005696/2008-99, caso se apure que o dano ao patrimônio da FUNASA seja de responsabilidade de terceiros ou de servidor público. RECOMENDAÇÃO: 004 Observar, nos casos vindouros, os prazos e os procedimentos legais, sob pena de responsabilidade solidária, e tendo em vista o princípio do devido processo legal, afastando a nulidade dos atos praticados em sede de processos disciplinares, uma vez que, como não foram praticados em 2008 atos de sindicância, restou prejudicada a análise do atendimento de recomendação contida no item 6.2.1.3 do Anexo I do Relatório/CGU nº 208108 (Prestação de Contas/2007), cujo registro permanece para verificações futuras".

DIADM

Providências atuais relatadas nas respostas à constatação nº 10 do Relatório 224408 deste Plano de Providências.

33 - Fragilidades nos controles internos administrativos e de acompanhamento da gestão na CORE/FUNASA/SC.	Solicitar ao Órgão Central da FUNASA a criação de uma unidade descentralizada de Auditoria Interna na CORE/SC, a fim de atuar preventiva e corretivamente sobre os atos e fatos de gestão impróprios.	DIADM	
33 - Fragilidades nos controles internos administrativos e de acompanhamento da gestão na CORE/FUNASA/SC.	Divulgar amplamente a todos os servidores da CORE/FUNASA/SC o código de ética existente, inclusive aos detentores de função comissionada da FUNASA/SC.	DIADM	Na pagina da FUNASA existe um Link que trata Sobre Comissão de Ética onde consta: Legislação, Perguntas e Respostas, Links de Interesse e Fale Conosco.
33 - Fragilidades nos controles internos administrativos e de acompanhamento da gestão na CORE/FUNASA/SC.	Desenvolver um canal específico para denúncias e outro para elogios, sugestões e reclamações por parte dos funcionários da FUNASA/SC, assim como por parte de atores externos e da população em geral. Posteriormente, divulgar amplamente a todos os servidores da FUNASA/SC, assim como aos atores externos que se relacionam com a Unidade (tais como prefeituras conveniadas e outros órgãos onde existam servidores descentralizados), os canais criados, informando ainda sobre as seguintes alternativas, caso necessário, para a promoção de eventuais denúncias nas quais a FUNASA/SC eventualmente seja parte: - Tribunal de Contas da União: endereço eletrônico: www.tcu.gov.br ; - Controladoria-Geral da União: endereço eletrônico: www.cgu.gov.br	DIADM	
33 - Fragilidades nos controles internos administrativos e de acompanhamento da gestão na CORE/FUNASA/SC.	No caso de elogios, sugestões e reclamações por parte dos funcionários da FUNASA/SC, assim como de atores externos, recomendamos que deva ser criado pela Unidade um canal próprio, o que poderia ser por meio de preenchimento e envio de formulário eletrônico de elogios, sugestões e reclamações, destinado à pessoa ou grupo de pessoas, competentes para o exercício da função de ouvidoria na FUNASA/SC, os quais deverão ser encaminhados à Administração e às áreas envolvidas, para as devidas	DIADM	

	providências.		
36 - Realização da Dispensa de Licitação nº 10/2009 com motivação indevida, ocasionada por morosidade na gestão da CORE/FUNASA/SC quanto à abertura do devido processo licitatório para contratação de serviços de locação de veículos com motorista.	Tendo em vista motivação indevida por morosidade injustificada na abertura do devido procedimento licitatório, e considerando que, conforme descrito em constatação específica deste Relatório, foi constatada ainda irregularidades na presente Dispensa nº 10/2009, com contratação sem necessidade técnica e sem justificativa das franquias estabelecidas, com prejuízo potencial ao Erário de aproximadamente R\$ 966.377,34, providenciar a devida apuração de responsabilidade, nos termos da Seção III (artigos 89 a 99) da Lei n.º 8.666/93.	DIADM	Esta Superintendência estará passando por uma Auditoria Interna da Presidência da Funasa, no período de 22/11 a 03/12/2010, onde o processo que originou a contratação emergencial de motoristas com veículos, Dispensa de Licitação nº 10/2009, será alvo também de uma avaliação, onde a recomendação desse Órgão de controle, será entregue a citada auditoria, cabendo a mesma a submissão ao Órgão central “Presidência da Funasa”, para apuração de responsabilidades.

<p>37 - Irregularidades na Dispensa de Licitação nº 10/2009, com contratação sem necessidade técnica e sem justificativa das franquias estabelecidas, com prejuízo potencial ao Erário de aproximadamente R\$ 966.377,34, agravada por morosidade na abertura da devida licitação que poderia ter evitado a dispensa.</p>	<p>Tendo em vista motivação indevida por morosidade injustificada na abertura do devido procedimento licitatório, e considerando as irregularidades na presente Dispensa nº 10/2009, com contratação sem necessidade técnica e sem justificativa das franquias estabelecidas, com prejuízo potencial ao Erário de aproximadamente R\$ 966.377,34, providenciar a devida apuração de responsabilidade, nos termos da Seção III (artigos 89 a 99) da Lei n.º 8.666/93.</p>	<p>DIADM</p>	<p>Esta Superintendência estará passando por uma Auditoria Interna da Presidência da Funasa, no período de 22/11 a 03/12/2010, onde o processo que originou a contratação emergencial de motoristas com veículos, Dispensa de Licitação nº 10/2009, será alvo também de uma avaliação, onde a recomendação desse Órgão de controle, será entregue a citada auditoria, cabendo a mesma a submissão ao Órgão central “Presidência da Funasa”, para apuração de responsabilidades.</p>
<p>37 - Irregularidades na Dispensa de Licitação nº 10/2009, com contratação sem necessidade técnica e sem justificativa das franquias estabelecidas, com prejuízo potencial ao Erário de aproximadamente R\$ 966.377,34, agravada por morosidade na abertura da devida licitação que poderia ter evitado a dispensa.</p>	<p>A fim de evitar que o prejuízo possivelmente causado se estenda à licitação recentemente aberta para contratação dos mesmos serviços objeto da Dispensa aqui analisada (processo este encaminhado à Presidência da FUNASA em 13/04/2010, tendo como valor total estimado por ano de R\$ 3.032.000,88), providenciar as devidas alterações no objeto da nova licitação, a fim de efetuar tão-somente a contratação dos motoristas necessários para o atendimento das necessidades das CORE/FUNASA/SC, evitando um prejuízo que pode equivaler a cerca de R\$ 2.000.000,00 em 12 meses, seguindo a mesma metodologia de cálculo estimado nesta Dispensa indevida.</p>	<p>DIADM</p>	<p>O processo encaminhado a Presidência da Funasa em 13/04/2014, não teve continuidade e foi arquivado, o processo que se encontra em tramitação é o de nº 25295.000.617/2010-33, que encontra-se na Procuradoria Jurídica para análise, visando somente a contratação de motoristas. Desta forma, atendendo a recomendação nº 02, da</p>

			<p>constatação nº 37, o processo de licitação que visava a contratação de empresa para prestação dos serviços de remoção de paciente fora do horário de execução das atividades da Fundação Nacional de Saúde, foi arquivado tal procedimento licitatório e iniciado uma nova proposta, visando o recebimento de um maior número de veículos da Funasa Presidência.</p>
<p>37 - Irregularidades na Dispensa de Licitação nº 10/2009, com contratação sem necessidade técnica e sem justificativa das franquias estabelecidas, com prejuízo potencial ao Erário de aproximadamente R\$ 966.377,34, agravada por morosidade na abertura da devida licitação que poderia ter evitado a dispensa.</p>	<p>Apresentar a Planilha de Custos conforme exigido no Termo de Referência da Dispensa de Licitação preenchida pela empresa contratada, bem como dos seguintes documentos exigidos no processo, como a declaração das instalações, veículos e pessoal técnico disponível para a realização do objeto da licitação, e do atestado de capacidade técnica.</p>	<p>DIADM</p>	<p>Informo que os documentos constantes nos autos do processo 25295.022.738/2009-37, Dispensa de Licitação nº 10/2009, que está com Vossa Senhoria, foi que os que balizaram a contratação.</p>

<p>37 - Irregularidades na Dispensa de Licitação nº 10/2009, com contratação sem necessidade técnica e sem justificativa das franquias estabelecidas, com prejuízo potencial ao Erário de aproximadamente R\$ 966.377,34, agravada por morosidade na abertura da devida licitação que poderia ter evitado a dispensa.</p>	<p>Solicitar à empresa contratada que comprove que os motoristas contratados possuem ensino fundamental completo, bem como solicitar que apresente os documentos que comprovem o pagamento de salários e do recolhimento de FGTS e INSS de cada um dos motoristas contratados.</p>	<p>DIADM</p>	<p>Tangente a escolaridade dos motoristas que prestaram serviços a esta Funasa, consta nos autos da Dispensa de Licitação nº 10/2009, justificativa da empresa contratada e aceita por esta Core/SC, no tocante a comprovação dos pagamentos de salários e recolhimentos do FGTS e INSS, os comprovantes estão disponíveis nos processos de pagamentos, que estão sendo alvo de verificação conforme item 1.1.1 da citada SA.</p>
<p>38 - Inconsistências no cadastro do Sistema SIAPE de servidores titulares de dois vínculos.</p>	<p>No caso do servidor Manoel Pedro da Silva, excluir do sistema SIAPE o cadastro relativo à matrícula 491093, informado indevidamente.</p>	<p>DIREH</p>	<p>Regularizada a situação na FP-05/2010, conforme informado pelo Memorando nº 065/Direh/Core/SC, de 26/05/2010</p>
<p>38 - Inconsistências no cadastro do Sistema SIAPE de servidores titulares de dois vínculos.</p>	<p>Buscar junto ao Ministério da Saúde cópia dos processos de aposentadoria dos ex-servidores de matrícula 491346 e 573150 naquele órgão, a fim de fazer um confronto das informações relativas aos tempos de serviço utilizados, de forma a proceder os acertos que se fizerem necessários.</p>	<p>DIREH</p>	<p>Regularizada a situação na FP-05/2010, conforme informado pelo Memorando nº 065/Direh/Core/SC, de 26/05/2010.</p>

39 - Impropriedades na concessão de abono de permanência.	<p>Proceder revisão no processo de concessão do abono de permanência do servidor Ataliba Pedro Ferrari, para excluir o tempo de serviço prestado como trabalhador eventual, tendo em vista que a Ação Judicial Ordinária nº 2004.72.00.009669-6 trata de averbação de tempo de serviço prestado em atividade insalubre e não de tempo de serviço prestado como trabalhador eventual.</p>	DIREH	<p>Conforme informado pelo Memorando nº 065/Direh/Core/SC, de 26/05/2010, foi providenciado a exclusão do tempo eventual.</p>
39 - Impropriedades na concessão de abono de permanência.	<p>Abster-se de considerar como tempo de contribuição os períodos em que os servidores prestaram serviço com trabalhador eventual, conforme as orientação do Tribunal de Contas da União e no Memorando-Circular nº. 154/COREH/DEADM/FNS, de 27/12/2007, no seu item 4, letras "c" e "d".</p>	DIREH	<p>Conforme informado pelo Memorando nº 065/Direh/Core/SC, de 26/05/2010, esta Coordenação Regional vem concedendo as averbações dos tempo insalubres com base no Memorando Circular nº 154/Cgerh/Deadm, de 27/12/2007.</p>
39 - Impropriedades na concessão de abono de permanência.	<p>Definir rotina para rever todos os demais benefícios dessa natureza, concedidos por esta Unidade, passíveis de enquadrar-se nas inconsistências ora apontadas.</p>	DIREH	<p>Conforme informado pelo Memorando nº 065/Direh/Core/SC, de 26/05/2010, foram procedidas as revisões nos processos de concessão de abono permanência, utilizando-se inclusive as rotinas do Modulo SIAPECAD.</p>

39 - Impropropriedades na concessão de abono de permanência.	Atentar que, no caso de conversão de tempo insalubre, o efetivo exercício em atividade insalubre pelos servidores estejam documentalmente comprovados, principalmente nos casos de servidores titulares de cargos com atribuições específicas que não sejam da área fim da Unidade, bem como nos casos de afastamentos para exercício de outras atividades não relacionadas às atribuições do cargo e no caso de exercício de cargos de direção, chefia e assessoramento, exercício de cargo em comissão em outros órgãos etc.	DIREH	Conforme consta dos Processos de conversão de tempo insalubre arquivado junto aos assentamentos funcionais dos servidores esta Coordenação Regional vem considerando para fins de conversão, somente o tempo de efetivo exercício.
40 - Cessão de servidor à Órgão Municipal com o qual o servidor já apresentava vínculo empregatício em data anterior à data da cessão.	Regularizar, na forma do art. 93, inciso I, ÷ 1º da Lei 8.112/90, a cessão do servidor de matrícula 469933 à Prefeitura Municipal de Orleans/SC.	DIREH	Conforme informado pelo Memorando nº 065/Direh/Core/SC, de 26/05/2010, o Processo para regularização da situação do servidor junto a Prefeitura de Orleans foi encaminhado para a Cgerh da FUNASA.
40 - Cessão de servidor à Órgão Municipal com o qual o servidor já apresentava vínculo empregatício em data anterior à data da cessão.	De posse das informações oriundas da Prefeitura Municipal de Orleans/SC, se confirmada inconsistência em relação ao vínculo empregatício por parte do servidor, providenciar a devida apuração de responsabilidade administrativa para verificação dos fatos, a fim de identificar os responsáveis, aplicando-se as penalidades que se fizerem necessárias, inclusive com a restituição dos recursos financeiros envolvidos, se for o caso.	DIREH	A Coordenação Regional aguarda a conclusão do processo de cedência para tomar as providências devidas.
41 - Ausência de processo formalizado para requisição de servidores.	Providenciar junto à Presidência da Fundação Nacional de Saúde a formalização necessária à regularização dos casos de cessão/requisição apontados, os quais deverão estar enquadrados nas formas previstas no art. 93 da Lei 8.112/90.	DIREH	Aguarda as providências pela Presidência da FUNASA.

15.4 Recomendações do OCI pendentes de atendimento ao final do exercício



15.4 - Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Descrição da Recomendação:			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Justificativa para o seu não cumprimento:			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			

Justificativa: Não houve no exercício de 2010 nenhuma deliberação expedida pelo mTCU à nossa Suest/SC.

16. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO

16.1 Declaração com Ressalva

DECLARAÇÃO DO CONTADOR COM RESSALVA			
Denominação completa (UJ)			Código da UG
Superintendência Estadual da FUNASA no Estado de Santa Catarina			255024
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante a:</p> <p>RESTRICAO TITULO</p> <p>101 FALTA E/OU ATRASO DE REMESSA DO RMB</p> <p>104 SALDOS ALONGADOS CONTAS TRANST. AT. PERMAN.</p> <p>110 SALDO INVERTIDO/INDEVIDO ATIVO PERMANENTE</p> <p>163 SLD.ALONGADOS CTAS TRANSITORIAS AT.COMP.</p> <p>470 DESPESA SEM AMPARO LEGAL</p> <p>951 FALTA/RESTRICAO CONFORM. REGISTROS_GESTAO</p> <p>973 FALTA DE TEMPESTIVIDADE NA REMESSA DE DOCUMENTOS</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Brasília-DF.	Data	21/01/2011
Contador Responsável	 Evanice Camargo Cardoso	CRC n°	4763
Ordenador de Despesas	 Assinatura/carimbo		

Marcos José Medeiros Fernandes
Coordenador Regional
FUNASASC

CONCLUSÃO

Vale destacar, no desempenho da gestão do exercício de 2010, alguns êxitos alcançados por essa Superintendência, mesmo tendo que enfrentar certas dificuldades próprias das atividades ligadas à execução de políticas públicas.

A Superintendência encontrou dificuldades devido à reestruturação da Instituição, bem como a redistribuição dos servidores para compor a Secretaria Especial da Saúde Indígena que faz parte do Ministério da Saúde. Mesmo com a recente nomeação por concurso público ocorrido no exercício de 2009/2010, de alguns servidores para esta Fundação não supriu as necessidades administrativas e operacionais para executar as suas atividades.

Conforme os dados apresentados no item 2.3, deste relatório de gestão, destaca-se as ações relacionadas à Proteção e Promoção dos Povos indígenas, onde das 42 (quarenta e duas) metas descritas 50% alcançaram percentual de desempenho superior a 70%, em relação ao programado e apenas 33% tiveram desempenho inferior a 50%.

Apesar de não ter estatísticas comparativas de exercícios anteriores, esses percentuais refletem um melhor desempenho quando comparados aos relatórios de atividades de anos anteriores. Sugere-se que esse desempenho esteja relacionado ao acompanhamento e supervisão do Distrito Sanitário Especial Indígena Interior Sul (Dsei) à equipe multidisciplinar e Conveniada da ONG Rondon Brasil.

No decorrer do ano de 2010, a Equipe de Educação e Saúde da Superintendência atuou diretamente no assessoramento às ações de atenção à saúde aos povos indígenas. Suas atividades no campo de Educação Ambiental e Mobilização Social beneficiaram 38 (trinta e oito) das 43 (quarenta e três) aldeias da área de abrangência do Distrito Sanitário Especial Indígena Interior Sul no Estado de Santa Catarina, como demonstra o item com a identificação 26919 da subação Promoção da Educação em Saúde dos Povos Indígenas.

Ainda em relação ao Assessoramento realizada pela Equipe de Educação da Saúde, destaca-se o apoio na área de saneamento ambiental implantado em municípios de até 50.000 habitantes e em áreas especiais: Assentamentos, remanescentes de Quilombos e áreas extrativistas, a fim de garantir a inclusão social destas comunidades.

Destaca-se também o apoio técnico aos municípios para a elaboração, execução, acompanhamento e supervisão de Projetos do Programa de Educação em Saúde e Mobilização Social (PESMS), financiado por recursos do Governo Federal através de convênios para saneamento básico.

A Equipe da Divisão de Engenharia em Saúde Pública na elaboração dos Planos Municipais de Saneamento Básico realizou 80% da meta programada. Foi possível atender e superar as metas previstas para o todos os produtos da Implantação de Melhorias Sanitárias Domiciliares pra prevenção e controle de agravos.

Na área de Recursos Humanos destacamos que foram capacitados 38 (trinta e oito) servidores nos cursos abaixo relacionados:

- ✓ Curso de Media Training
- ✓ 2ª Conferência Latino Americana de Saneamento LATINOSAN
- ✓ Encontro Nacional de Desenvolvimento de Pessoas Conquistas e Desafios
- ✓ Oficina de Capacitação para Execução de Exames Periódicos na Funasa
- ✓ Oficina de Capacitação para Padronização das Orientações para Execução de Obras e Serviços de Engenharia pela Funasa
- ✓ Treinamento em Aposentadorias e Pensões Legislação
- ✓ Capacitação para Implantação do Sisab/Geosi
- ✓ Fórum de Vigilância e Promoção à Saúde do Servidor Público Federal
- ✓ Curso de Elaboração de Editais para Aquisição no Setor Público;
- ✓ Treinamento no Módulo Sistema de Aposentadorias e Pensões;

- ✓ III Encontro Nacional de Atenção a Saúde do Servidor e II Fórum de Saúde Mental;
 - ✓ Seminário de Avaliação das Ações Educativas em Saúde e Mobilização Desenvolvidas por Municípios de Santa Catarina;
 - ✓ Capacitação Pedagógica da EMSI para Formação de Agentes Indígenas de Saúde
 - ✓ Curso Sistemas Eletrônicos de Compras e Registro de Preços;
 - ✓ VII Semana de Administração Orçamentária e de Contratações Públicas;
 - ✓ Curso de Formação em Educação em Saúde;
 - ✓ Curso Projetos de Estações de Tratamento de Água de Ciclo Completo;
 - ✓ Curso de Gestão Por Competência;
 - ✓ Curso Operacional Siape Folha;
 - ✓ Curso de Qualidade de Vida no Trabalho;
 - ✓ Curso de Prestação de Contas de Convênios e Contratos de Repasse via Siconv;
 - ✓ Curso de Formação em Serviço em Educação em Saúde;
 - ✓ Capacitação para Operacionalização do Módulo Siape Saúde - Exame Periódicos;
 - ✓ Curso Orçamento de Obras e Cálculo de BDI e Análise e Aprovação de Projetos.
- Este Serviço de Recursos Humanos tem encontrado algumas dificuldades no que diz

Respeito quanto:

- Implantação do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional PCMSO;
- Falta de junta médica;
- Falta de recursos humanos nas unidades, para atender a demanda;
- Não realização dos exames periódicos.

Quanto aos Temas **Satisfação e Motivação**, não estão sendo utilizados, porém temos a pretensão de implantar e monitorar, durante o exercício de 2011, o Programa de Saúde do Trabalhador, com ginástica laboral e outras ações pertinentes a prevenção a saúde do trabalhador.

Os indicadores **Desempenho Funcional e Níveis Salariais** serão utilizados no decorrer do exercício de 2011, com a implantação das avaliações individuais e o Plano de Cargo e Salário, instituídos através do Decreto 7.133 de 19/03/2010.

Em relação ao Serviço de Convênios recém formado, os recursos transferidos no exercícios de 2008, 2009 e 2010, respectivamente foram R\$ 3.659.491,71; R\$ 3.061.799,79; R\$ 3.101.824,30.

Os aspectos relativos à transferência de recursos, não nos sentimos em condições de nos manifestarmos uma vez que as transferências eram no período solicitado todas realizadas pela Presidência da Funasa.

No que se refere à Prestação de Contas, temos a informar que atualmente a equipe de analistas de Prestação de Contas formada por um servidor concursada que iniciou suas atividades neste setor em maio de 2010. Desde então tem sido realizado um trabalho árduo com vista a diminuição do passivo existente nas análises de Prestação de contas, porém ainda há a necessidade de recomposição do quadro de pessoal no Setor.

Informa-se que não houve no exercício de 2010, nenhuma deliberação expedida pelo TCU à Superintendência Estadual da Funasa em Santa Catarina.

Em relação aos aspectos do desempenho Orçamentário e Financeiro, que a Superintendência Estadual em Santa Catarina, ficou prejudicada, levando em consideração a absorção das atividades que eram de contratação direta da ONG – Rondon Brasil, conveniada pela Funasa para execução de atividades diretas para a saúde dos povos indígenas, em função do Acórdão do Tribunal de Contas da União (TCU).

Considera-se também o prejuízo a esta Superintendência do quantitativo insuficiente de pessoal capacitado e com perfil para exercer as atividades na área de compras, licitações e contratos, aliado à ausência de Procuradoria Jurídica, uma vez que contávamos com o apoio dos

Procuradores de outro estado, com isso ocasionou muitas das vezes a perda de prazos, devido a necessidade de cumprir os tramites obrigatórios dos processos.

Conclui-se que o desempenho das atividades realizadas por esta Superintendência Estadual em Santa Catarina, em 2010, conforme exposto no presente Relatório de Gestão, ficou prejudicada em algumas ações em virtude de não existir Procurador Federal para analisar os processos judiciais e de convênio, bem como as demandas da área administrativa.

Conclui-se também que o crédito orçamentário disponibilizado à esta Superintendência Estadual, obteve êxito na execução num percentual de 75%, e que o item mais prejudicado foi as despesas de capital.

FUNASA



Fundação
Nacional
de Saúde

Ministério da
Saúde

G O V E R N O F E D E R A L



PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA